

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**REALIDADE VIRTUAL, REALIDADE PSÍQUICA
NA PÓS-MODERNIDADE:**

Um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço

Márcio Rimet Nobre

**Belo Horizonte
2010**

Márcio Rimet Nobre

**REALIDADE VIRTUAL, REALIDADE PSÍQUICA
NA PÓS-MODERNIDADE:**

Um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dr^a. Jacqueline de Oliveira Moreira

**Belo Horizonte
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

N754r Nobre, Márcio Rimet
Realidade virtual, realidade psíquica na pós-modernidade: um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço / Márcio Rimet Nobre. Belo Horizonte, 2010.
159f.

Orientadora: Jacqueline de Oliveira Moreira
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Realidade virtual. 2. Realidade. 3. Fantasia. 4. Ciberespaço. I. Moreira, Jacqueline de Oliveira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.964.2

Márcio Rimet Nobre

**REALIDADE VIRTUAL, REALIDADE PSÍQUICA
NA PÓS-MODERNIDADE:**

Um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Jacqueline de Oliveira Moreira (orientadora) – PUC Minas

Nádia Laguárdia de Lima – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Márcia Stengel – PUC Minas

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2010.

*Aos navegantes dos séculos XV e XVI,
que se lançaram rumo
à aventura da modernidade.*

*Aos navegantes do século XXI,
que encontrem algum futuro
nesse eterno presente.*

*Este trabalho é dedicado à minha mãe,
pelo conforto de sua presença, pelo apoio incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cleunice e Antônio, presenças indispensáveis, pelo incentivo e pela dedicação em todos os momentos da minha vida.

A Danielle, Thaís, Ninice, Cleo, Bianca, Renata, Ricardo e Neto, minha família especial, pelo carinho e apoio fundamental ao longo desse processo.

Ao Romulo Avelar, cuja presença me torna melhor a cada dia. Pela colaboração efetiva de sua leitura minuciosa e suporte imprescindível em todos os momentos.

Aos amigos onipresentes Alexandre Abreu, Ana Mírian Costa, Cássia Beatriz Batista, Ana Angélica Rolim, Mônica Coimbra, Leonardo Meirelles, Maura Viegas e José Geraldo Begname, que dividiram comigo essa fantasia e me fortaleceram nos momentos em que a realidade batia à porta.

A Jorge Franca, pelo incentivo constante e pelo acompanhamento em minha trajetória de vida recente, com sua escuta preciosa.

Aos colegas do mestrado, pelo espírito de colaboração e pelo respeito que marcou nossa breve convivência. Agradeço especialmente aos amigos Breno Ferreira Pena, Camila Repolez e Luciene Moraes, pelos bons momentos de interlocução e pela partilha daqueles mais difíceis, e a Carla Costa Barros, pela colaboração generosa de suas sugestões.

A querida amiga Lílian de Oliveira, por seu paciente e delicado trabalho na revisão de todas as minhas produções durante o período.

A Marília, Celso, Pablo e Poliana, pela atitude sempre atenciosa e competente na secretaria do Programa.

Aos professores do mestrado, pelas contribuições diretas ou indiretas a esta etapa de minha formação. Agradeço especialmente a Roberta de Carvalho Romagnoli, Andréa Maris Guerra e Ilka Franco Ferrari, pelas contribuições efetivas desde o embrião do trabalho.

A Márcia Stengel e Nádia Laguárdia de Lima, pela disponibilidade em colaborar com sua leitura e ponderações pertinentes, para a execução desse projeto.

Agradeço muito especialmente a Jacqueline de Oliveira Moreira, pela acolhida generosa e pelo respeito às peculiaridades da minha relação com o processo da escrita.

La Gènese

Au premier jour, Dieu créa la lumière.
Au second jour, il fit le ciel.
Au troisième jour, il construisit les mers et la terre avec tout ce qu'il y a dessus.
Au quatrième jour, il créa la lune, les étoiles et le soleil.
Au cinquième jour, il créa les animaux de toutes sortes.
Au sixième jour, il fabriqua l'homme à son image.
Au septième jour, il se reposa. Il avait beaucoup d'autres choses en tête, mais il se sentait fatigué. Alors il dit à l'homme:

"J'ai oublié mon outil de bonheur sur terre. Cherche-le et rapporte-le moi pour que je continue ma création; pour t'aider à le retrouver, je te prête ma puissance sur toutes choses et sur tout être vivant sur le terre."

Au premier jour, l'homme créa le feu.
Au second jour, il inventa toutes sorte de cieux.
Au troisième jour, il apprit à gratter la terre et à plonger sous les eaux .
Au quatrième jour, il fabriqua des appareils pour fouiller la lune, les étoiles et le soleil.
Au cinquième jour, il domestiqua les animaux de toutes sortes.
Au sixième jour, il fabriqua l'ordinateur à son image.
Au septième jour, il se reposa. Il était fatigué de chercher l'outil de bonheur du Bon Dieu. Alors il dit à l'ordinateur:

"Je me repose un peu. Il existe quelque part dans le monde, un outil bonheur. Aide-moi à le retrouver. Je te donne ma puissance pour commander aux choses et aux êtres vivants de la terre."

Au premier jour, l'ordinateur supprima les nuits.
Au second jour, il supprima le ciel.
Au troisième jour, il supprima les mystères de la terre et des eaux.
Au quatrième jour, il supprima le soleil, la lune et les étoiles.
Au cinquième jour, il supprima les animaux terrestres et aquatiques.
Au sixième jour, il créa le Bon Dieu à son image et lui dit:

"Il n'y a plus rien à chercher nulle part. De toute façon, je suis fatigué. Je me repose. Tu commanderas désormais à ma place sur toutes choses et sur tous les êtres vivant. Je te prête mon intelligence pour retrouver l'outil du bonheur."

Au premier jour, le Bon Dieu créa la lumière.
Au second jour...

"Em memória de Magdalena Gastelois"

RESUMO

A emergência da realidade virtual, por meio das novas tecnologias da comunicação, e seus impactos sobre a realidade psíquica e, mais particularmente, sobre a fantasia na pós-modernidade são a preocupação central do presente trabalho. Partindo de uma análise do contexto do qual emergem as tecnologias que permitem a revolução digital, começamos por delinear a trajetória da modernidade balizada por seus três pilares: a razão iluminista como ideário, o progresso científico e a felicidade no cerne do projeto burguês. Na pós-modernidade, a tecnologia passa a desempenhar novo papel, permeando os modos de vida e interferindo nos padrões de subjetivação. Tal como a fantasia, o virtual também não se confunde com aquilo que não é real, posto que o irreal é o que não existe. Ambos abrem caminho para aquilo que pode se atualizar, por já possuir existência em alguma dimensão. A virtualidade do espaço cibernético cria possibilidades para a atualização da fantasia, uma vez que engendra um paralelismo com a realidade cotidiana ou material, o que possibilita novo espaço de ação para o homem pós-moderno. Assim, procedemos a um rastreamento da teoria da fantasia nos textos freudianos, a partir dos quais pudemos delinear sua trajetória conceitual. Ao lado do desejo inconsciente, a fantasia completa o quadro que compõe a realidade psíquica, esta última concernente ao inconsciente e, por isso, a que de fato importa para a subjetividade, bem como para a psicanálise. No decurso desse delineamento, apontamos a realidade virtual como novo *locus* para a experiência subjetiva, por meio da realidade psíquica. Ao emergir do novo aparato informático-digital pós-moderno, a realidade virtual do ciberespaço disponibiliza novos roteiros para a fantasia. Nesses roteiros, o sujeito encontra-se com suas múltiplas facetas, partilhando-as por meio de uma experiência marcada pelo prazer através do universo virtual, tendo como guia o desejo inconsciente em sua exigência de satisfazer-se.

Palavras-chave: Realidade virtual, Realidade psíquica, Fantasia, Ciberespaço, Pós-modernidade.

RÉSUMÉ

Ce mémoire a pour but central celui d'étudier l'émergence de la réalité virtuelle parmi les nouvelles technologies de la communication, ainsi que ses effets sur la réalité psychique et, plus particulièrement, sur le fantasme dans la postmodernité. En analysant le contexte duquel ressortent les technologies qui permettent la révolution numérique, nous dessinons le parcours de la modernité fondée sur ses trois piliers: la raison des lumières en tant qu'idéalité, le progrès scientifique et le bonheur dans le noyau du projet bourgeois. Dans la postmodernité la technologie développe un rôle nouveau, lorsqu'elle s'infiltre dans la façon de vivre des gens et intervient dans les paramètres de subjectivation. De même que le fantasme, le virtuel ne se confond pas avec ce qui n'est pas réel, une fois que le non réel est bien ce qui n'est pas. Tous deux ouvrent une voie à ce qui peut s'actualiser, car ils possèdent l'existence dans une dimension quelconque. La virtualité de l'espace cybernétique crée des possibilités pour l'actualisation du fantasme, car elle engendre un parallélisme avec la réalité quotidienne ou matérielle, ce qui rend possible un nouvel espace d'action pour l'homme postmoderne. Alors nous poursuivons la théorie du fantasme des textes freudiens, à partir desquels nous avons pu esquisser son parcours conceptuel. A côté du désir inconscient, le fantasme compose le tableau de la réalité psychique; celle-ci concerne l'inconscient et c'est bien pour cela qu'elle devient importante pour la subjectivité, ainsi que pour la psychanalyse. Tout au long de cette exposition, nous soulignons la réalité virtuelle comme le nouveau *locus* pour l'expérience subjective, à travers la réalité psychique. Lorsqu'elle émerge du nouvel appareil informatique-numérique postmoderne, la réalité virtuelle du cyberspace rend disponible des nouveaux scripts pour le fantasme. Dans ces scripts, le sujet se trouve devant ses multiples facettes. Il les partage grâce à des expériences marquées par le plaisir à travers l'univers virtuel, en ayant le désir inconscient comme guide dans son exigence de se satisfaire.

Mots-clés: Réalité virtuelle, Réalité psychique, Fantasme, Cyberspace, Postmodernité.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE	15
2.1 O percurso da modernidade: as duras penas de uma aventura	17
2.1.1 <i>O tripé moderno: progresso, razão e felicidade</i>	<i>20</i>
2.1.2 <i>O sentido de ser moderno:</i> <i>do projeto moderno ao não sentido da atualidade.....</i>	<i>24</i>
2.2 Tempos líquidos: a pós-modernidade.....	29
2.3 A pós-modernidade e seus impactos na cultura: a virtualização da realidade	37
2.4 Internet e ciberespaço: um novo <i>locus</i> para a experiência subjetiva	43
3 A REALIDADE PSÍQUICA E A FANTASIA EM FREUD	50
3.1 A realidade psíquica e o inconsciente	51
3.1.1 <i>A realidade psíquica e o consciencialismo filosófico:</i> <i>a psicanálise para além da razão moderna</i>	<i>54</i>
3.1.2 <i>A fantasia no cerne da realidade psíquica</i>	<i>59</i>
3.2 A trajetória conceitual da fantasia	62
3.2.1 <i>Da sedução traumática ao reconhecimento da atividade fantasística</i>	<i>63</i>
3.2.2 <i>Desejo e sexualidade: a fantasia inconsciente na trilha dos sonhos</i>	<i>67</i>
3.2.3 <i>A fantasia e o infantil: a dimensão lúdica</i> <i>e a imaginação no “ciclo da fantasia”</i>	<i>73</i>
3.2.4 <i>As fantasias originárias na base do conflito psíquico</i>	<i>78</i>
3.2.5 <i>A fantasia na segunda tópica: a pulsão de morte e o sentimento de culpa ..</i>	<i>83</i>
3.3 O lugar da fantasia na metapsicologia	86
3.3.1 <i>A onipresença tópica da fantasia e seu papel na dinâmica psíquica.....</i>	<i>88</i>
3.3.2 <i>A distribuição econômica</i>	<i>93</i>

4. A FANTASIA NO CIBERESPAÇO	98
4.1 O virtual e o psíquico: uma encruzilhada de várias direções	101
4.2 Tempo e espaço na cibercultura	111
4.3 A fantasia na rede	114
4.3.1 Roteiro imaginário, roteiro virtual: um plus para a fantasia	117
4.3.2 O sujeito múltiplo e (oni)presente no ciberespaço.....	123
4.3.3 A realização no prazer: novas janelas para o desejo	129
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 140
 REFERÊNCIAS	 153

1 INTRODUÇÃO

A emergência da realidade virtual, por meio das novas tecnologias digitais da comunicação, e seus impactos sobre a realidade psíquica e, mais particularmente, sobre a fantasia na pós-modernidade¹ são a preocupação central do presente trabalho. Desde o início dos desenvolvimentos teórico-clínicos de Freud, o conceito de fantasia alcançou gradativamente uma importância capital no edifício psicanalítico, a ponto de constituir um dos ancoramentos teóricos também para outras escolas oriundas do freudismo. Basta que nos debrucemos sobre os principais desdobramentos dessa teoria para os trabalhos de Melanie Klein e de Jacques Lacan, na Inglaterra e na França, respectivamente. É notável, entretanto, a partir de tais constatações, que Freud não tenha se preocupado, ao que se sabe até o momento, em estabelecer uma teoria sistemática sobre esse conceito. Esse fato não significa que não possamos rastrear seus passos ao longo de sua obra no sentido de levantar o que seria uma *teoria da fantasia*.

Conforme pudemos depreender da literatura freudiana e de outros estudiosos, a fantasia é, de fato, tributária de uma primeira noção que, após alguns desdobramentos iniciais, chegou a ser formulada por Freud nas últimas páginas de *A interpretação dos sonhos*: a realidade psíquica. Na pista de uma noção tão importante para a compreensão geral do psiquismo, podemos vislumbrar o delineamento que a fantasia ganhará paulatinamente ao longo da teoria psicanalítica.

Para Jorge (2006), é possível delimitar no trabalho teórico de Freud alguns momentos bastante fecundos para o recorte que aqui pretendemos. O autor aponta para as diferentes concepções que essa noção assume ao longo do texto freudiano, indicando as diferentes formas que a fantasia pode apresentar, seja por seu estatuto

¹ Optamos por adotar a expressão *pós-modernidade* por entendê-la adequada para indicar nossa concordância com a ideia de que mudanças fundamentais estiveram em curso ao longo do último século, abrangendo praticamente todas as dimensões da vida social. É justamente por seu caráter bastante genérico que o termo se mostra suficiente para a finalidade do presente trabalho, uma vez que não constitui nosso objetivo nos enveredarmos pelos meandros da discussão sociológica. No primeiro capítulo, entretanto, trataremos de discutir com alguns autores importantes desse campo, no intuito de delinear minimamente o que podemos compreender com esta expressão e suas variações, apontando para as referidas mudanças no âmbito prático na contemporaneidade.

inconsciente, ligada a uma constelação fantasística originária, seja, mais superficialmente, na forma dos devaneios conscientes. De toda forma, tanto por seu caráter plástico, quanto por sua centralidade no psiquismo, a fantasia pode ter seu lugar delimitado na articulação entre inconsciente e pulsão.

A proposta, entretanto, não se resume em demonstrar a pertinência conceitual da fantasia para a psicanálise. A intenção é partir de uma compreensão dessa categoria para nos debruçarmos sobre um fenômeno sociocultural bastante específico que vem se mostrando cada vez mais presente na vida cotidiana por todo o planeta: a relação do indivíduo pós-moderno com a realidade virtual do ciberespaço,² sendo a Internet o principal meio para essa experiência.

Nossa aposta supõe que essa aventura traga consequências irreversíveis para a subjetividade contemporânea, tal a extensão de sua abrangência sobre o atual estágio de nossa civilização. Assim, importa-nos saber em que medida as novas tecnologias produzem efeitos sobre a configuração fantasística daqueles que se lançam no mar do ciberespaço, inaugurando novo lugar para o laço social e para a lida com a realidade.

Interessam-nos, mais especificamente, os reflexos dessa relação sobre a fantasia, isto é, sobre esse dispositivo psíquico que permite ao sujeito lidar, a um só tempo, com as exigências pulsionais do Id e com a realidade material, atuando como mediadora desse conflito. É nessa tensão entre tais exigências e a crueza de uma realidade cada vez mais hostil e desidealizada que a Internet se insere como suporte para uma experiência de prazer imediato, acessível e onipresente (LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005), o que atende não apenas à fugacidade da fantasia, mas também à tendência contemporânea ao hedonismo e ao autorreferencialismo, ao lado dos extremos de um individualismo narcísico e alienante. A Internet constitui um imenso sistema de redes de computadores permanentemente interligados mundialmente entre si, possibilitando a comunicação de forma fácil e rápida, funcionando como emissores e receptores de informação, utilizando para isso um conjunto de protocolos de

² Compreendemos o termo *ciberespaço* como algo maior que a Internet. Entretanto, em nosso uso do conceito, faremos referência à experiência do espaço virtual da Internet.

comunicação denominados TCP/IP. Os meios para efetuar essas ligações são diversos, e incluem rádio, linhas telefônicas, linhas digitais, satélite, fibra óptica etc.

As mudanças da sociedade ocidental no último século são ainda hoje impossíveis de se mensurarem adequadamente. Nosso tempo é apontado por muitos como de transição entre diferentes modos de conceber os principais aspectos da civilização e de uma concepção global de homem. É assim que, para Bauman (1998), vivemos hoje num período que é herdeiro de uma desilusão, caracterizado por um crescente sentimento geral de perda do sentido das utopias caras ao “projeto moderno”. Dessa forma, nosso tempo representa um prolongamento do que se convencionou denominar *modernidade*, cujas características principais repousam nas promessas da era científico-industrial, quando a razão se pôs como lente única do conhecimento, alcançando o lugar de primazia que substituiu o teocentrismo medieval.

Os anos 1980 e 90 assistiram via satélite à derrocada do espírito do século XX, o que nos permite interpretar o caráter transitório desse fim de século na passagem para o que compreendemos como pós-modernidade. As grandes guerras já iam longe, e os resquícios da Guerra Fria perderam de vez seu último mote com a queda do “muro da vergonha”, na Berlim de 1989, e com a dissolução do império soviético em 1991. Foram também os anos de solidificação da revolução de comportamentos iniciada a partir dos anos 1960, principalmente no Ocidente, impulsionada pelo movimento *hippie*, contrário à guerra do Vietnã, e que teve no *rock'n'roll* sua principal trilha sonora. No campo tecnológico, a expansão e a democratização da aparelhagem cibernética popularizaram o uso dos computadores, e a indústria eletroeletrônica alcançou a massa populacional de todo o planeta.

Atualmente, a velocidade das mudanças atingiu o nível de uma fluidez jamais imaginada. O advento da Internet mal começou e a mudança que observamos em nosso tempo parece não ter limites. A tecnologia facilitou e tornou acessível a manipulação de um fluxo de informações antes impensável, de forma que a digitalização do mundo e sua assimilação para o universo virtual somente poderiam ter como corolário a experiência da globalização.

Além de incontornável, tal fato produz seus efeitos sobre a subjetividade. Nunca se falou tanto no virtual. A cada dia, assistimos a uma crescente onda de discussão sobre os efeitos do fenômeno em diversas esferas da vida humana. Basta citar a facilidade de interação de indivíduos e grupos por meio de ambientes virtuais *on-line* em qualquer distância geográfica. A realidade virtual do ciberespaço diz respeito, provavelmente, à mais impactante e inovadora versão da categoria do virtual para alguns autores (LÉVY, 1996; NICOLACI-DA-COSTA, 2005).

No tocante ao questionamento advindo dos campos “psi”, a realidade virtual do ciberespaço inaugura um novo *locus* para a manifestação subjetiva através das milhares de rotas de desdobramentos virtuais cujos limites são impensáveis, de tal forma que seus impactos podem ser percebidos em todas as dimensões do humano.

Assim, nessa relação entre o virtual e a fantasia, talvez estejamos presenciando uma química nunca antes experimentada entre o ser humano e qualquer outra tecnologia, uma vez que a sedução da realidade virtual para com o usuário da rede mundial encontra terreno fértil nesse escape ou nessa tendência à fuga que caracteriza, de entrada, a mediação do sujeito com a realidade. A fantasia teve sempre esse caráter do ilusório e do intangível, que somente alcançou materialidade de modo imaginário. Seu parentesco com a categoria do virtual é, portanto, flagrante, já que ambos representam a possibilidade de atualizarem-se sobre algum suporte ou sobre a ação do sujeito.

Tal como a fantasia, o virtual também não se confunde com aquilo que não é real (LÉVY, 1996), posto que o irreal é o que não existe, mas, ambos, abrem caminho para aquilo que pode se atualizar, uma vez que já possui existência em alguma dimensão. A virtualidade do espaço cibernético abre flanco para a atualização da fantasia, na medida em que engendra um paralelismo com a realidade cotidiana ou material, o que possibilita novo espaço de ação para o homem pós-moderno.

No primeiro capítulo, buscaremos traçar as linhas históricas que desencadearam o fluxo do tempo por nós experimentado na atualidade e que compreendemos como pós-modernidade. Nesse caso, nosso objetivo é situar o leitor quanto ao vertiginoso avanço tecnológico que possibilitou esse encontro com o virtual da rede mundial de

computadores, numa conjuntura ímpar para o florescer de novas perspectivas subjetivas e identitárias.

No segundo capítulo, percorreremos com Sigmund Freud a trilha teórica que o conduziu no desenvolvimento conceitual da fantasia, atentando para as acepções ou sentidos assumidos por essa noção nos diferentes momentos da obra. Partiremos de sua raiz comum com o desejo e os demais processos inconscientes, compreendidos como matrizes da realidade psíquica.

Finalmente, no terceiro capítulo, buscaremos apontar os elementos em que se mesclam realidade virtual e realidade psíquica, discutindo os fatores que propiciam as mudanças que serão apontadas na vida humana num contexto tão *sui generis* como o que experimentamos na atualidade. Desse modo, mais especificamente, estaremos em condições de assinalar de que maneira a teoria psicanalítica lança luz a questões suscitadas quanto às consequências da realidade virtual do ciberespaço sobre a realidade psíquica e a fantasia, num período tão diferente do qual, em outros tempos – modernos tempos –, ela se originou.

2 A SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA PÓS-MODERNIDADE

*Na beira do mundo
portão de ferro, aldeia morta, multidão
meu povo, meu povo
não quis saber do que é novo nunca mais.*
(Milton Nascimento e Márcio Borges)

*Aqui tudo parece
que era ainda construção
e já é ruína.*
(Caetano Veloso)

A discussão sobre os impactos provocados pelas tecnologias de informação na experiência subjetiva vem se tornando lugar comum no âmbito das ciências humanas, seja pela influência da mídia sobre os comportamentos, seja pelos resultados que a ininterrupta mudança no instrumental tecnológico que nos cerca impõe sobre todos os demais aspectos de nossa vida. De tal sorte que, atualmente, torna-se praticamente inviável para o indivíduo urbano viver sem tal aparelhamento: telefones celulares, *pen-drives*, *notebooks*, *palm tops*, dentre outros dispositivos portáteis, computadores com memórias de todos os tamanhos e com alcance cada vez maior, televisões com interatividade crescente etc.

No último século, o Ocidente protagonizou talvez a maior quantidade de transformações políticas e sociocomportamentais num menor período em todos os tempos. Em duas grandes guerras, a velha Europa redesenhou-se de diferentes formas. As nações mais antigas se enfrentaram, movidas por desafetos ruminados por séculos, criando novos motivos para velhos conflitos, com poderio bélico cada vez maior e mais destrutivo. Em tal contexto, vimos multiplicar-se todo um aparato técnico-científico, o que gerou maior dependência dos indivíduos em relação à tecnologia. Certamente essa dependência traz seus sinais para a vida cotidiana daqueles que dela usufruem, impactando os modos de agir e de ser dos indivíduos em todas as esferas.

Seguindo uma proposta metodológica em relação aos principais conceitos, trataremos de abordar o tema obedecendo à necessidade de contextualizar

historicamente nossa concepção sobre a contemporaneidade.³ Assim, buscaremos inserir brevemente alguns dos principais termos históricos que compõem essa discussão a ser corroborada ou confrontada por alguns autores que se debruçam, cada um por diferentes motivos, sobre as questões que dizem respeito aos matizes assumidos pela experiência humana na atualidade.

Nessa medida, consideramos relevante iniciar tal discussão em torno da noção de tempo, pois, em sua perspectiva linear, esse conceito nos ajuda a circunscrever nossa experiência com relação aos povos que viveram no passado. A reflexão sobre o tempo parece ter sempre feito parte das preocupações da cultura humana em geral. Ao longo das eras, diferentes povos buscaram e ainda buscam demarcar sua experiência vivida, talvez no intuito de salvarem-se da efeméride de sua existência perante a ideia de eternidade. Somente a partir desse balizamento temporal é possível, num movimento comparativo, preservar aquilo que se considera primordial, remontando a tradição histórica do passado, ou destacar-se daquilo que se foi, projetando-se, numa perspectiva de futuro, ao que se pretende alcançar. É ainda assim que o homem pode referenciar-se até mesmo com relação ao espaço, pois que, nessa oscilação do tempo, está inserido numa cultura localizada também em termos espaciais, como demonstra a grande diversidade dos povos, muitas vezes provocada, por exemplo, por questões geográficas.

Com a rapidez que podemos observar nas mudanças atuais, percebemos que o passado da década anterior parece cada vez mais longínquo e ultrapassado, o que aumenta nossa sensação de distanciamento em lapsos cada vez menores. Esse senso de tempo alterado revela uma característica subjetiva de nossa época (LASCH, 1983, p. 57). Estamos constantemente sob a sensação de que o tempo físico se esvai, de que as horas, os dias, todos os medidores dessa grandeza estão a correr mais depressa.

³ Compreendemos o termo *contemporaneidade* e seus derivados como uma acepção bastante inespecífica para caracterizar historicamente qualquer época. Nesse sentido, será empregado sempre que quisermos fazer referência ao momento presente de um período específico que esteja sendo tratado – inclusive o momento atual, como no caso acima. Não há, portanto, nenhuma relação, em nosso uso, que ligue diretamente o termo à expressão conceitual *pós-modernidade* ou com qualquer outra definição mais específica.

No que tange ao tema proposto, é inegável a relação do tempo com os saltos tecnológicos experimentados na atualidade, bem como os efeitos desses avanços sobre nossa cultura, sobre nossa experiência subjetiva. Tão impregnada da tecnologia está a vida contemporânea que nos obrigamos a considerar o impacto de uma *cibercultura* sobre a subjetividade. Assim, traçar esse percurso histórico é fundamental para que possamos compreender nosso modo de ser, de agir e nossa própria lida com a realidade. Dessa forma, nossa aposta recai sobre o fato de que as transformações da cultura contemporânea atingem o cerne da experiência do tempo pelo indivíduo. Somos seres históricos e o tempo é substância de demarcação em nossas vidas. Com ele guardamos uma relação absolutamente particular.

2.1 O percurso da modernidade: as duras penas de uma aventura

O que denominamos historicamente modernidade constitui o período que emergiu na Europa a partir do século XVII, quando grandes mudanças se puseram em curso no modo de vida, nos costumes dos povos e na sua organização social, o que rapidamente se espalhou para as demais regiões do mundo. Para Giddens (1991, p. 61), quatro dimensões podem ser consideradas como os principais diferenciais da modernidade, tendo em vista novas formas institucionais: o capitalismo, o industrialismo, a vigilância da população pelas classes dominantes e o poder militar.

O conceito de modernidade tem suas origens remontadas a um inusitado aparecimento, ainda durante a Idade Média, conforme podemos vislumbrar com Kumar:

Modernus, derivado de *modo* (“recentemente”, “há pouco”), uma palavra de formação tardia na língua latina, seguiu o modelo de *hodiernus* (derivado de *hodie*, “hoje”). Foi usada inicialmente, em fins do século V d.C., como antônimo de *antiquus*. Mais tarde, termos como *modernitas* (“tempos modernos”) e *moderni* (“homens de nosso tempo”) tornaram-se também comuns, sobretudo após o século X. (KUMAR, 2006, p. 106)

Entretanto, a ideia de modernidade não foi sempre algo sedutor para a coletividade humana. Na verdade, nem seu sentido nem sua aceitação foram assimilados de pronto pelo pensamento medieval. Do surgimento até seu apogeu, longo foi o caminho percorrido por essa noção para que sua essência se tornasse aceita, com seu significado de revolução constante, marcada pelo fascínio com o novo, com o futurístico e o inventivo.

Para a compreensão dessa recusa, faz-se necessária uma breve discussão sobre a concepção de tempo⁴ vigente até aquele período e as mudanças que daí se seguiram sob influência do pensamento cristão. Essas mudanças incidiram sobre a herança greco-romana e tiveram profundo impacto na relação do homem medieval com sua experiência geral da vida.

Na antiguidade pré-cristã, os povos pagãos desenvolveram uma percepção cíclica, em que o tempo era naturalizado, contado, de maneira regular e repetitiva, a partir do movimento das estações e das forças naturais. Assim como na matriz do mito, a experiência humana estava condenada ao eterno repetir-se, sem novidades e, portanto, fadada a um constante retorno sobre as origens.

Com o advento da cristandade, inaugura-se um processo de humanização do tempo, com a introdução do modelo linear (KUMAR, 2006, p. 108). Nesse modelo, o tempo passa a ser tomado sob uma ótica em que passado, presente e futuro se dispõem numa linha sequencial, pressupondo noções como começo, meio e fim, numa perspectiva que toma a própria história e cultura cristãs como referência e considera a irreversibilidade como característica da temporalidade.

É no seio dessa diferença de compreensão, balizada pelos ciclos de estações entre os antigos ou culturalizada de forma modelar pela história bíblica, que surge a

⁴ Para essa discussão, seguiremos os desenvolvimentos teóricos do sociólogo indo-britânico Krishan Kumar, a quem elegemos para este percurso. Tal opção justifica-se particularmente por dois motivos: primeiramente, o autor realiza sistemática e cuidadosa leitura dos demais autores clássicos que discutem a passagem da modernidade para a pós-modernidade; em segundo lugar, Kumar trabalha a questão do tempo de forma clara e precisa, preocupação que não aparece de maneira privilegiada nos demais teóricos.

ideia de modernidade. Nessa medida, segundo Kumar (2006, p. 106), a modernidade seria então “uma invenção da Idade Média”.

Entretanto, apesar da crítica cristã ao caráter cíclico da temporalidade greco-romana, sua própria concepção de uma divindade única, portadora de poder ilimitado – inclusive sobre a própria temporalidade –, constitui impedimento para que a mentalidade medieval se descole da tradição e usufrua da modernidade que, em princípio, lhe seria inerente. Na verdade, a ideia de modernidade não foi benquista, e ser *moderni* não constituía elogio dentre aqueles que a conceberam. A herança tradicionalista que imperava na mentalidade medieval desabonava qualquer noção de novo, de mudança, qualquer tentativa de constituir novidade. De fato, até a Idade Média o sentido da aventura humana parece ter sido o de reverenciar o mundo sensível como mero espectador a merecer toda a construção divina. Não haveria objetivo intrínseco à vida, a não ser o da contemplação restrita aos limites da imperfeição do homem. A própria condição humana parece impregnada de um senso de perenidade, não cabendo ser contestada, servos que são todos aqueles que estão sobre a Terra. Nesse contexto, a mobilidade social inexistia e o indivíduo se dissolve no tecido coletivo, sem manifestar-se em sua singularidade:

No que interessava à atitude sobre a própria época, a “modernidade” da Idade Média pouco diferia das concepções de tempo dos antigos. Durante mais de um milênio, na verdade, a “modernidade” exibiu em relação ao presente e ao futuro uma indiferença que chegava ao desprezo, o que era um contraste surpreendente com a reorientação radical em relação ao tempo, implícita na filosofia cristã da história. (KUMAR, 2006, p. 109)

Assim, na linha que se estende entre passado e futuro, este último não merece consideração, aparecendo impedido no horizonte projetivo da sociedade, que despreza a originalidade, o espírito de conquista e de atualização. Mesmo o presente não se apresenta digno de maior apreço, tamanha a importância atribuída à tradição legada pela antiguidade clássica.

2.1.1 O tripé moderno: progresso, razão e felicidade

Diferentemente do que se costuma compreender sobre esse período e de seu papel na história, não foi ainda na explosão criativa da Renascença que a modernidade conseguiu se erguer para além das tradições. Todas as mudanças ocorridas mesmo após o lançar-se ao mar rumo ao Novo Mundo são ainda insuficientes para a aceitação da ideia de *modernitas*, para seu fortalecimento. Nesse momento ainda prevalece a atmosfera hostil em relação ao novo, uma vez que a Renascença representou mais fortemente “a recuperação de formas mais antigas, do pensamento e dos costumes do mundo clássico. A Antiguidade Clássica havia estabelecido os padrões eternos” (KUMAR, 2006, p. 112). Não poderia mesmo haver lugar para a noção de progresso, a não ser marcada por intensa ambiguidade característica desse período.

Para Kumar (2006, p. 114), o maior legado da Renascença para o conceito da modernidade está em seu vigor, na vitalidade alcançada pelo povo europeu, que, ao contestar as autoridades medievais, vislumbram novos padrões críticos que vão florescer em sua plenitude em fins do século XVII, com a revolução científica. É essa mesma vitalidade renascentista que vai permitir que a ideia de progresso assuma uma importância cada vez maior.

Mas é somente a partir da segunda metade do século XVIII que as modificações na relação com a temporalidade e, portanto, com a história serão suficientemente fortes para abrir caminho paulatino para um novo significado da modernidade (KUMAR, 2006, p. 118). Desde fins do século XVII, os pensadores tendem a reinterpretá-la a partir das perspectivas surgidas com novos inventos e descobertas de toda sorte ocorridas nos últimos séculos. Assim, impulsionada pela tendência milenarista característica da tradição cristã, a ideia de modernidade torna-se secularizada, passando a ser associada com a de progresso:

O milênio tornou-se científico e racional, o alvorecer de uma era de progresso humano infindável na terra. A idéia de progresso, da forma concebida por Kant, Turgot, Condorcet e outros no século XVIII, foi a base da nova idéia de modernidade. (KUMAR, 2006, p. 118)

Era o próprio conceito cristão de tempo que estava sendo secularizado, tornando-se dinâmico. Pôde-se constituir, a partir daí, a divisão convencional dos “estágios” da história em Antiga, Medieval e Moderna. A própria história humana adquiriu, portanto, um caráter evolucionário, atribuindo especial importância e atenção ao atual e ao futurístico característicos do estágio moderno:

(...) os tempos modernos finalmente ganhavam vida. (...) modernidade significava rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. E significava também o ingresso em um tempo futuro expandindo, de forma infinita, um tempo para progressos sem precedentes na evolução da humanidade. *Nostrum aevum*, nossa era, transformou-se em *nova aetas*, a nova era. (KUMAR, 2006, p. 118)

A partir desse entendimento, nova postura é colocada em prática com relação às tradições, ao passado e a seu papel na vida presente.

Os tempos modernos tornam-se o ponto decisivo da história humana. A modernidade adquire caráter messiânico. O passado carece de sentido, exceto como preparação para o presente. Não nos ensina mais pelo exemplo. Sua única utilidade é ajudar-nos a compreender aquilo em que nos tornamos. (KUMAR, 2006, p. 118)

Nesse momento, a noção de progresso encontra-se em nascimento e nada pode prever o moto-contínuo daí disparado, que será a locomotiva não apenas para as conquistas futuras, mas também estará na base de toda a escala de valores a ser cultuada pela civilização a partir daí. A perda da autoridade e do caráter modelar do passado perante presente e futuro constitui o corolário da valorização crescente da ideia de progresso. Enquanto o passado se torna sinônimo de obscuridade, o novo passa a ser hipervalorizado, tomado como mais esclarecido (KUMAR, 2006, p. 118).

Se o progresso é, em termos concretos, a mola propulsora da modernidade, a valorização paulatina da razão como guia do pensamento humano e a obstinada busca pela felicidade na vida terrena constituem o ideário e demais vértices do que podemos compreender como o tripé moderno.

Para Kumar, a Revolução Francesa, ocorrida nos fins do século XVIII, é, no plano ideológico, o equivalente ao que a Revolução Industrial inglesa representou no século anterior para o progresso: “Se a Revolução Francesa deu à modernidade sua forma e consciência características – uma revolução baseada na razão –, a Revolução Industrial forneceu-lhe a substância material” (KUMAR, 2006, p. 120).

A Revolução Francesa representa nova baliza política para a própria história, marcando o início de uma época de eterna reinvenção, que representa um ponto sem retorno para a trajetória humana sobre o planeta, tendo como objetivo “a obtenção de liberdade sob orientação da razão” (KUMAR, 2006, p. 120). A razão passa a constituir o elemento de depuração de toda e qualquer impregnação de caráter metafísico, sendo o pensamento religioso paulatinamente abandonado e substituído pelo ideal científico.

A modernidade torna-se um conceito aberto, sob “a idéia de continuação ininterrupta de novas coisas” (KUMAR, 2006, p. 119). Tal pensamento está no cerne do processo de industrialização com acelerada tendência à produção de bens de toda sorte, sem qualquer horizonte de descontinuidade. Vivemos sob o impacto do resultado dessa revolução, que se refaz a cada dia, em cada chão de fábrica e em escala cada vez maior. Hoje, a infinidade de produtos, serviços e bens é oferecida dentro de nossas casas pelo desfilar, também incessante, das mídias de diferentes suportes. Todo o nosso estilo de vida, assim como qualquer padrão de bem-estar e de felicidade, é perpassado, em algum ponto, pelos produtos e pelas benesses advindas dessa revolução ou, pelo menos, encontra aí algum complemento ou substituto em grau importante.

Assim, em sua forma material, a modernidade favoreceu a expansão mundial da civilização ocidental por intermédio da industrialização presente em todos os continentes, de forma que, dessa associação, o capitalismo surge hegemônico como sistema econômico, resultante do permanente estado de crise e renovação (KUMAR, 2006, p. 122).

Nessa medida, não é apenas uma nova relação com o tempo que vemos surgir com a modernidade. Um novo modo de vida se constitui a partir de todas essas mudanças, com renovada aposta na crescente valorização da ciência, tornada medida suprema para a felicidade humana. O impacto do pensamento racional, base do movimento iluminista, é sentido em todos os aspectos da vida. Valores antes impensados brotam pelo vasto terreno no qual se desdobra a experiência moderna. Para além de noções como liberdade, igualdade e fraternidade, surge uma nova noção de indivíduo que, ao se ligar diretamente à de democracia, principal bandeira política da Revolução de 1789, dará origem ao que Tocqueville denomina pioneiramente “indivíduo moderno” (RENAUT, 1998, p. 25). Ideias como igualdade e liberdade representam a pauta de uma ruptura com a hierarquia e a tradição e inauguram novo estatuto para esse indivíduo, abrindo possibilidades de escolha e quebrando a imobilidade social.

É necessário entender que nessas sociedades [tradicionais primitivas ou medievais], a tradição se impõe ao indivíduo sem ter sido escolhida e nem, conseqüentemente, ter sido fundada em sua própria vontade. É-lhe imposta de fora, sob forma de transcendência radical à qual os homens obedecem como obedecem às leis da natureza. (...) Por oposição, a dinâmica moderna da democracia será, ao contrário, a da erosão progressiva desses conteúdos tradicionais, minados aos poucos pela idéia de auto-instituição, que a Revolução aflora com particular vigor. (RENAUT, 1998, p. 28)

Assim, se anteriormente ao corte histórico da queda da Bastilha os aspectos socioeconômicos eram inabordáveis, sendo o monarca metafisicamente investido de um poder absoluto, agora nova organização social se põe em marcha, tornando-se vertedouro da noção de indivíduo.

Mas observe-se que as possibilidades abertas pelas mudanças ocorridas já a partir da Revolução Industrial no Ocidente e refletidas para todo o mundo extrapolam em muito seu nicho político-econômico. Essas mudanças se deram de tal forma na sociedade como um todo que tornaram possível a própria distinção das dimensões econômica e social. Esse indivíduo, não mais dissolvido em castas como na anterior indistinção da massa camponesa medieval, passa, paulatinamente, a desenvolver aspirações diversas. Talvez o melhor exemplo dessas aspirações sejam as nascentes

organizações trabalhistas contra a nova classe hegemônica. Agora o conflito se instaura entre o proletariado e a burguesia dominante. De qualquer forma, é somente a partir desse conjunto de revoluções que se observa uma maior permeabilidade na dimensão econômica, o que possibilitará, em maior ou menor grau, o surgimento de alguma mobilidade social até então inexistente.

É, aliás, desperto do obscuro sonho dos tempos anteriores ao Renascimento que o homem tornado indivíduo e organizado como sociedade pode refletir sobre seu tempo como uma cultura ou uma civilização moderna, o que para Bauman (1998) constitui verdadeiro pleonasmo. Assim, essa tomada de consciência do homem moderno sobre si mesmo assemelha-se ao despertar de um sono profundo ou, ainda, a um *insight*, em que o adolescente descobre não ser mais criança.

2.1.2 O sentido de ser moderno: do projeto moderno ao não sentido da atualidade

A radicalidade da experiência das duas grandes guerras que devastaram o centro do Ocidente – até então, o continente europeu –, na primeira metade do século XX, nos permite inferir ter se tratado do início de um processo de paulatina falência daquilo que, para Habermas, vem constituir um “projeto moderno”. A expressão faz referência à concepção de modernidade alcançada já no século XVIII e baseia-se na ideia de que a ciência, principal bandeira das nações modernas e cada vez mais aliada ao poder político e econômico, nos salvaria das trevas e dos reveses naturais que desde o início dos tempos ameaçavam a humanidade. Assim, o projeto seria fruto do trabalho intelectual dos iluministas em torno do propósito de desenvolver uma ciência objetiva, com valores universais e autonomia moral, o que também abrangeria o campo das artes e da lei.

Acreditava-se que o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente conduziria à emancipação humana. O domínio científico da natureza, pelo homem, anunciava o almejado atendimento das necessidades básicas, a vitória sobre a escassez e as calamidades naturais. Tratava-se de subordinar a natureza ao controle humano ou, nas palavras de Giddens, constituir “o domínio humano do mundo natural”. (Giddens, *apud* MANCEBO, 2000)

O pensamento iluminista esposou o progresso. Através do desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos de pensamento prometia a libertação das irracionalidades da religião, da superstição, a eliminação do uso arbitrário do poder, a ruptura com a tradição. Sob este ideário, floresceram doutrinas de igualdade, liberdade, crença na inteligência humana e na razão universal. Com maior ou menor ênfase, embalava-se o otimismo de que as artes e as ciências poderiam promover não somente o controle da natureza, como também a compreensão do mundo e do eu, a evolução moral, a justiça, e até a felicidade e bem-estar dos seres humanos. (MANCEBO, 2000)

Mas essa autonomia moral termina por conhecer limites a partir da amarga experiência da guerra, o que trouxe um profundo sentimento de desesperança que parece ter contaminado, de forma aguda, sobretudo a Europa do pós-guerras. Esse fato teve reflexos político-econômicos para todo o globo, em franco processo rizomático, resultante da aceleração do processo de industrialização e da dependência econômica cada vez maior gerada entre as nações modernas.

Neste ponto, não podemos deixar de retornar a Freud em sua discussão sobre o mal-estar inerente ao processo civilizatório. Sua brilhante abordagem destaca as principais fontes desse mal-estar compartilhado socialmente e aponta para três direções bastante distintas e irreduzíveis. Para Freud, às intempéries naturais e à falência do corpo, com a irrecusável velhice e morte, juntam-se as tendências agressivas particulares do indivíduo, despertadas quando confrontadas com essas mesmas tendências vindas do sentido oposto, ou seja, vindas do outro:

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora

ele não possa ser menos fatidicamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes. (FREUD, 1929/1987, p. 84-85, v. 21)

Pois bem, é apenas desse último mal-estar que tratamos quando tomamos as duas guerras mundiais e suas consequências como o principal fator para o desencadeamento de certo tom de desesperança que se abateu sobre o indivíduo moderno civilizado. É do que nos fala grande parte daqueles que teorizaram sobre a impotência da ciência para lidar com as questões humanas: suas tendências e anseios, sua desmedida e seu relativismo moral.

São também notórias as transformações ocorridas nas artes e na arquitetura a partir da modernidade. Tal fato talvez se deva a uma particularidade intrínseca da experiência estética de ser perceptível a olho nu. Sobre a dimensão estética, aliás, Harvey (2008, p. 21), retomando Baudelaire em publicação de 1863, chama a atenção para uma característica oscilação do modernismo entre “o transitório, o fugidio, o contingente” e sua outra metade, “o eterno, o imutável”. Nessa medida, apesar de uma intensa tendência às mutações, na modernidade ainda prevalece uma necessidade de construir algo, de transformar com perspectiva de alguma durabilidade. Talvez seu sentido possa ser encontrado exatamente nessa oscilação, nesse ir e vir que destrói para dar lugar ao novo, que decompõe para recompor sob nova ótica e novo padrão. O sentido de ser moderno vai ao novo, mas volta-se para algo que busca se estabelecer. Há ainda um movimento de tentar perenizar alguma coisa.

Se o caráter vanguardista aparece explícito em termos estéticos, a experiência do novo revela-se mais velada em outras dimensões. Assim, embora as modificações do comportamento, dos hábitos e costumes estejam, de modo geral, presentes de maneira irreversível no âmbito da vida social, a forma como ocorrem parece menos evidente, talvez por estarmos imersos na própria experiência da realidade, o que impede a clareza de nossa percepção. Mas, de fato, também aqui podemos perceber uma oscilação cada vez mais presente.

Para Giddens, há uma influência mútua entre o global e o contingente nos diferentes níveis da experiência moderna:

(...) a experiência global da modernidade está interligada – e influencia, sendo por ela influenciada – à experiência das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão de tempo e espaço. Estamos todos presos às *experiências do cotidiano*, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto aqueles que afetam a humanidade como um todo. (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 77)

Mas, se esse tensionamento constitui uma marca da modernidade, na contemporaneidade o pêndulo parece pesar mais para um dos lados, sobretudo se considerarmos a aceleração cada vez maior dos avanços tecnológicos em todos os campos do conhecimento científico. Nessa medida, a transitoriedade e a contingência parecem marcar profundamente o espírito atual, tendo em vista a crescente valorização da novidade possibilitada pela produção industrial, pela mídia e pelo incessante fluxo de modificações das instituições. A dimensão econômica impõe um maior ritmo na experiência da realidade que, por meio das regras de mercado, incrementa a exigência de consumo constante, o que aumenta o sentimento de desapego ao passado, mesmo que esse passado seja o ano anterior. Assim, a fluidez da produção tende a impregnar a todos os demais aspectos da vida contemporânea, transformando em fluxo todos os aspectos socioculturais.

Nessa medida, a relação que se estabelece com a temporalidade ganha um colorido ainda mais dramático se considerarmos a experiência subjetiva por meio da Internet. No meio virtual, passado e futuro ganham contornos de presente, uma vez que podem ser acessados instantaneamente, com riqueza de detalhes textuais e imagéticos, numa quase infinita variedade de possibilidades. Entretanto, o caráter transitório e contingente dessa experiência dispensa a densidade da matéria, podendo satisfazer-nos na ilusão de sua substituição.

Bauman (1998, p. 8) nos chama a atenção para o fato de que o correspondente sociopsíquico ao projeto científico-econômico moderno vem a ser, até meados do século XX, inspirado no ideário que tem a ordem como pedra angular para todas as realizações da civilização. O fruto de seu excesso é diretamente proporcional à limitação da liberdade individual, seu inevitável corolário.

Entretanto, tal situação se inverte de forma sensível na segunda metade daquele século. Foi a partir da tomada de consciência de si e munida de um crescente aparato tecno-científico que, nos termos de Bauman (1998), a civilização ocidental se empenhou em empreender as tarefas de organização, limpeza e beleza, três dos mais caros valores constitutivos do sentido e do ideal modernos. Assim, com o auxílio taxionômico da ciência recente, a sociedade pôde organizar-se, dominando cada vez mais a natureza e seus atributos. Também experimenta limpar-se, sobretudo das impurezas resultantes de sua errática aventura pelos mares, rumo ao desconhecido novo continente e seu contato com “novas” e tão distintas etnias.

Esse contato a levou a práticas miscigênicas, o que será posteriormente renegado pelo branco europeu no anseio cada vez maior por um ideal de beleza, valor exaltado e buscado desde a crescente urbanização administrada sobre a *pólis* moderna. Essa negação culmina na desastrosa experiência do nazi-fascismo, que, em pleno século XX, vem representar o mais negativo extremo de tais princípios modernos, numa clara amostra de onde pode chegar o desvario da crueldade humana.

Hoje, na pós-modernidade, a maioria dos autores parece concordar que assistimos a uma verdadeira derrocada da ideia de sentido. Essa situação não quer dizer, necessariamente, que qualquer noção de sentido esteja sendo apenas suprimida, mas que também pode estar sendo levada a extremos, de forma que uma ruptura parece certa ou, no mínimo, o sentido pode ser pluralizado, num relativismo sem precedentes.

Com a aparente transformação e, em alguns casos, dissolução das principais instituições e valores modernos, a perspectiva de se construir um futuro parece também não fazer parte de uma pauta tácita subsumida pela coletividade. Nessa medida, o sentido moderno que apontava para o futuro ou para “um futuro melhor” tende a ser desacreditado numa era em que as incertezas são grandes e nada se erigiu como ideal comum. Assim, a exacerbação do individualismo e a efemeridade das relações parecem marcar profundamente nosso tempo e instaurar uma crise ética sem precedentes, fragilizando o laço social e pondo todos em constante estado de expectativa sobre o momento seguinte. Nada se sabe sobre o futuro e não há

alternativa de peso frente ao *status quo* do modelo político-econômico vigente como, outrora, houve o socialismo. Nos termos freudianos, vivemos um momento em que a tríplice raiz do mal-estar moderno parece prestes a atingir seu ápice, pelo menos no que diz respeito ao conflito com a alteridade, apontado por ele como “mais penoso do que qualquer outro” (FREUD, 1929/1987, p. 84, v. 21), já que a ambição científica promete estar cada vez mais perto de nos oferecer em cápsulas farmacêuticas a fonte da eterna beleza e juventude, numa ilusão de estarmos prestes a derrotar a primeira fonte de mal-estares: as mazelas que levam o corpo à falência rumo à finitude.

No horizonte de tudo isso, a única fonte que talvez possa limitar o desvario das demais parece ser aquela proveniente da própria natureza, no que os atuais eventos climáticos parecem dar testemunho incontestado. A cada dia torna-se mais claro o fato de que o próprio planeta também começa a apresentar sinais de fadiga e esgotamento de sua capacidade de absorver os resíduos gerados pela indústria e pelo modo de vida predatório e altamente destrutivo das populações.

Nessa medida, parece-nos que é a exacerbação dos valores e ideais modernos o próprio elemento que colabora efetivamente para a derrocada de um sentido inerente à aventura humana, o que sobrecarrega o vértice destrutivo do movimento pendular, instaurando a transitoriedade como único padrão. O projeto moderno mostra-se cada vez mais decrépito e insuficiente para garantir uma relação mais estável entre os povos e destes para com a natureza. A promessa moderna soa como ilusão e põe por terra o sentido inerente ao processo de desconstrução-reconstrução. Tudo parece em constante fragmentação e mesmo o valor da vida humana torna-se mais relativo a cada dia.

2.2 Tempos líquidos: a pós-modernidade

O que a pós-modernidade vem representar no contexto dessa perda de um sentido como havia na modernidade? A constatação mais óbvia nos conduz à ideia de

que a pós-modernidade seria, ela própria, essa perda de sentido, uma vez que em nosso atual estágio civilizatório tudo aparenta estar em constante fragmentação, desmanchando-se no ar, causando-nos a sensação de que não há partida nem chegada, não há limites, não há mais chão seguro para a aventura humana.

Apesar da impossibilidade de determinarmos o início exato para o que aqui denominamos *era pós-moderna*, tomaremos como referência, propositadamente de maneira bastante imprecisa, a segunda metade do século XX. Tal imprecisão deve-se ao fato de estarmos tratando do próprio tempo atual, não havendo distanciamento histórico suficiente que garanta qualquer definição segura. Esta é, em nosso entendimento, uma característica relevante da pós-modernidade: trata-se da única era que já inicia refletindo sobre si mesma. Além disso, conforme podemos perceber na literatura pertinente, cada autor considera diferentes marcos históricos e/ou sociais para seu início ou, pelo menos, para o início das transformações que caracterizam uma mudança que mereça ser designada como pós-modernidade.

A título de primeira definição, escolhemos a que se encontra disponível na enciclopédia virtual *Wikipédia*, que consideramos bastante pertinente para nossa introdução ao tema:

É a condição sócio-cultural e estética do capitalismo contemporâneo, também denominado *pós-industrial* ou *financeiro*. O uso do termo se tornou corrente, embora haja controvérsias quanto ao seu significado e pertinência. Tais controvérsias possivelmente resultem da dificuldade de se examinarem processos em curso com suficiente distanciamento e, principalmente, de se perceber com clareza os limites ou os sinais de ruptura nesses processos.

Desde a década de 1980, desenvolve-se um processo de construção de uma cultura em nível global. Não apenas a cultura de massa, já desenvolvida e consolidada desde meados do século XX, mas um verdadeiro sistema-mundo cultural que acompanha o sistema-mundo político-econômico resultante da globalização.

A Pós-Modernidade, que é o aspecto cultural da sociedade pós-industrial, inscreve-se neste contexto como conjunto de valores que norteiam a produção cultural subsequente. Entre estes, a multiplicidade, a fragmentação, a desreferencialização e a entropia – que, com a aceitação de todos os estilos e estéticas, pretende a inclusão de todas as culturas como mercados consumidores. No modelo pós-industrial de produção, que privilegia serviços e informação sobre a produção material, a Comunicação e a Indústria Cultural

ganham papéis fundamentais na difusão de valores e idéias do novo sistema. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3s-modernidade>> Acesso em: 2 de agosto de 2010)

Dentre os trabalhos dos diversos autores que se debruçam sobre o tema, é possível identificar as linhas gerais das mudanças hoje observáveis, ainda que nem todos considerem a radicalidade de uma ruptura com o que se convencionou tratar por modernidade, justificando o emprego de outra nomenclatura. Assim, alguns autores compreendem a pós-modernidade como uma exacerbação das características próprias da modernidade. Esse é o caso daqueles que defendem a ideia de hipermodernidade, como Lipovetsky, para quem a pós-modernidade nunca existiu, ou de modernidade tardia, como Stuart Hall ou David Halley preferem designar.

Outros, ao contrário, consideram-na como o rompimento final com quaisquer possibilidades de se constituir novas tradições ou terreno seguro que delimite nossos excessos rumo ao desconhecido. Para estes, a ciência, estandarte principal de um capitalismo cada vez mais devorador, evolui como uma nave sem porto de chegada, para a qual nada deve permanecer, a não ser numa perspectiva utilitária que sirva aos seus propósitos elucidativos e dominadores. Nessa esteira aparecem expoentes como Bauman, Harvey e Kumar.

Mas o pioneiro no emprego da expressão parece ser o francês Jean-François Lyotard (2008, p. xvi), para quem a “condição pós-moderna” caracteriza-se pelo esgotamento das metanarrativas, ou seja, pela insuficiência dos discursos totalitários e suas grandiosas pretensões explicativas. Para Lyotard (2008, p. xv), o descrédito de tais esquemas representa a impossibilidade de se alcançarem garantias por meio de verdades absolutas e universais, incluindo-se a ciência.

Na interessante discussão que elabora acerca das múltiplas características da identidade cultural pós-moderna em sua relação com o que denomina modernidade tardia, Hall (2005, p. 18) destaca que as leituras de Giddens, Harvey e Laclau se diferem quanto à “natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha

comum”. Hall atribui à própria globalização o impacto da mudança contemporânea, cujas características se encontram nessa linha comum.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13)

O autor trata ainda do descentramento provocado na identidade do indivíduo pós-moderno pela concepção freudiana da subjetividade, raciocínio que é levado adiante também nos ensinamentos de Lacan:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2005, p. 38)

Para Kumar (2006, p. 105), como conceito, o pós-modernismo revela seu caráter contrastante com a ideia do moderno, tendo no prefixo “pós” um indicativo ambíguo, que tanto pode significar exclusão ou ultrapassagem, assumindo o sentido de substituição, como pode exprimir apenas um prolongamento, uma relação de posteridade linear. De qualquer modo, a pós-modernidade representa, antes de tudo, que a modernidade acabou, ou seja, não há mais modernidade, mas sim sua superação.

Para Harvey (2008, p. 49), o pós-modernismo acolhe a fragmentação e a efemeridade, o caos e a descontinuidade de maneira afirmativa, sem tentar transcendê-las, como ocorria no período anterior. Não há, portanto, uma tendência à criação de novos padrões “eternos e imutáveis” sob qualquer aspecto da vida humana:

O pós-modernismo nada, e até se esboça, nas fragmentárias e caóticas correntes de mudança, como se isso fosse tudo o que existisse. (...) na medida

em que não tenta legitimar-se pela referência ao passado, o pós-modernismo tipicamente remonta à ala de pensamento, a Nietzsche em particular, que enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com o pensamento racional. (HARVEY, 2008, p. 49)

Descontinuidade e fragmentação possuem acepção intrínseca de puro movimento, puro fluxo, o que, em nosso entendimento, equivale a uma total ausência de referência e constitui o próprio impedimento para a busca de um sentido universal.

Menos otimista que Harvey, Bauman, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, define a pós-modernidade como:

Modernidade sem ilusões. Diferentemente da sociedade moderna anterior, a que chamo de modernidade sólida, que também estava sempre a desmontar a realidade herdada, a de agora não o faz com uma perspectiva de longa duração, com a intenção de torná-la melhor e novamente sólida. Tudo está agora sempre a ser permanentemente desmontado, mas sem perspectiva de nenhuma permanência. (BAUMAN, 2003, p. 2)

Bauman considera que a sociedade atual é ainda moderna nas suas ambições e em seu *modus operandi*, mas, já desiludida, mal consegue manter sua forma:

Tudo é temporário. É por isso que sugeri a metáfora “liquidez” para caracterizar o estado da sociedade moderna, que, como os líquidos, se caracteriza por uma incapacidade de manter a forma. Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades “auto-evidentes”. É verdade que a vida moderna foi desde o início “desenraizadora” e “derretia os sólidos e profanava os sagrados”, como os jovens Marx e Engels notaram. Mas, enquanto no passado isso se fazia para ser novamente “reenraizado”, agora as coisas todas – empregos, relacionamentos, *know-hows* etc. – tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desregulados. (BAUMAN, 2003, p. 3)

Neste ponto, cabe-nos perguntar a que tipo de “ilusões” o autor se refere. Certamente, não se trata de uma capacidade intrínseca do homem para lidar com a realidade cotidiana através de seu aparato psíquico, tão bem desenhado por Freud, não coincidentemente na virada do século XIX para o XX. Sabemos, a partir da psicanálise, que essa realidade à qual aludimos cotidianamente não nos vem despida de uma série

de elementos que compõe nosso quadro mental, ou nossa realidade psíquica. Já em suas primeiras proposições, Freud se posiciona sempre como feroz crítico da ideia de uma hegemonia da racionalidade, valor tão caro à modernidade. Nessa medida, sua crítica, desde o início, parece nos advertir sobre a importância que a noção de fantasia assumirá futuramente para sua concepção do psiquismo. A julgar por toda a trajetória e descobertas advindas de sua clínica, nascemos e morremos imersos na fantasia e, ao que parece, do real vislumbramos apenas fragmentos.

De nossa parte, concordamos com a tese freudiana de valorizar a realidade fantasística para além do previsto nos cânones de qualquer racionalidade. Entendemos a volatilidade e a fragmentação características de nossa atualidade pós-moderna como elementos altamente propícios para a florescência dos aspectos mais individuais da subjetividade. A fantasia, nesse caso, desfruta de grande vantagem frente à hegemonia da razão, com todos os possíveis deslindes de sua prevalência, ou seja, com os mais diversos efeitos de seus excessos. A experiência da subjetividade no ciberespaço talvez seja ainda incalculável em termos de seu alcance: uma conexão aparentemente perfeita do indivíduo à máquina, a nos fisgar pela dimensão do princípio do prazer e cada vez mais a nos capturar e nos afastar da realidade concreta.

Um dos autores que mais se preocupam atualmente em delinear as referências de nosso tempo como caracterizado pela desregulamentação, Bauman (1998, p. 9) recorre às noções freudianas, destacando o predomínio do princípio de prazer como elemento fundamental para a exacerbação do caráter hedonista do indivíduo pós-moderno. Ressalta o reinado da liberdade individual, num contexto em que imperam os ideais de beleza, pureza e ordem, não mais buscados pela coletividade, mas, sim, pelo caprichoso esforço do desejo individual.

Bauman destaca ainda como característica do indivíduo pós-moderno a troca de segurança, tão cara na modernidade, pela almejada liberdade, reafirmando a equação proposta por Freud em 1929, sobre o antagonismo entre a liberdade individual e a segurança conquistada na coletividade:

A liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. Você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma outra coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão verdadeira quanto o era então. Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: *os homens e mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de liberdade*. Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. (BAUMAN, 1998, p. 9)

Na sociedade moderna, ainda havia lugar para um conjunto de valores estáveis que, mesmo desprezando as tradições e prescindindo de suas referências, propiciava um *status quo* diferenciado e aparentemente coeso quanto aos modos de vida, em seus aspectos políticos e culturais. Entretanto, como vimos anteriormente, a solidez característica da era moderna foi paulatinamente sendo depauperada em suas instituições e valores éticos, cedendo lugar, na pós-modernidade, à liquefação dos principais aspectos da vida humana, inclusive das relações sociais (BAUMAN, 2003).

Renaut destaca que alguns dos elementos que vão compor o quadro de incertezas de nossa época se encontram às margens da Revolução Francesa. Segundo o autor, ainda na primeira metade do século XIX, o próprio Tocqueville, um dos clássicos estudiosos e defensores das democracias modernas, anunciava uma preocupação com a perigosa ausência de limites que poderia resultar do cruzamento entre a democracia e a cultura individualista:

(...) é antes de mais nada enquanto liberal desejoso de fixar os limites do Estado (e não na qualidade de nostálgico do *Ancien Régime*) que Tocqueville pensa nos perigos da democracia, da mesma forma que é como liberal que ele levanta uma questão hoje mais do que nunca pertinente: como encontrar, no seio de um universo democrático e, portanto, individualista, freios para a decomposição do tecido social e contra poderes que se possam opor ao Estado? (RENAUT, 1998, p. 33)

De fato, parece contraditório que esse cruzamento possa ser por si só antagônico. Entretanto, o disparate da cultura do individualismo testemunha exatamente a ausência de limites, no plano social, para as demandas particulares do

sujeito pós-moderno. Na verdade, essa faceta do indivíduo pós-moderno encontra seu maior incentivo no excessivo estímulo ao consumismo desenfreado, o que produz efeitos sobre todo o modo de ser atual.

Após uma conturbada primeira metade, marcada por crises econômicas, inúmeras guerras e revoluções, o século XX assistiu a um período em que o resultado de tantos conflitos parece ter empreendido um notável fluxo de mudanças sociais e comportamentais a cada decênio. Certamente, poucos aceitariam retroceder no tempo anterior aos movimentos surgidos nos anos 1960, quando estudantes, mulheres, negros, gays e outras minorias passaram a se posicionar politicamente, inaugurando o espírito de defesa dos interesses de indivíduos organizados em grupos sociais. Em plena Guerra Fria e sob o espírito da conquista do espaço, tais movimentos fizeram com que esses anos se tornassem algo substancialmente diferente dos anteriores, tendo disparado o gatilho para uma crescente radicalização das mudanças ocorridas nas décadas seguintes. Hoje, os anos 1950 parecem a efígie de um tempo muito mais longínquo do que realmente são.

A rapidez e a radicalidade das mudanças certamente não atingem a todos e emprestam um caráter transitório a esse período que se estende até os dias de hoje. Desse modo, não é de se espantar o fato de coabitarem no nosso mundo urbano-ocidental indivíduos de tendências modernas e pós-modernas. Talvez nenhuma época de transição tenha propiciado rupturas tão intensas e viscerais para a dimensão subjetiva quanto a que se observa a partir da segunda metade do século XX, último marco para o que consideramos o início da era pós-moderna.

É no bojo de uma apreensão para com o esgarçamento do tecido social que muitos pensadores vão atacar, de forma virulenta e pessimista, o caráter desagregador e multifacetado da pós-modernidade, o que se estende, na maioria das vezes, ao apogeu da era digital. Pois, se as raízes desse desgaste já se encontram no próprio sentido da modernidade, é com os impactos da tecnologia informacional e cibernética popularizada em todo o planeta que a sociedade passa a conviver e a assimilar a partir dos anos 1990 e na entrada do terceiro milênio.

2.3 A pós-modernidade e seus impactos na cultura: a virtualização da realidade

Ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa deram verdadeiros saltos a cada decênio. A popularização do som e da imagem através do rádio, do cinema e da televisão tornou possível a recepção de informações por grupos cada vez maiores de usuários, mas em ambientes e momentos ainda localizados.

Em meados do século, observa-se grande incremento em pesquisas com tecnologias digitais, propiciadas por uma substancial injeção de investimentos, principalmente nos países ditos desenvolvidos. Com isso, o aparato informático abandona a restrição dos órgãos de inteligência e segurança nacionais e, após difundir-se nos meios industrial e empresarial, alcança o âmbito doméstico, acadêmico e os ambientes de trabalho em geral, sobretudo por volta dos anos 1980.

A partir de uma bombástica convergência entre a informática e as comunicações, a sociedade entrou, definitivamente, na era da informação. É ainda na última década do milênio que o cidadão urbano dos grandes centros conhece o auge resultante desse cruzamento. Uma nova e revolucionária configuração de mídias inaugura algo ainda mais radical do que havia surgido até então: a Internet. Até então, nada havia possibilitado grau tão elevado de interatividade e participação, não apenas no compartilhamento de informações, mas, principalmente, no provimento de conteúdo por parte de cada usuário. Seu formato rizomático, interativo, atual, portátil e extremamente acessível faz desse fenômeno a ponta de um processo tecnológico sem precedentes no campo das comunicações e do acesso a informações.

Essa situação altera totalmente a concepção e os modos de distribuir e fazer circular a informação, alçando a Internet a um lugar privilegiado e singular que inaugura a era da “comunicação mediada por computador”, o que, por si só, já constituía novidade. O usuário sai do lugar de mero espectador, passando a exercer um papel ativo de escolher, criar, compartilhar e disponibilizar conteúdos para toda uma rede mundial, num interacionismo inédito e cada vez mais ilimitado.

Nesse sentido, a partir desse fenômeno, observamos a propagação de novos padrões culturais e comportamentais em escala planetária, corroborando efetiva e eficazmente para o processo de globalização e para o que se passou a compreender como cultura pós-moderna. Hoje, o indivíduo – o sujeito pós-moderno – encontra-se à deriva num mar de informações sem fim, fragmentado em múltiplas possibilidades, manifestando-se sem amarras, na imensidão do universo virtual. Todas as informações resultantes do processo de virtualização se encontram acessíveis aqui e agora mesmo, disponibilizadas democrática e instantaneamente para todo o planeta.

Conforme ressalta Barbosa, em sua apresentação à edição brasileira do clássico *A condição pós-moderna*, de Lyotard, é novamente o pensador francês quem dá o pontapé inicial no reconhecimento da importância cada vez maior que o aparato “cibernético-informático” desempenharia na pós-modernidade, capilarizando todos os aspectos da vida humana:

O cenário pós-moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional. Nele, expandem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática. Incrementam-se também os estudos sobre a “inteligência artificial” e o esforço sistemático no sentido de conhecer a estrutura e funcionamento do cérebro bem como o mecanismo da vida. Neste cenário, predominam os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade. Se, por um lado, o avanço e a cotidianização da tecnologia informática já nos impõem sérias reflexões, por outro lado, seu impacto sobre a ciência vem se revelando considerável. (BARBOSA, 2008, p. viii)

Para Giddens, o efeito de aceleração da globalização ocasionada pelo fenômeno da Internet pode ser observado em seus reflexos por todo o campo social, já que, “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexões umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991, p. 6).

É, de fato, de uma nova realidade que aqui estamos tratando. A realidade virtual nasce com um estatuto radicalmente diferenciado em relação a tudo aquilo que se compreendia como pertencente ao gênero “virtual”. Toda a realidade torna-se passível

de ser digitalizada e disponibilizada na forma de *bits*, isto é, de informações que virtualizam quaisquer de seus elementos. Nesse sentido, a escrita de Lyotard, ocorrida em fins dos anos 1970, soa como verdadeira premonição, uma vez que suas ideias acerca do papel das tecnologias informáticas e seu impacto sobre a natureza e a transmissão do saber se confirmam paulatinamente nas décadas seguintes:

É razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (*media*) o fez.

Nessa transformação geral, a natureza do saber não permanece intacta. Ele não pode se submeter aos novos canais, e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidades de informação. Pode-se então prever que tudo o que no saber constituído não é traduzível será abandonado, e que a orientação das novas pesquisas se subordinará à condição de tradutibilidade dos resultados habituais em linguagem de máquina. (...) Com a hegemonia da informática, impõe-se uma certa lógica e, por conseguinte, um conjunto de prescrições que versam sobre os enunciados aceitos como “de saber”. (LYOTARD, 2008, p. 4)

Tal como Lyotard, Pierre Lévy também assinala que “a aceleração das comunicações é contemporânea de um enorme crescimento da mobilidade física” (1996, p. 23), e que o impacto de suas mudanças pode ser percebido no âmbito das técnicas, da economia e dos costumes, de maneira rápida e desestabilizante. Assim, nenhuma novidade parece mais exemplar, no campo da comunicação humana, que a Internet e a virtualização. Quanto a esse último fenômeno, Lévy se aprofunda na discussão, dedicando obras inteiras, nas quais sustenta que, atualmente, vivemos o auge de uma revolução que altera, de forma radical, nossos modos de conceber até mesmo grandezas como tempo e espaço, assim como a materialidade das coisas e a forma como se pratica o laço social:

Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual... Embora a digitalização das

mensagens e a extensão do ciberespaço desempenhem um papel capital na mutação em curso, trata-se de uma onda de fundo que ultrapassa amplamente a informatização. (LÉVY, 1996, p. 11)

Assim, para Lévy, o fenômeno da virtualização não é inerentemente bom nem mau, e nem mesmo neutro para a vida humana, mas, sim, algo que transforma nosso modo de ser em outro. É “a essência, ou a ponta fina, da mutação em curso”, sendo necessário compreendê-lo em toda sua amplitude, antes de rechaçá-lo (1996, p. 11).

Conforme percebemos com Lévy, em sua relação com o tempo, o virtual tende a atualizar-se constantemente, tal como a leitura atualiza o texto. Desse modo, o texto virtualiza-se na escrita, nas traduções e versões, e atualiza-se na leitura, nas diferentes possibilidades de interpretação (LÉVY, 1996, p. 35-50). No caso do espaço, o virtual tende a desterritorializar as informações, permitindo que diferentes vínculos semântico-ideativos estabeleçam milhões de percursos, o que está representado no hipertexto:

No mundo digital, a distinção do original e da cópia há muito perdeu qualquer pertinência. O ciberespaço está misturando as noções de unidade, de identidade e de localização.

Os dispositivos hipertextuais nas redes digitais *desterritorializam* o texto. Fizeram emergir um texto sem fronteiras nítidas, sem interioridade definível. Não há mais um *texto*, discernível e individualizável, mas apenas *texto*, assim como não há *uma água* e *uma areia*, mas apenas *água* e *areia*. (LÉVY, 1996, p. 48).

Nessa perda de rigidez propiciada pelo ambiente virtual, o texto ganha movimento e fluidez, metamorfoseando-se, o que permite que o autor o aproxime do próprio pensamento. Nesse sentido, Lévy revela-se o principal defensor da ideia de que a Internet e o conjunto de tecnologias digitais que lhe são correlatas serão cada vez mais responsáveis pela emergência de uma inteligência coletiva, concorrendo para uma mudança:

O ciberespaço favorece as conexões, as coordenações, as sinergias entre as inteligências individuais, e sobretudo se um contexto vivo for melhor

compartilhado, se os indivíduos e os grupos puderem se situar mutuamente numa paisagem virtual de interesses e competências, e se a diversidade dos módulos cognitivos comuns ou mutuamente compatíveis aumentar. (LÉVY, 1996, p. 116)

Também para Kumar, há que se destacar os impactos das mudanças na esfera da informação sobre nossas noções de tempo e espaço:

A revolução da tecnologia da informação comprime espaço e tempo em um novo “*oikoumene* mundial” orientado para o futuro. As sociedades do passado, diz Bell, foram basicamente limitadas pelo espaço ou pelo tempo. Eram mantidas coesas por autoridade burocrática e política, que tinha por base um território, e/ou pela história e pelas tradições. O industrialismo legitimou o espaço na nação-estado, ao mesmo tempo em que substituiu os ritmos e movimentos da natureza pelos ritmos da máquina. (...) O computador, símbolo da era da informação, pensa em nanossegundos, em milhares de microssegundos. Junto à nova tecnologia das comunicações ele introduz um marco espaço-temporal radicalmente novo na sociedade. (KUMAR, 2006, p. 49)

Para Nicolaci-da-Costa, pesquisadora brasileira que se debruça sobre o tema desde os anos 1990, a Internet representa hoje o mesmo que a Revolução Industrial inglesa representou no século XIX, impulsionada pela invenção da máquina a vapor dois séculos antes. A autora destaca o aumento dramático da capacidade produtiva das jovens nações ocidentais, com diversas consequências indiretas para a organização da vida urbana e para a geração de novas regras sociopolíticas e econômicas, o que afetou negativa ou positivamente toda a população. No caso da Internet, seus efeitos também se fazem sentir por toda a sociedade, inclusive pelas pessoas que jamais tenham utilizado um computador:

Na realidade, os impactos da internet podem ser divididos em dois tipos principais – a) *impactos diretos*: aqueles gerados pela interação dos usuários com a rede de computadores ou pela interação entre usuários por meio dela; b) *impactos indiretos*: aqueles que incidem tanto sobre os usuários da rede quanto sobre homens e mulheres que podem jamais ter tido alguma experiência direta com a internet. Isso porque tanto os primeiros quanto os últimos sofrem os efeitos das profundas alterações introduzidas pela internet no mercado de trabalho, na circulação do capital, no exercício da cidadania, no acesso à informação, na educação etc. (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 72)

A autora defende ainda a ideia de que a tecnologia desenvolvida e utilizada por uma ou por várias sociedades em determinada época constitui uma característica importante de sua cultura, de seu modo de agir, de pensar e se comportar, no que a Internet não é uma exceção:

Ela faz parte do conjunto de tecnologias (computadores, satélites, fibras ópticas, celulares etc.) que está tornando possível a emergência de uma nova “era” (por muitos chamada de pós-moderna [...]); uma era cujas principais características são a integração, a globalização, a relativização, o imediatismo, a agilidade, a derrubada de fronteiras, a extraterritorialidade, o nomadismo etc. (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 74-75)

Mas, assim como ocorre na própria discussão sobre a pós-modernidade, também a realidade virtual encontra seus críticos contundentes e seus entusiasmados defensores. Para o intelectual esloveno Slavoj Žizek, a realidade virtual encontra-se no rol dos produtos oferecidos no mercado desprovidos de suas “propriedades malignas” e, portanto, esvaziados de sua substância Real, o que caracteriza uma verdadeira “paixão pós-moderna pelo semblante” (2003, p. 24). Assim, na desertificação de conteúdos simbólicos na qual nos encontramos, resta-nos o confronto direto com um Real insuportável, marcado pela ausência de mediação suficiente que nos permita nos sentirmos vivos e enraizados num mundo partilhado coletivamente, e não apenas como peças sob domínio da realidade crua, cada vez mais atroz. Nesse contexto, a realidade virtual, com todos os seus atavios, representa o ápice de um processo em que o próprio laço social tende a ser esvaziado de seu desconforto:

A Realidade Virtual simplesmente generaliza esse processo de oferecer (...) a própria realidade esvaziada de sua substância, do núcleo duro e resistente do Real – assim como o café descafeinado tem o aroma e o gosto do café de verdade sem ser o café de verdade, a Realidade virtual é sentida como a realidade sem o ser. Mas o que acontece no final desse processo de virtualização é que começamos a sentir a própria realidade real como uma entidade virtual. Para a grande maioria do público, as explosões do WTC [World Trade Center] aconteceram na tela dos televisores, e a imagem exaustivamente repetida das pessoas correndo aterrorizadas em direção às câmeras seguidas pela nuvem de poeira da torre derrubada foi enquadrada de forma a lembrar as tomadas espetaculares dos filmes de catástrofe, um efeito especial que superou todos os outros, pois – como bem sabia Jeremy Bentham – a realidade é a melhor aparência de si mesma. (ŽIZEK, 2003, p. 25)

Outro crítico contumaz da sociedade em rede, Bauman se pergunta sobre as vantagens da linguagem própria à “conectividade” sobre aquela dos “relacionamentos”. A dinâmica da experiência da rede implica a capacidade instantânea de se conectar e se desconectar, sendo ambas as escolhas legítimas e nenhuma delas representante de uma essência da atividade. Para Bauman (2004, p. 12), uma conexão indesejável constitui um paradoxo dentro da lógica hedonista do sujeito pós-moderno, uma vez que somente interessa a esse sujeito a perspectiva que lhe traga prazer direto. Assim, muito antes de se tornarem indesejáveis ou inconvenientes, os elos virtuais são rompidos.

Conforme sugere Bauman (2003), a partir da boa-nova tecnológica nas comunicações, essa liquefação se expandiu também para o campo das relações socioafetivas, alcançando também aí um grau de volatilidade e de imprecisão considerável, característico dos padrões pós-modernos. Essa situação faz com que não apenas os mais tangíveis valores e instituições, mas também as trocas afetivas se tornem efemérides, o que compromete, segundo o autor, a vida coletiva em todos os seus níveis e faz com que o tecido social perca sua estabilidade e consistência.

2.4 Internet e ciberespaço: um novo *locus* para a experiência subjetiva

A exemplo de todas as discussões que envolvam conceitos como pós-modernidade, sociedade da informação, realidade virtual e seus correlatos e afins, a definição a respeito do que seja o ciberespaço não constitui tarefa fácil. O mar de informações a respeito do tema parece se agigantar em proporções geométricas, numa dinâmica em que cada autor busca definir o indefinível e limitar o que, por sua própria natureza, parece ilimitável. Entretanto, sua capilarização em quase todas as dimensões de nosso estágio civilizatório obriga-nos a considerar essa inusitada e verdadeira força, por sua crescente importância e pela inextrincável sedução que ela exerce sobre o sujeito na contemporaneidade.

Segundo a maioria dos autores que discutem a historicidade do tema, o termo *cyberspace* foi introduzido na literatura de ficção científica em 1984 pelo escritor *cyberpunk* William Gibson, em seu clássico *Neuromancer*. Gibson compreende o ciberespaço como o resultado de um conjunto de redes de computadores onde circulariam todas as informações sob diversos formatos, tratando-se de um espaço não físico ou territorial:

O ciberespaço gibsoniano é uma “alucinação consensual”. A Matrix, como chama Gibson, é a mãe, o útero da civilização pós-industrial onde os cibernautas vão penetrar. Ela será povoada pelas mais diversas tribos, onde os *cowboys* do ciberespaço circulam em busca de informações. A Matrix de Gibson, como toda a sua obra, faz uma caricatura do real, do quotidiano. (LE MOS, 2008, p. 127)

Em suas obras, Pierre Lévy buscou definir o ciberespaço, mas com a preocupação anterior de problematizar o que compreendemos por virtual como aquilo que existe em potência, e que, portanto, pode ser atualizado. Nesse caso, o virtual não antagoniza com o real, mas, sim, com o atual, realizando-se na atualização. Assim, para Lévy, o ciberespaço constitui um espaço de interação e comunicação entre as pessoas que, intermediado pelas conexões entre redes de computadores, faz circular informações de natureza digital, tendo como suporte o virtual (LÉVY, 1996, p. 15-18; 1999, p. 92-93).

Para Lemos, o ciberespaço “se encontra preso em estruturas arcaicas, imaginárias e simbólicas de toda a vida em sociedade” (2008, p. 127) e pode ser definido como um lugar poroso e rizomático a funcionar como uma espécie de inteligência coletiva. Por ele, segundo o autor, “toda a economia, a cultura, o saber, a política do século XXI, vão passar (e já estão passando)” (2008, p. 127). A partir do ciberespaço, conforme sustenta Lemos, vários de nossos valores e padrões serão revistos e noções fronteiriças como as do real e do virtual, do individual e do coletivo, serão redefinidas, entre diversas outras.

Lemos compreende o ciberespaço a partir de duas perspectivas principais: “como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente simulado (realidade

virtual), e como o conjunto de redes de computadores, interligados ou não, em todo o planeta, a internet.” (2008, p. 128).

Vejamos mais algumas das diversas definições por Lemos:

Ele é também (como o espelho de Alice) um espaço de passagem do indivíduo austero ao indivíduo religado (...), participante do fluxo de informações do mundo contemporâneo. Ele é um rito de passagem obrigatório para os novos cidadãos da cibercultura. (LEMOS, 2008, p. 131)

(...)

O ato de se conectar ao ciberespaço sugere versões dos ritos de agregação e de separação, onde a tela do monitor possibilita a passagem a um outro mundo. A tela é a fronteira entre o individual e o coletivo, entre o orgânico e o artificial, entre o corpo e o espírito. O ciberespaço é o espaço simbólico onde se realizam, todos os dias, ritos de passagem do espaço físico e analógico ao espaço digital sem fronteiras. Conectar-se ao ciberespaço significa ainda, mesmo que simbolicamente, a passagem da modernidade (onde o espaço é esculpido pelo tempo) à pós-modernidade (onde o tempo comprime o espaço); de um social marcado pelo indivíduo autônomo e isolado ao coletivo tribal e digital. (LEMOS, 2008, p. 132)

O ciberespaço é o ambiente onde se configura essa nova forma de realidade, a realidade virtual e seu mundo à parte, suporte para novo âmbito de ação e experimentação para a subjetividade. Assim, para além de toda a invasão tecnológica que esse inusitado contexto entorna sobre nosso pensamento ainda moderno, a realidade virtual do ciberespaço acolhe de maneira irresistível nossa subjetividade, propiciando verdadeiros voos, ou, no jargão, navegações infinitas. Nesse *locus*, as comunidades virtuais constituem ambientes de conexão que propiciam novas formas de relações sociais, sejam elas estabelecidas com caráter ocasional ou duradouro, em que grandezas como espaço geográfico ou tempo não entram como fatores limitadores. Podem ser formadas por internautas de qualquer ponto do globo, com número de participantes limitado ou irrestrito, havendo ou não um tema comum delineado simbolicamente com base no interesse dos participantes.

Apesar do caráter “estritamente” virtual tanto do ciberespaço quanto da Internet, os dois conceitos não coincidem. Por ciberespaço deve-se compreender o lugar não

delimitável espaço-temporalmente onde ocorrem todas as formas de interação humana, mediadas por tecnologias digitais ou mesmo analógicas. Assim, tanto a Internet quanto os demais meios de comunicação que virtualizem a imagem, a voz, os cheiros, as sensações táteis e as informações escritas em geral devem ser compreendidos como propiciadores da emergência desse espaço virtual que conhecemos como ciberespaço. Assim, o ciberespaço:

(...) descarta a necessidade do homem físico para constituir a comunicação como fonte de relacionamento, dando ênfase ao ato da imaginação, necessária para a criação de uma imagem anônima, que terá comunhão com os demais. Apesar de a Internet ser o principal ambiente do ciberespaço, devido a sua popularização e sua natureza de hipertexto, o ciberespaço também pode ocorrer na relação do homem com outras tecnologias: celular, pagers, comunicação entre rádio-amadores e por serviços do tipo “tele-amigos”, por exemplo. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciberespaço>>. Acesso em: 27 de setembro de 2010)

Entretanto, o surgimento da Internet parece abolir as próprias fronteiras do ciberespaço, uma vez que o volume de informações que põe em circulação, o grau de virtualização atingido e o nível de interação por ela permitido entre usuários parecem cada vez mais ilimitados, superando todas as demais tecnologias e aparatos de virtualização.

Paralelamente à abolição das fronteiras entre os estratos de diferentes realidades, como quer que as compreendamos, o surgimento da Internet parece também erodir as fronteiras entre o público e o privado. Mais do que nunca, assistimos a uma verdadeira devassa da privacidade em todos os níveis e camadas sociais.

Em nosso entendimento, a Internet não representa necessariamente uma promessa ou esperança de resgate da dignidade humana através da acessibilidade às informações e, portanto, da distribuição de bens e posses de uma forma mais equânime, como parece acreditar Lévy, entre outros pesquisadores do tema:

Proponho, juntamente com outros, aproveitar esse momento raro em que se anuncia uma cultura nova para orientar deliberadamente a evolução em curso. Raciocinar em termos de impacto é condenar-se a padecer. De novo, a técnica

propõe, mas o homem dispõe. Cessemos de diabolizar o virtual (como se fosse o contrário do real!). A escolha não é entre a nostalgia de um real datado e um virtual ameaçador ou excitante, mas entre *diferentes concepções do virtual*. A alternativa é simples. Ou o ciberespaço reproduzirá o mediático, o espetacular, o consumo de informação mercantil e a exclusão numa escala ainda mais gigantesca que hoje. (...) Ou acompanhamos as tendências mais positivas da evolução em curso e criamos um projeto de civilização centrados sobre os coletivos inteligentes: recriação do vínculo social mediante trocas do saber, reconhecimento, escuta e valorização das singularidades, democracia mais direta, mais participativa, enriquecimento das vidas individuais, invenção de formas novas de cooperação aberta para resolver os terríveis problemas que a humanidade deve enfrentar, disposição das infra-estruturas informáticas e culturais da inteligência coletiva. (LÉVY, 1996, p. 117)

Não entendemos que a questão seja tão simples. A maravilha das novas tecnologias é ainda incomensurável, como foram, em outros tempos, invenções e descobertas como o papel, o vapor, a eletricidade. Acreditamos que, a cada nova época que surge, o espírito humano se prepara para absorver tais “impactos” e assimilá-los às suas habituais tendências subjetivas. E, como sabemos, nenhuma máquina, nenhum medicamento pode nos deter em nossas tendências ambivalentes para com a “incômoda” alteridade. Dessa forma, concordamos com Lévy (1996, p. 11) quanto ao caráter inócuo do aparato cibernético-virtual, por si mesmo. Mas, infelizmente, o mesmo não pode ser dito da subjetividade, que, ao que parece, sempre vai orbitar entre os extremos do zelo para com o outro, ou da hostilidade e indiferença, ambiguidade que lhe é inerente. Nesse caso, infelizmente, nem mesmo o atual complexo tecnológico deve ser tornado depositário único de nossas esperanças contra nós mesmos, sobretudo se pensamos no *establishment* alcançado pelo capitalismo cada vez mais hegemônico e predatório, cuja pernóstica tendência de espoliar e de dominar o torna o maior instrumento de deterioração da condição humana para aqueles que permanecem à frente dos meios de produção. Não podemos nos esquecer de que, em meio a toda essa nova – e mais uma – maravilha humana, o absurdo da fome e da guerra ainda permanece em solo.

O próprio Pierre Lévy não parece alheio a tais tendências, ainda quando defende suas boas intenções acerca das propriedades do aparato ciberespacial:

Apesar de numerosos aspectos negativos, e em particular o risco de deixar no acostamento da auto-estrada uma parte desqualificada da humanidade, o ciberespaço manifesta propriedades novas, que fazem dele um precioso instrumento de coordenação não hierárquica, de sinergização rápida das inteligências, de troca de conhecimentos, de navegação nos saberes e de autocriação deliberada de coletivos inteligentes (LÉVY, 1996, p. 117).

Certamente não acreditamos que o surgimento da Internet seja algo meramente fortuito. Na verdade, essa eclosão nada mais é do que o salto mais longínquo e sofisticado propiciado pela própria ideia de progresso que, desde a modernidade, sempre esteve associada ao modelo econômico capitalista. Em época tão fragmentária e propensa a rupturas como a pós-modernidade, não parece haver melhor contexto para essa ocorrência. Não há qualquer dúvida quanto a essa conjunção histórica. Compreendemos, isto sim, que a Internet é um fato, um novo pilar para a experiência humana resultante de um processo sem retorno e que, como tal, precisa ser devidamente considerada pelas diferentes áreas do conhecimento.

Num contexto em que nada parece restar da antiga solidez moderna que, como há muito já anunciado, parece literalmente desmanchada no próprio ar que respiramos, a abrangência da Internet parece elevar ainda mais o desprezo pelo passado e pela tradição, além de nada projetar para o futuro, com exceção de aparatos ainda mais poderosos, o que certamente produz também implicações éticas. O mundo não é o mesmo após nosso acesso a essa realidade virtual e a aventura subjetiva no ciberespaço parece estar apenas em sua primeira infância. No âmbito da grande rede, o virtual não apenas veio para ficar, como também se mostra, cada vez mais, um espaço privilegiado para a manifestação da subjetividade. Importa-nos conhecê-lo para compreendermos seus impactos, seu papel e sua amplitude na caótica e fragmentada vida pós-moderna.

O que dizer então do contato humano com essa verdadeira vara de condão que faz surgir instantaneamente imagens, sons e informações de toda sorte ao nosso alcance? Quais os impactos desse aparato que, com a rapidez do próprio pensamento, acolhe também nossa contribuição para uma infinita cadeia informativa em escala global? Em que medida se pode presumir que atualmente estejamos presenciando uma mudança sem precedentes nas diversas dimensões psíquicas? Essa gigantesca rede

não encontra barreiras e está prestes a disponibilizar em seus suportes aquilo que se encontra na forma de *bits*, seja no espaço à nossa frente, seja na infinitude de nossa imaginação.

Não devem restar dúvidas de que a realidade virtual do ciberespaço inaugura um novo *locus* para a manifestação subjetiva por meio dos milhares de rotas de desdobramentos virtuais, cujos limites são impensáveis. Nessa relação entre a subjetividade e o virtual, talvez estejamos presenciando uma química nunca antes experimentada pelo ser humano em relação a quaisquer tecnologias, uma vez que a sedução da realidade virtual encontra terreno fértil nessa tendência à expansão para todas as direções, que caracteriza a mediação do indivíduo com a realidade: a fantasia. Nisso constitui nossa aposta, como veremos adiante.

3 A REALIDADE PSÍQUICA E A FANTASIA EM FREUD

*A fantasia é o reino intermediário
que se inseriu entre a vida segundo o princípio de prazer
e a vida segundo o princípio de realidade.
(Freud, 1900)*

No presente capítulo, é nosso interesse traçar o caminho percorrido por Freud em sua teorização acerca do pensamento inconsciente e sua relação com a fantasia. Para tanto, partiremos da noção de realidade psíquica, expressão mais ampla daquilo que abarca a parte relevante do psiquismo para a psicanálise, isto é, o inconsciente. Buscaremos enfocar especialmente o conceito de fantasia, considerando o crescimento de sua importância no pensamento freudiano e localizando-o em termos da própria realidade psíquica e de seu papel na lida do sujeito com a realidade material. Não pretendemos, entretanto, fazer um estudo exaustivo sobre a fantasia, visto que essa noção aparece disseminada em toda a obra, não havendo nenhum texto específico em que a preocupação de Freud tenha sido a de circunscrevê-la conceitualmente.

Como é praxe nas pesquisas exploratórias no campo da psicanálise, investigaremos alguns importantes trabalhos sobre a fantasia formulados ao longo dos anos em que se desdobraram as especulações clínicas e teóricas de Freud. Nesse sentido, por se tratar de um trabalho mais embasado em revisão de literatura, buscaremos remontar o trajeto nos principais textos em que o tema aparece, partindo de suas primeiras ocorrências na escrita freudiana até o momento em que possamos reconhecer algo como uma “teoria da fantasia”. A rigor, esta opção constitui uma herança da pesquisa em psicanálise recorrida às ciências humanas, consistindo em uma alternativa metodológica que consideramos acertada, uma vez que leva em conta o fio do tempo no passo a passo para a compreensão final do tema almejado, resguardando a importância da dimensão histórica. Desse modo, podemos vislumbrar com maior segurança em quais teses o autor deposita sua pesquisa, quais aquelas que abandonou e quais adotou, bem como os motivos para que tenha feito desse ou daquele modo.

Especificamente quanto aos conceitos eleitos para este estudo, compreendemos que tais formulações e seus diferentes significados adotados por Freud ao longo dos anos estão sempre em conexão com sua clínica, sua base experimental constante de onde emergiram todos os principais elementos conceituais da psicanálise. Todo esse desenvolvimento significa um maior nível de aprofundamento em determinados casos ou de reconhecimento de erros em outros, numa dinâmica que imprimiu ritmo às construções teóricas desse campo. Vejamos, a seguir, como esse recurso teórico-clínico redundou, senão num conjunto conceitual decisivamente bem acabado, pelo menos nos fragmentos de uma teoria a ser montada com base nas peças do quebra-cabeça freudiano sobre a fantasia.

No intuito de facilitar o acompanhamento dos desenvolvimentos propostos a seguir, partiremos de uma definição dos conceitos centrais do presente capítulo – realidade psíquica e fantasia –, buscando relacioná-los mutuamente. A partir de tal delineamento, estaremos em condições de problematizar, à luz da teoria freudiana, a relação do indivíduo contemporâneo com a máquina, apontando em que medida se pode perceber uma transformação da subjetividade em função de sua imersão no universo da realidade virtual.

3.1 A realidade psíquica e o inconsciente

A expressão *realidade psíquica* ocorre, nos primeiros escritos de Freud, atrelada aos processos primários. Tais processos são compreendidos como aqueles que caracterizam o modo de funcionamento do inconsciente, assim como os processos secundários caracterizam o funcionamento consciente. Naquele momento, Freud estava movido pelo interesse em delimitar o sistema inconsciente com relação aos demais sistemas: consciente e pré-consciente. A principal particularidade dos processos primários consiste no livre escoamento da energia psíquica de uma a outra representação, havendo uma tendência do aparelho psíquico de investir, sobretudo,

naquelas “ligadas às vivências de satisfação constitutiva do desejo” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 371).

Conforme definição bastante precisa de Laplanche e Pontalis, a realidade psíquica compõe-se dos dois principais elementos do funcionamento inconsciente: “trata-se fundamentalmente do desejo inconsciente e das fantasias conexas” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 426). Numa importante passagem do “livro dos sonhos”, ao discutir a impertinência da moralidade no âmbito inconsciente em sua relação com a realidade material, Freud torna clara essa relação entre desejo inconsciente e fantasia como constitutivos da realidade psíquica:

Se devemos atribuir realidade aos desejos inconscientes, não sei dizer. Ela deve ser negada, naturalmente, a todos os pensamentos transicionais ou intermediários. Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos a sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de concluir, sem dúvida, que a realidade psíquica é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade material. Portanto, não parece haver justificativa para a relutância das pessoas em aceitarem a responsabilidade pela imoralidade de seus sonhos. Quando o modo de funcionamento do aparelho anímico é corretamente avaliado e se compreende a relação que há entre consciente e inconsciente, descobre-se que desaparece a maior parte daquilo que é eticamente objetável em nossa vida onírica e de fantasia. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 644)

Assim, desejo e fantasia são os elementos que dão conteúdo e consistência à realidade psíquica. O primeiro guarda relação com a experiência de satisfação, que consiste no apaziguamento da tensão interna causada no lactente por suas necessidades básicas, tendo a fome como protótipo. Esse estímulo externo assumiria importância inaugural do desejo, podendo ser utilizado posteriormente pelo bebê para alcançar tal apaziguamento de forma alucinatória, num recurso que deixa marcas constitutivas para as buscas posteriores por objetos satisfatórios pelo sujeito. Tal experiência constitui, portanto, matriz primária do aparelho psíquico que, ao deparar com as frustrações da realidade, põe em causa seus recursos a partir de uma realidade que, por princípio, não é outra senão alucinada.

Desse modo, a noção *realidade psíquica* parece apontar para a existência de um plano autônomo de realidade. O pressuposto é de que haveria um nível diferenciado

para cada indivíduo no tocante à compreensão da realidade factual corriqueira, ou da realidade propriamente dita. Um nível que não comportaria compartilhamento, mas atestaria a própria singularidade do sujeito, ou seja, a subjetividade. A realidade psíquica se constituiria, então, sob o fundo ilusório da compreensão compartilhada da realidade material, sendo, portanto, dotada de uma profunda capacidade plástica. Mas essa capacidade possibilitaria ao sujeito lançar mão de diferentes dimensões do pensamento imagético ou proposicional, permitindo maior margem de entendimento entre os homens na linguagem.

Roussillon retoma, de forma bastante explicativa, a definição de realidade psíquica, tal como a expressão aparece na edição de 1909, no sétimo capítulo de *A interpretação dos sonhos*:

Ele designa, à época, a força de realidade que pode assumir para um sujeito a atividade da vida fantasmática de seu mundo interno, força de realidade que se opõe e pode até mesmo “dominar” a realidade exterior, ou seja, impor-se como mais real do que esta última. (ROUSSILLON, 2005, p. 1560).

Também para Laplanche e Pontalis (1996, p. 426), ao se referir à realidade psíquica, Freud não está apenas indicando uma porção específica e delimitável do psiquismo. É, de fato, de uma atribuição de valor de realidade para cada sujeito que se trata a realidade psíquica, o que se aplica para toda diversidade de conteúdos ao longo da vida. A realidade psíquica assume, assim, um caráter tão objetivo que alcança, inclusive, a possibilidade de substituir a própria realidade exterior, configurando o próprio campo psicológico do sujeito. É, portanto, nesse nível de realidade que convergem os interesses sobre aquilo que tem importância para cada sujeito, porque assume valor de realidade material.

Em termos epistemológicos, segundo Roussillon (2005, p. 1560), a expressão “realidade psíquica” designa o próprio “objeto ‘construído’ pela psicanálise, aquele que esta se propõe reconhecer e explorar”. Dessa forma, reconhecemos, nesse “objeto construído”, a importância atribuída por Freud aos processos inconscientes:

(...) deve-se pressupor que o inconsciente é a base geral da vida psíquica. O inconsciente é a esfera mais ampla, que inclui em si a esfera menor do consciente. Tudo o que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica (...). (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 637)

Na sequência, Freud nos dá importantes pistas de sua concepção sobre o sentido polissêmico da realidade psíquica do inconsciente e da própria realidade material, demonstrando sua descrença na capacidade da consciência para dar conta de ambos, assim como dos órgãos dos sentidos para dar conta da realidade “do mundo externo”:

*(...) em sua natureza mais íntima, ele [o inconsciente] nos é tão desconhecido quanto a realidade do mundo externo, e é tão incompletamente apresentado pelos dados da consciência quanto o é o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais.*⁵ (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 637)

Afirmações como essas não apenas permanecem válidas ao longo de todos os desenvolvimentos posteriores, mas crescem à medida que as explanações do psiquismo dos pacientes – além de incursões socioantropológicas e literárias – levam Freud a constatar cada vez mais as especificidades e a primazia do sistema inconsciente sobre todo o conjunto psíquico.

3.1.1 A realidade psíquica e o consciencialismo filosófico: a psicanálise para além da razão moderna

O impacto epistemológico das teses de Freud não lhe passa despercebido. Na verdade, Freud não se contenta apenas em estabelecer uma “nova ordem” para a

⁵ Mantivemos o itálico do trecho, conforme o texto original da edição brasileira.

compreensão e a organização do fato psíquico, mas entende que suas proposições devam mudar o curso do entendimento sobre o psiquismo no meio científico.

Ciente do alcance de suas teses, parte para o ataque contra as bases filosóficas da racionalidade sobre a qual se assenta a psicologia científica de sua época. As pesquisas e produções da psicologia recém-nascida nesse período centram-se especificamente nos fenômenos do campo da consciência, até então concebida como o único centro da atividade mental, fazendo praticamente coincidirem consciência e psiquismo.

Dando mostras da radicalidade de seu posicionamento perante as demais teorias psicológicas, Freud assume posição defensiva com relação às suas ideias, em diversas passagens de seus trabalhos. Em muitos momentos argumenta de maneira virulenta contra as críticas que lhe são imputadas – ou ainda supostas – não apenas pelo meio científico, mas, sobretudo, por intelectuais do campo da reflexão filosófica.

Em importante trabalho nessa trilha, Paul-Laurent Assoun (1978) busca apontar alguns momentos em que Freud se confronta com a concepção que a tradição filosófica tem acerca do inconsciente. É notável que, desde 1900, Freud já se dispusesse a refletir sobre essa problemática. Assim, sua postura frente ao incômodo do consciencialismo filosófico para com suas teorias sempre foi de ressaltar o caráter limitado da “demonstratividade filosófica” e a impossibilidade de conciliação entre ambos os discursos.

Freud (...) acrescenta significativamente: “Falo, de propósito, de ‘nosso inconsciente’, porque *o que denominamos com esse nome não coincide com o inconsciente dos filósofos (...)*”. “O inconsciente dos filósofos” constitui apenas “o oposto do consciente”. Essa concepção negativa condena o problema filosófico do inconsciente a uma dialética estéril “pró” ou “contra” o inconsciente: “Que também haja, fora dos processos conscientes, processos inconscientes, eis uma idéia severamente contestada e energicamente defendida”. Com isso, Freud pretende dizer que a problemática filosófica condena o inconsciente à arbitrariedade da luta dos sistemas. (ASSOUN, 1978, p. 27)

Assoun (1978) ilustra a situação com uma passagem em que Freud recebe uma solicitação de uma eminente professora francesa de filosofia que, no início dos anos

1930, lhe solicita opiniões sobre “questões de ordem metafísica”. Na ocasião, a professora parecia esperar um posicionamento engajado e esclarecedor da parte de Freud quanto ao lugar de suas teorias frente aos cânones do pensamento filosófico. Entretanto, Freud não apenas evita ocupar lugar de conhecedor, evadindo-se de uma sedutora intimidade com o tema, como também se mostra bastante indiferente às questões propostas.

Para Assoun, a postura de Freud reflete não apenas um posicionamento perante toda a comunidade científica e os intelectuais. Trata-se também de uma resposta crítica em que evidencia a incompatibilidade entre suas concepções e aquelas mantidas pelo pensamento filosófico, em que o restrito campo da consciência era tomado como único e hegemônico:

(...) a resposta de Freud termina com uma frase lapidar: “A descoberta do inconsciente transtornou todas as posições anteriores dos problemas”. (...) o que opera toda a defasagem lógica e terminológica entre filosofia e psicanálise, criando entre elas um “diálogo de surdos”, é o objeto novo que a segunda se deu por tarefa compreender e que a primeira oculta: o inconsciente.

(...)

A evocação do inconsciente, no final de sua resposta, confere-lhe fortemente a função de desafio no divórcio epistemológico entre filosofia e psicanálise. De fato, é essa primeira temática que nos permite aprofundar o conflito entre os dois campos. (ASSOUN, 1978, p. 26)

Na verdade, Freud não se mostra disposto a fazer pequenas concessões a fim de conseguir um cantinho ao sol para suas teses sobre o pensamento inconsciente. Para ele estava claro que o caráter revolucionário de tais proposições somente deveria resultar numa revisão geral das premissas da psicologia científica e do excesso de consciencialismo da filosofia tradicional.

Em diversas passagens posteriores que ilustram o episódio, essa recusa parece clara. Na verdade, a tendência universalizante inerente ao discurso filosófico parece incomodar Freud profundamente, o que em alguns momentos assume ares persecutórios, sobretudo quando esse consciencialismo parece obstaculizar a

expansão da psicanálise. Assoun ressalta que, de fato, a própria compreensão da atividade consciente somente poderia ganhar relevo a partir de uma adequada consideração quanto aos aspectos intangíveis que lhe dão origem:

Assim como os filósofos consciencialistas não sabiam o que fazer com o inconsciente, da mesma forma os filósofos do inconsciente não sabem o que fazer com o consciente, reduzido a uma aparência. Inversamente, a análise positiva dos processos psíquicos dá conta, simultaneamente, das funções respectivas dos diversos tipos de processos. Por conseguinte, a consciência, longe de ser surpresa, recebe a função precisa e indispensável de órgão de percepção psíquica, que orienta os investimentos em função das finalidades inconscientes. (ASSOUN, 1978, p. 28)

Freud demonstra uma recusa em atribuir ao fato psicológico um espaço de total clareza ou imediatez em toda sua extensão. Ao contrário, atribui maior significado àqueles elementos menos tangíveis ao acesso racional do pensamento humano, originários do próprio ato de pensar, ou seja, da atividade inconsciente do pensamento.

É interessante perceber que o pensamento freudiano está impregnado da racionalidade científica moderna, esta mesma que tem por base o humanismo filosófico, em que a razão figura como medida e centro de todas as coisas. Basta que consideremos sua preocupação com a sistemática teórica e seu impecável rigor metodológico, valores tão caros à racionalidade científica em voga. Sua inquietação com a dimensão epistemológica denota claramente uma aspiração de *status* científico para a psicanálise.

Entretanto, mesmo perseguindo o espírito de seu tempo, trabalhando e escrevendo num período de extrema valorização da cientificidade moderna, Freud parece subverter a ordem das coisas ao propor que o elemento mais significativo do psiquismo age às expensas da razão, inclusive intrometendo-se e sobrepondo-se à atividade consciente. Ao apostar no alcance de sua pesquisa, Freud foi parar mais longe que seu espírito moderno poderia prever, ultrapassando a própria ideia de razão, principal baliza para o conhecimento científico. Desse modo, o inconsciente vem constituir um corte epistemológico sem precedentes, o que permite que a psicanálise se

desate das amarras modernas, alcançando, à parte de todas as demais psicologias, um campo de discussão absolutamente novo e específico.

Nessa medida, é fácil compreender que a psicanálise, operando como uma contraciência, parece adequada para a compreensão de fenômenos da pós-modernidade, apesar de ser nascida da modernidade. Ora, essa fragmentação contemporânea que se impõe à nossa cultura – instituições, valores, costumes – já é concebida por Freud como inerente ao próprio psiquismo, dividido entre sistemas e instâncias dinâmicas, como que antecipando o futuro desmanche da pretensa solidez moderna.

Capturando esse espírito, Stuart Hall (2005, p. 36) destaca a importância do pensamento freudiano para as mudanças que conduziram o fio da história contemporânea, o que denomina “modernidade tardia”, com referência à pós-modernidade. Assim, enumera a “descoberta do inconsciente” como um dos cinco grandes avanços ocorridos no campo das ciências sócio-humanas que tiveram significativo impacto na cultura ocidental na segunda metade do século XX. Esses avanços,⁶ segundo o autor, foram responsáveis pelo descentramento derradeiro da racionalidade moderna, o que nos permite melhor compreender as transformações características de nosso atual estágio civilizatório.

Paralelamente a esse descentramento, a civilização alcançou níveis altamente elevados de desenvolvimento tecnológico. Tal desenvolvimento não pode ser devidamente compreendido se não considerarmos seus reflexos sobre as manifestações humanas na contemporaneidade pós-moderna. A tecnologia se impõe hoje à quase totalidade da vida social e cultural do planeta, de tal sorte que seus impactos concorrem para significativas alterações na experiência subjetiva.

Toda essa mudança de compreensão sobre a atividade psíquica não se dá de forma espontânea. Na verdade, ao acolher aquilo que permanecia sem explicação racional pela ciência, Freud vai se defrontar com os elementos que obscureciam a

⁶ Ao lado do inconsciente, Hall enumera as teses marxistas, o pensamento genealógico de Michel Foucault, o impacto do movimento feminista e demais movimentos sociais dos anos 1960, além da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, posteriormente relida e apropriada por Lacan para sua leitura da psicanálise.

transparência da razão humana. Na esteira de sua dedicação aos desprezados fenômenos neuróticos, Freud pôde decantar os elementos que compõem esse outro lado do psiquismo e que dão conta não apenas de sintomas e patologias, mas também da atividade psíquica regular: do sonho, da fantasia, do papel do lúdico e da criatividade para a atividade artística e para a imaginação humana de maneira ampla. Vêm no gancho dessa realidade psíquica a versatilidade e a inerência da leitura psicanalítica para as mais diversas manifestações subjetivas, para além do campo psicopatológico.

3.1.2 A fantasia no cerne da realidade psíquica

A compreensão da realidade psíquica foi gradativamente complementada pela noção de fantasia à medida que Freud foi percebendo sua influência nas atitudes mentais e comportamentais de seus pacientes. A expressão ganha amplitude ao abarcar a fantasia, que, ao lado do desejo inconsciente, tem seu peso também aumentado no todo do conjunto teórico, com o passar dos anos de trabalho clínico. Talvez por isso a ocorrência da expressão “realidade psíquica” ao longo da escrita freudiana tenha diminuído, já que o interesse passa a recair mais diretamente sobre a fantasia e o desejo, seus principais conteúdos.

No dicionário Aurélio (1988, p. 290), o verbete “fantasia” tem como primeira definição a *imaginação*. Numa segunda acepção, acrescenta: *obra ou criação da imaginação; concepção*. Assim, seguem-se em terceiro e quarto tópicos: *capricho da imaginação, devaneio, esquisitice, excentricidade*. Todas essas formas são possíveis definições para os diferentes usos do termo. O dicionário prevê ainda usos diversos no campo da música, da cultura e da linguagem popular brasileiras.

Em psicanálise, o verbete *fantasia* adquire novo sentido, mas sempre remontando inicialmente às primeiras acepções elencadas acima. Roudinesco (1998, p. 223) afirma que é da língua alemã corrente que Freud vai recolher o termo para uso clínico, com o sentido de fantasia, imaginação. O termo *fantasia* passa a ser utilizado

como conceito a partir de 1897, sendo correlato ao abandono da teoria da sedução e à elaboração do que se passou a entender como realidade psíquica, isto é, a noção do desejo inconsciente em conjunto com as fantasias.

Vislumbramos com Laplanche e Pontalis uma definição mais completa da fantasia em sua relação com a realidade, para além do amplo sentido do termo na língua alemã, que considera a atividade imaginativa em geral, ou de seu correlato francês, que tem conotação mais restrita a cada conteúdo específico dessa atividade. Assim, para os autores, o entendimento acerca da fantasia está longe de se esgotar na mera distinção entre imaginação e realidade:

Os termos *fantasias*, *fantasístico* não podem deixar de evocar a oposição entre imaginação e realidade (percepção). Se fizermos desta oposição uma referência principal da psicanálise, seremos levados a definir a fantasia como uma produção puramente ilusória que não resistiria a uma apreensão correta do real. Além disso, certos textos de Freud parecem justificar essa orientação. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 169)

Os autores apontam que em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911), Freud baseia sua oposição entre os dois princípios regentes do psiquismo – princípio do prazer e princípio da realidade – no fato de que, no primeiro, o mundo interior do sujeito encontra na fantasia a base para o atendimento às suas expectativas, ao passo que, no segundo, a referência ao mundo exterior se impõe progressivamente por meio da experiência do sistema perceptivo (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 169). Desse modo, percebemos como, desde cedo, a fantasia tem lugar decisivo em questões cruciais para a concepção freudiana do aparelho psíquico. Além disso, conforme a própria realidade psíquica, sua ligação com o princípio do prazer faz da fantasia tributária também do funcionamento dos processos primários, característicos do sistema inconsciente.

Numa lista de empregos mais comuns do termo “fantasia” por Freud, Laplanche e Pontalis destacam em primeiro lugar o que possui o sentido de devaneio construído em vigília pelo sujeito. Esse sentido adquire grande importância a partir das análises de históricas empreendidas e descritas por Breuer e Freud, que ressaltam sempre o

caráter inconsciente das ações dessas pacientes, incapazes de exercerem qualquer crítica sobre suas desconcertantes fantasias. Em função dos diferentes usos e de sua relação com o sonho ou a vigília, com os devaneios e os sintomas histéricos, de modo geral, os autores destacam a frequente ligação do termo “fantasia” com o inconsciente, sendo comum e bastante imprecisa a expressão “fantasia inconsciente” no texto freudiano. Portanto, seja como for, Laplanche e Pontalis propõem uma compreensão do uso do termo em Freud a partir de diferentes níveis, seja consciente, inconsciente ou mesmo como devaneios subliminares (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 171).

Considerando a estreita relação da fantasia com o desejo, assim a definem, portanto, Laplanche e Pontalis:

Roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 169).

Para fecharmos esta primeira discussão terminológica, resta destacar ainda um grupo específico de fantasias para o qual Freud reserva a expressão especial “fantasias originárias”. Tais fantasias representam cenas estereotipadas e sua importância é equiparável ao complexo de Édipo, tendo o papel de organização da vida fantasística do sujeito. Essa organização adquire valor por meio de experiências cruciais para a estruturação subjetiva, sendo elas a vida intrauterina, a cena parental originária, a vivência da castração, entre outras. Para Freud, esse grupo constitui um patrimônio herdado filogeneticamente. Daí seu caráter universal, testemunha de experiências arcaicas de nossos ancestrais, advindas de tempos imemoriais. Em termos ontogenéticos, Freud aprofunda sua investigação no sentido de estabelecer se tais estruturas seriam o fundamento último dos sintomas neuróticos (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 174).

A expressão *fantasias originárias* aparece em diferentes momentos das formulações freudianas, mas é no relato do caso do Homem dos Lobos que a discussão conceitual parece mais aprofundada, como veremos adiante.

3.2 A trajetória conceitual da fantasia

Em sua escalada na hierarquia da metapsicologia, o conceito de fantasia esteve atrelado, em diferentes momentos, a outros que já contavam com alguma relevância para a compreensão do psiquismo e para o conjunto teórico geral. É bem verdade que esse conjunto foi sendo delineado e construído paulatinamente e que, nesse percurso, a influência mútua entre os diferentes conceitos se fez notar de forma inequívoca.

Assim, a importância conquistada pela fantasia se deu em razão das luzes que essa categoria lançou para a compreensão geral dos demais conceitos, fazendo com que o fenômeno do fantasiar alcançasse novo *status* nos estudos sobre o psiquismo. Como salientado anteriormente (cf. p. 52 e seguintes), no seio da ciência moderna, enraizada no pensamento empírico-racional, não poderia haver lugar reservado para a fantasia e seu imenso papel em todos os níveis da ação psíquica humana. Esse domínio ficava devotado ao campo da religião e da magia ou da imaginação, tão presente no mundo infantil. Em outra vertente, ligava-se também à criatividade no recinto das artes e da literatura. Enfim, a fantasia estava atrelada a âmbitos ainda mal delimitados e recentes – como no caso do universo infantil – ou tratados com menosprezo e alheamento pelos cânones científicos.

A seguir, percorreremos o caminho da fantasia em diferentes momentos das teses freudianas. Buscaremos ressaltar sua ligação com outras noções de igual importância, destacando a influência recíproca entre conceitos, no intuito de delimitar seu papel global e sua importância para o desenvolvimento de pontos específicos da teoria. Iniciamos com a influência da teoria do complexo de Édipo como pontapé para a devida valorização do fato psíquico em detrimento do fato real, por parte de Freud, o que mudou os rumos das investigações de forma singular e definitiva.

3.2.1 Da sedução traumática ao reconhecimento da atividade fantasística

Parece ser consenso entre diferentes facções do meio psicanalítico que a noção de realidade psíquica se desenvolve, sobretudo, a partir da confrontação de Freud com as limitações de sua teoria da sedução, que atribuía valor de realidade material a traumas infantis. Tais vivências traumáticas desempenhariam papel etiológico direto nas patologias com que vinha deparando em sua clínica. Entretanto, essa teoria bem cedo se esgota, uma vez que sua principal premissa, a de que cada neurótico teria sofrido uma tentativa de sedução por um adulto, torna-se insustentável na prática. Além disso, na contramão dessa ideia, Freud observa o papel da imaginação infantil, para além dos sonhos, nos relatos de seus pacientes. Em muitos casos, suas narrativas, ainda que inverossímeis, são dotadas de intenso afeto, o que lhes empresta valor de realidade, inclusive com força suficiente para desencadear os sintomas neuróticos.

De maneira um tanto imprecisa e velada, a atividade fantasística mostra seus primeiros indícios desde os relatos iniciais de Freud. Já em 1893, no seu artigo dedicado a discutir o mecanismo psíquico dos sintomas histéricos, Freud trata da questão da objetividade da realidade psíquica, ressaltando sua força na causação de sintomas como a conversão histérica, quando não se podiam encontrar causas físicas para tão importantes manifestações somáticas. Em tais casos, a origem de toda a sintomatologia precisava ser buscada na esfera psíquica, sendo o trauma o elemento norteador da patologia. Assim, todo o núcleo patógeno era creditado a uma suposta ocorrência concreta na vida infantil do sujeito, o que teria força traumática suficiente para provocar o desenvolvimento atual da doença. Freud argumentava que, em tais pacientes, o afeto permanecia ligado a determinadas representações passadas, o que fazia com que a memória não lembrada permanecesse vívida, tornando-se patogênica. Os sintomas seriam, então, resultado de “traumas psíquicos incompletamente ab-reagidos” (FREUD, 1893/1996, v. 3, p. 46). Naquele momento, as pacientes histéricas eram tratadas pela medicina como meras simuladoras. A despeito dessas acusações,

Freud argumenta sobre o que considera a inconsciência do Inconsciente, recusando responsabilizar as pacientes de maneira tão direta e simplista.

Nos *Estudos sobre a histeria*, de 1895, Breuer e Freud também observam a importância da atividade imaginativa por seu papel na sintomatologia da pessoa histérica. Ao relatar o caso Anna O., Breuer ressalta a importância do registro da imaginação ou das fantasias, relacionando-as com a doença de sua paciente.

É na correspondência trocada entre Freud e seu amigo Wilhelm Fliess, entretanto, que podemos rastrear os primórdios e o nascimento da fantasia para a psicanálise. Na *Carta 52*, de dezembro de 1896, Freud ainda reafirmava sua hipótese da sedução traumática, o que constituía, até então, sua tese principal sobre o papel da sexualidade na causação das patologias psíquicas: “Cada vez mais me parece que o ponto essencial da histeria é que ela resulta de *perversão* por parte do sedutor, e *mais e mais* me parece que a hereditariedade é a sedução pelo pai” (FREUD, 1896/1996, v. 1, p. 286).

No ano seguinte, no “Rascunho L” da *Carta 61*, Freud elabora uma importante definição sobre a fantasia, ao explicar a “arquitetura da histeria”. Nesse caso, as fantasias aparecem como resultado de algum registro sonoro supostamente real, funcionando como empecilhos no caminho da recordação mnêmica:

(...) as fantasias são fachadas psíquicas construídas com a finalidade de obstruir o caminho para essas lembranças. As fantasias servem, ao mesmo tempo, à tendência de aprimorar as lembranças, de sublimá-las. São feitas de coisas que são ouvidas e posteriormente utilizadas; assim, combinam coisas que foram experimentadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu. Relacionam-se com coisas ouvidas, assim como os sonhos se relacionam com coisas vistas. Nos sonhos, realmente, não ouvimos nada, nós vemos. (FREUD, 1897/1996, v. 1, p. 297)

Essa “arquitetura” é tratada ainda no item subsequente, o “Rascunho M”, em que são também abordados a origem e o papel das fantasias, além de reforçar a tese anterior:

As fantasias originam-se de uma combinação inconsciente e, conforme determinadas tendências, de coisas experimentadas e ouvidas. Essas tendências têm o sentido de tornar inacessível a lembrança da qual emergiram ou poderiam emergir os sintomas. As fantasias são construídas por um processo de amálgama e distorção análogo à decomposição de um corpo químico que está combinado com outro. Pois o primeiro tipo de distorção consiste numa falsificação da memória por um processo de fragmentação, no qual especialmente as relações cronológicas são postas de lado. (As correções cronológicas parecem depender justamente da atividade do sistema da consciência.) Um fragmento da cena visual junta-se, depois, a um fragmento da experiência auditiva e é transformado numa fantasia, enquanto o fragmento restante é ligado a alguma outra coisa. Desse modo, torna-se impossível determinar a conexão original. Em consequência da construção de fantasias como esta (em períodos de excitação), os sintomas mnêmicos cessam. Em vez destes, acham-se presentes ficções inconscientes não sujeitas à defesa. (FREUD, 1897/1996, v. 1, p. 301)

É flagrante até aqui a relação estabelecida entre a fantasia e as lembranças ou restos mnêmicos em geral, que acabam por afigurar um elemento importante a influenciar tanto a origem como a reativação das fantasias. Esse elemento mnêmico estará presente em todo o desenvolvimento conceitual da fantasia, seja na forma de restos ou reminiscências mnêmicas, seja, como veremos, como patrimônio filogenético. Mas essa base plantada na realidade material persiste ao longo de toda a formulação e entendimento freudiano sobre as fantasias.

É na famosa *Carta 69*, de 21 de setembro de 1897, que Freud expõe a *Fliess*, num tom um tanto confidencial, aquilo que constitui o embrião do que se pode entender por uma “teoria da fantasia” no conjunto de sua obra. Numa conhecida passagem dessa carta, Freud expõe sua descrença sobre a etiologia traumática das patologias que estudava ao afirmar: “não acredito mais na minha *neurótica* [teoria das neuroses]”. Dessa forma, coloca em dúvida as hipóteses que havia sustentado até então, construídas sobre o frágil argumento de que eventos reais de sedução por um adulto teriam sido sofridos por sua clientela.

Mas Freud não o faz sem elencar uma série de motivos que lhe causaram tal descrença. Dentre eles podemos destacar, guiados pelo intuito do nosso trabalho, a “descoberta” da inexistência de indicações de realidade no inconsciente, o que nos impediria de distinguir com segurança entre a verdade e a ficção investida pelo afeto.

Nesse caso, a fantasia sexual teria uma invariável possibilidade de ter os pais como tema para o sujeito:

(...) a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto. (Assim, permaneceria aberta a possibilidade de que a fantasia sexual tivesse invariavelmente os pais como tema.) (FREUD, 1897/1996, v. 1, p. 310)

Freud se mostra um pouco perdido, mas, intuitivamente, acredita estar no caminho certo. Confiando nos rumos “prenunciadores de um novo conhecimento” de suas pesquisas, revela desconfiança quanto a serem “somente as experiências posteriores que estimulam as fantasias, que então retornam à infância” (FREUD, 1897/1996, v. 1, p. 310).

Fica claro, já nesse documento, que toda a questão deixa de ser apenas a busca pelo que há de verossímil nos conteúdos revelados pela análise. Ao trazer a discussão sobre os índices de realidade no inconsciente, Freud não apenas está aprofundando o mergulho em seu conceito principal, ou seja, o inconsciente. Está também retomando, em novo termo, a discussão iniciada dois anos antes, no *Projeto para uma psicologia científica* (FREUD, 1895/1996, v. 1, p. 428), quando distingue o que denomina “realidade do pensamento” e “realidade externa”. Somente mais tarde, Freud passará a utilizar as expressões “realidade psíquica” e “realidade material ou factual”, em lugar das duas primeiras.

É a postulação da teoria do complexo de Édipo que dará o pontapé decisivo para o abandono da hipótese da sedução traumática por Freud. Com essa mudança, a noção de que a fantasia possa estar no cerne da criação inconsciente de grande parte do conteúdo infantil torna-se cada vez mais central, adquirindo importância crescente. É durante a vivência do complexo de Édipo que se pode flagrar as invenções do imaginário infantil com uma maior força, orbitando em redor das figuras parentais. É a partir desse novo mote que se dá não apenas o abandono da teoria da sedução traumática, como também de uma busca pela pura factualidade em favor da

capacidade imaginativa da criança, com seu poder de cancelar fatos fantasiados oriundos da realidade psíquica, que adquirem valor de realidade material.

É interessante notar a forma contingencial com que a teoria do complexo de Édipo implicará mudanças tão importantes para o conjunto da psicanálise como um todo. É notável que a escuta de Freud estivesse pronta para distinguir o material fantasístico e ainda creditar-lhe tamanha atribuição na problemática neurótica. Freud investe sobre essa seara aparentemente obscura da realidade psíquica, deixando às claras um novo estado de coisas para a psicanálise. Assim, falar das fantasias relacionando-as à constelação afetiva da criança com seu par parental passa a fazer cada vez mais sentido à medida que Freud se aprofunda nas análises de seus pacientes e, com base nesse novo prisma, descobre tais raízes.

A partir de novidade tão *sui generis*, a própria teoria das neuroses evoluirá, reconstruindo-se sobre novas bases que constituem a realidade psíquica, tributária do inconsciente e suas produções. Esse nível inerente a todo comportamento subjetivo é o que, de fato, importa a Freud e à psicanálise.

3.2.2 Desejo e sexualidade: a fantasia inconsciente na trilha dos sonhos

É numa reedição de 1909 de *A interpretação dos sonhos* que ocorre a primeira utilização da expressão “realidade psíquica”. Na sessão F, ao final do notável capítulo 7, Freud dedica-se a tratar da relação entre o inconsciente e a consciência com a realidade. A discussão inicia-se com destaque sobre a existência do pensamento inconsciente e de sua tendência em aceder à consciência, transmitindo-se ao pré-consciente.

Numa discussão metapsicológica em que define o inconsciente em termos da dimensão dinâmica para além da dimensão tópica, sua preocupação centra-se, sobretudo, em evitar localizar organicamente no sistema nervoso as representações, os

pensamentos e as estruturas psíquicas de modo geral: “(...) tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interna é virtual, tal como a imagem produzida num telescópio pela passagem dos raios luminosos” (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 636). Nessa passagem, Freud nos dá um excelente sinal de que a problemática psíquica se encontra para além da causalidade orgânica. Tal como vimos com a categoria do virtual, o pensamento soa, nesse caso, como pura possibilidade. Talvez o pensamento seja o melhor exemplo do que se compreende como virtual, uma vez que, no pensamento, tudo está em condição de possibilidade. Posteriormente veremos como as fantasias, maiores representantes da dimensão imaginária do pensamento, guardam relação com a categoria do virtual, sendo, por isso mesmo, perfeitamente permeáveis à experiência do sujeito no ciberespaço. Por enquanto, continuemos em nossa trilha teórica no intuito de melhor nos familiarizarmos com o conceito freudiano.

Assim, ao questionar as bases dominantes da psicologia de seu tempo, centrada nos fenômenos da consciência, Freud põe por terra a antítese entre vida consciente e vida onírica, a partir de uma compreensão de que a realidade psíquica inconsciente exerce também sua influência sobre a vida de vigília, estando tão ativa durante o dia quanto à noite. Na oportunidade, Freud evoca claramente o papel das fantasias e sua relação com o conteúdo sexual, estendendo esse entendimento para o campo psicopatológico:

Se (...) os sonhos parecem empenhar-se em fazer representações simbólicas do corpo, sabemos agora que essas representações são o produto de certas fantasias inconscientes (derivadas, provavelmente, de moções sexuais), que encontram expressão não apenas nos sonhos, mas também nas fobias histéricas e outros sintomas. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 638)

Desse modo, não haveria finalidade em considerar o trabalho onírico como um tópico em separado, mas sim como uma forma de expressão de moções que se encontram reforçadas durante a noite, com o afrouxamento dos laços da censura, através de fontes mais profundas de excitação. Tais forças seriam atribuíveis “ao poder ‘demoníaco’ que produz o desejo onírico e que encontramos em ação em nosso inconsciente”. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 639)

Freud distingue o inconsciente em dois níveis que remontam à cisão do psiquismo em sistemas tópicos distintos, e que admitem o trânsito de elementos dinâmicos em seu âmbito. Denomina então *Ics.* (Inconsciente) àquele cujo conteúdo é “inadmissível à consciência” e assinala sua diferença com relação ao *Pcs.* (Pré-consciente), este, sim, passível de acesso à consciência, desde que vencidas as barreiras censoras.

Logo adiante, ao considerar as queixas de colorido claramente sexual de uma paciente a quem fora chamado a examinar, Freud não tarda em vincular a fantasia ao nível do sistema Pré-consciente, atribuindo-lhe, portanto, um caráter eminentemente inconsciente, no nível dinâmico:

Estava vestida de maneira surpreendente. É que, embora as roupas de uma mulher costumem ser criteriosamente cuidadas até o último detalhe, ela trazia uma das meias dependurada, e dois dos botões de sua blusa estavam desabotoados. Queixou-se de sentir dores na perna e, sem ser solicitada, expôs a panturrilha. Mas aquilo de que se queixava principalmente era, empregando suas próprias palavras, uma sensação no corpo, como se houvesse algo “enfiado nele”, que se “mexia para frente e para trás” e que a “sacudia” de cima a baixo; às vezes, fazia todo o seu corpo ficar “teso”. Meu colega médico, ali presente ao exame, olhou para mim; não teve dificuldade em compreender o significado da queixa da jovem. Mas o que a ambos nos pareceu extraordinário foi o fato de isso não significar nada para a mãe da paciente; ela própria deveria ter-se encontrado muitas vezes na situação que sua filha estava descrevendo. A própria moça não tinha noção do alcance de seus comentários, porque, se o tivesse, nunca os teria pronunciado. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 642)

Sem compreender a conotação que seu relato poderia assumir para o interlocutor, a paciente expõe seus infortúnios de forma clara, sem qualquer preocupação moral. No caso, a jovem parece ter conseguido burlar a censura deixando livre acesso para que a fantasia pré-consciente viesse à tona disfarçada na forma de uma queixa inocente:

Em importantes pistas como essa, Freud deixa aberto o caminho para o reconhecimento da relação entre as duas matrizes da realidade psíquica: o desejo e as fantasias, e de ambos para com a sexualidade, caracterizando o núcleo da atividade inconsciente. Para ele, na mesma medida em que desempenham importante papel na

formação onírica, tais desejos inconscientes podem apresentar a mesma força de produção em outras dimensões da vida subjetiva, expressa através do movimento da fantasia. Assim se pode compreender que a fantasia encena o desejo inconsciente.

Ao discutir a atribuição de realidade dos desejos inconscientes, Freud se esquivava de qualquer afirmativa, a não ser no âmbito da realidade psíquica. No que tange à relação entre o desejo e a moralidade – esta última ausente no conteúdo dos sonhos –, reafirma a nulidade dessa dimensão para o inconsciente e, mais importante, deixa claro o papel do desejo tanto nos sonhos quanto na fantasia, aproximando os dois fenômenos psíquicos:

Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos à sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de concluir, sem dúvida, que a realidade *psíquica* é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade *material*. (...) Quando o modo de funcionamento do aparelho anímico é corretamente avaliado e se compreende a relação que há entre consciente e inconsciente, descobre-se que desaparece a maior parte daquilo que é eticamente objetável em nossa vida onírica e de fantasia. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 644)

Mas a relação da fantasia com os sonhos já fora tomada anteriormente no mesmo trabalho. No capítulo 6, a disponibilidade da fantasia aparece como um importante fator no sentido de poupar a função da elaboração secundária onírica, mecanismo responsável por exercer papel de ludibriar a censura. Mais uma vez a fantasia ou os devaneios aparecem como “fachada”, sendo tomados como precursores de grande parte dos sintomas neuróticos:

Ora, há um caso em que lhe é poupado [à elaboração secundária], em grande medida, o trabalho de, por assim dizer, estruturar uma fachada para o sonho – a saber, o caso em que já existe uma formação dessa natureza no material dos pensamentos oníricos, pronta para ser usada. Tenho o hábito de descrever esse elemento dos pensamentos oníricos que tenho em mente como uma “fantasia”. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 524)

Freud estabelece uma analogia entre as fantasias conscientes e os devaneios ou sonhos diurnos e ressalta que sua base guarda relação com conteúdos mnêmicos,

certamente distorcidos, que se afiguram nos sintomas neuróticos. Além disso, ao considerar na mesma passagem as fantasias inconscientes, deixa claro seu entendimento quanto aos diferentes estatutos tópicos da fantasia:

Os sintomas histéricos não estão ligados a lembranças reais, mas a fantasias construídas com base em lembranças. A freqüente ocorrência de fantasias diurnas conscientes traz essas estruturas ao nosso conhecimento; mas tal como há fantasias conscientes dessa natureza, também há grande número de fantasias inconscientes, que têm de permanecer inconscientes por causa de seu conteúdo e por se originarem de material recalçado. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 524)

A seguir Freud afirma que tais fantasias diurnas partilham de muitas das características dos sonhos noturnos, elencando diversos desses elementos:

Como os sonhos, elas são realizações de desejos; como os sonhos, baseiam-se, em grande medida, nas impressões de experiências infantis; como os sonhos, beneficiam-se de certo grau de relaxamento da censura. Se examinarmos sua estrutura, perceberemos como o motivo de desejo que atua em sua produção mistura, rearranja e compõe num novo todo o material de que eles são construídos. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 525)

Mais adiante, o emprego da fantasia para a elaboração onírica noturna também é destacado, ainda que este trabalho envolva apenas fragmentos de cada um dos fenômenos:

Há alguns sonhos que consistem meramente na repetição de uma fantasia diurna que talvez tenha permanecido inconsciente, como, por exemplo, o sonho em que o menino andava numa biga com os heróis da Guerra de Tróia. (...) Em vista das complexas condições que o sonho tem de satisfazer em sua gênese, é muito mais freqüente a fantasia já pronta formar apenas um fragmento do sonho, ou apenas uma parcela da fantasia irromper no sonho. A partir daí, a fantasia é tratada, em geral, como qualquer outra parcela do material latente, embora freqüentemente permaneça reconhecível como uma entidade no sonho. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 525)

Freud reafirma, na sequência, que as fantasias, assim como os demais componentes do sonho, estão sujeitas aos mesmos mecanismos que estes, sendo

“comprimidas, condensadas, superpostas umas às outras e assim por diante” (1900/1996, v. 5, p. 526):

Há, todavia, casos transicionais, desde o caso em que elas constituem, inalteradas, o conteúdo (ou pelo menos a fachada) do sonho, e o extremo oposto, em que são representadas no conteúdo do sonho apenas por um de seus elementos ou por uma alusão distante. O que acontece às fantasias presentes nos pensamentos oníricos é também, evidentemente, determinado por quaisquer vantagens que elas tenham a oferecer aos requisitos da censura e à exigência de condensação. (FREUD, 1900/1996, v. 5, p. 526)

Ao discutir a relação que a psicanálise e a religião mantêm com o sentido, Jorge (2005) ressalta que a primeira busca revelar o que a segunda oculta, daí a posição antinômica de ambas. Para o autor, na obra de Freud é possível traçar um percurso que parte do sonho, passa pela fantasia e pelo delírio e chega à ilusão, numa equação em que cada fenômeno requer um “despertar” que estará em jogo na análise:

Na obra de Freud, a abordagem do sentido pode ser depreendida em quatro grandes segmentos conceituais que foram tomados por ele, sucessivamente, numa espécie de sequência lógica, em que um conceito leva ao outro: sonho, fantasia, delírio, ilusão. A análise de cada um desses elementos representou uma etapa na construção de uma experiência do *despertar do sentido*. (JORGE, 2005, p. 277)

Seja como for, a fantasia parece apresentar grande plasticidade. Sua capacidade de enganar as balizas da censura a tornam um elemento sempre disponível e adequado ao trabalho dos sonhos, e também dos sintomas, como veremos adiante.

3.2.3 A fantasia e o infantil: a dimensão lúdica e a imaginação no “ciclo da fantasia”

Em 1907 vemos surgir um período de maior preocupação teórica de Freud em relação à atividade fantasística. Marco Antônio Jorge (2006) chama a atenção para as várias ocorrências, bem como para a centralidade do conceito nos artigos escritos entre 1907-1911, período ao qual denomina “ciclo da fantasia”. Certamente, a pluralidade de papéis assumidos pela fantasia se deve à sua notável plasticidade, o que faz com que a noção seja apresentada nos trabalhos com sentidos bastante diversos, apontando para além do campo meramente psicopatológico.

Para o autor, essa sessão inicia-se com a busca pela relação entre fantasia e criação literária, com base nos artigos *Delírios e sonhos na Gradiva, de Jensen* (1907/1996), e *Escritores criativos e devaneios* (1908/1996a), terminando com o que considera o principal trabalho metapsicológico sobre a fantasia, quatro anos mais tarde.

Elisabeth Roudinesco enfatiza a distinção tópica que se pode alcançar a partir dos textos desse período, em que a fantasia se põe em cena nos diferentes registros tópicos:

(...) Freud estabelece uma distinção entre fantasias inconscientes, os devaneios e os romances que o sujeito conta a si mesmo, bem como certas formas de criação literária, e as fantasias inconscientes, devaneios subliminares, prefiguração dos sintomas histéricos, a despeito de estas serem concebidas como estreitamente ligadas às fantasias conscientes. (ROUDINESCO, 1998, p. 225)

Assim, em seu ensaio sobre a *Gradiva*, Freud explora e dissecar os processos mentais dos personagens principais, para além de dois ou três sonhos de ambos que aparecem ao longo da história. Relaciona, dessa maneira, os delírios e sonhos construídos pelos personagens, partindo de uma fantasia do autor, Wilhelm Jensen. A fantasia aparece em diversas passagens do artigo e sua menção busca sempre estabelecer a relação entre os fenômenos e a imaginação do autor.

No ano seguinte, em *Escritores criativos...*, Freud aprofunda a investigação da natureza da criação literária, reconhecendo a ligação da capacidade criativa com a

tendência infantil para a imaginação, tal como se apresenta nas atividades lúdicas do brincar. É claro para ele que mesmo a criança consegue distinguir o que é da ordem de sua imaginação daquilo que se ancora na realidade. Assim, tanto o brincar da criança quanto o ato de criar do escritor se utilizam do recurso da fantasia. Ambos a encaram com seriedade, o que torna diferenciada a relação da criança e do escritor para com a dimensão fantasística:

Seria errado supor que a criança não leva esse mundo a sério; ao contrário, leva muito a sério a sua brincadeira e dispõe na mesma muita emoção. A antítese de brincar não é o que é sério, mas o que é real. Apesar de toda a emoção com que a criança catexiza [investe]⁷ seu mundo de brinquedo, ela o distingue perfeitamente da realidade, e gosta de ligar seus objetos e situações imaginados às coisas visíveis e tangíveis do mundo real. Essa conexão é tudo o que diferencia o brincar infantil do fantasiar. (FREUD, 1908/1996a, v. 9, p. 135)

Ora, todos sabem com que dificuldade deixamos a doçura inconsequente da vida infantil para assumirmos as responsabilidades de adultos. A transição da adolescência não se dá sem uma série de conflitos de toda ordem. Da mesma forma, a tendência à reclusão para a escrita parece ser uma característica daqueles que se dedicam a essa atividade. Essa retirada momentânea da realidade ordinária parece a condição para uma boa literatura. E é testemunho corrente entre os literatos de que é a necessidade que os impele a fazê-lo, o que, na maioria das vezes, é descrito como uma experiência compulsiva de prazer:

Ao crescer, as pessoas param de brincar e parecem renunciar ao prazer que obtinham ao brincar. Contudo, quem compreende a mente humana sabe que nada é tão difícil para o homem quanto abdicar de um prazer que já experimentou. Na realidade, nunca renunciamos a nada; apenas trocamos uma coisa por outra. O que parece ser uma renúncia é, na verdade, a formação de um substituto ou sub-rogado. (FREUD, 1908/1996a, v. 9, p. 136)

⁷ Preferimos manter o termo da edição inglesa derivado de 'catexia', apesar de indicarmos nossa preferência pelo termo 'investimento', para esta importante ação psíquica. Seguimos aqui às relevantes reflexões de Bruno Bettelheim sobre as incorreções encontradas na tradução oficial para a língua inglesa e seus reflexos para a compreensão da conceituação freudiana, o que foi publicado no Brasil em 1982 pela Editora Cultrix, sob o título *Freud e a alma humana*.

Na verdade, se a fantasia constitui a face visível da realidade psíquica, não é sem a ação do desejo inconsciente que esta adquire alguma densidade. Freud investiga a característica do fantasiar partindo da ideia de que são os desejos insatisfeitos as forças motivadoras dessa atividade. Toda fantasia consiste, portanto, numa “correção da realidade insatisfatória” (1908/1996a, v. 9, p. 137). Freud divide esses desejos em dois grupos: os desejos ambiciosos ou egoístas e os desejos eróticos. Entretanto, destaca a proximidade entre ambos, sendo que os últimos serão sempre encontrados na base dos primeiros, o que é bastante coerente com sua tese da sexualidade em nosso comportamento geral.

A dificuldade da realidade em nos proporcionar satisfação constante está em consonância com a atividade desejante, sendo mesmo sua força motriz. A fantasia constituiria, naturalmente, uma tendência do psiquismo de preencher lacunas entre a nossa disposição para a busca do prazer e a crueza da realidade material, incongruente, na maioria das vezes, com este último princípio tributário da experiência primeva de satisfação.

A fantasia não é algo rígido e imutável. Ao contrário, o caráter dinâmico da atividade imaginativa guarda relação com a própria propensão do sujeito a mudar suas impressões sobre a vida. Nesse sentido, Freud destaca a relação entre fantasia e tempo, salientando que a ideação fantasística respeita três momentos em sua formação: “É como se ela flutuasse entre três tempos” (1908/1996a, v. 9, p. 138). Assim, propõe a seguinte distribuição em sua formação:

1º - Uma impressão atual desperta um dos desejos do sujeito, que passa a agir como força motriz para o trabalho psíquico;

2º - A lembrança de realização desse desejo no passado infantil projeta-se para o futuro, na forma de nova realização de desejo;

3º - O devaneio ou fantasia é criado, portando tanto os traços do passado quanto os do presente.

Com essa equação Freud demonstra “(...) como o desejo utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo o modelo do passado, um quadro do futuro” (FREUD, 1908/1996a, v. 9, p. 139).

No ano seguinte, em *Romances familiares* (1909/1996), a discussão se volta para a atividade imaginativa das crianças com relação a sua família. Freud sustenta que, para meninos e meninas, os pais representam, inicialmente, a única fonte de autoridade e conhecimento. Entretanto, ao tomarem contato com outras famílias como as dos colegas, a comparação se torna inevitável e as crianças desenvolvem uma atitude crítica para com a sua. Essa atitude, somada aos impulsos edipianos hostis, ocasionará o afastamento natural do sujeito para com o casal parental.

A realização de desejos também está na base da construção do romance familiar do neurótico, assim como das pessoas mais bem dotadas criativamente, que, por meio da atividade imaginativa, buscam uma retificação da vida real. Freud elucida as fases desse processo de destituição do lugar antes ocupado pela família, levando em conta o papel da sexualidade na construção de devaneios em que os pais são substituídos na imaginação da criança (FREUD, 1909/1996, v. 9, p. 220). Para ele, ao substituir os pais reais, humildes e verdadeiros, por outros mais qualificados ou mais abastados, a ingratidão e a infidelidade da criança são apenas aparentes:

Dessa forma a criança não está se descartando do pai, mas enaltecendo-o. Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe é superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais nobre e o mais forte dos homens, e a mãe a mais linda e amável das mulheres. Ela dá as costas ao pai, tal como o conhece no presente, para voltar-se para aquele pai em quem confiava nos primeiros anos de sua infância, e sua fantasia é a expressão de um lamento pelos dias felizes que se foram. Assim volta a manifestar-se nessas fantasias a supervalorização que caracteriza os primeiros anos da criança. (FREUD, 1909/1996, v. 9, p. 222)

Ainda em 1908, no artigo *Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade*, Freud estabelece uma clara ligação entre o sintoma neurótico – ataques histéricos –, a pulsão e a fantasia, mais propriamente a fantasia inconsciente. Para ele a irrupção involuntária do ataque histérico revela-se como resultante de tais

fantasias, uma vez que, ainda que comportem uma modalidade consciente, como nos devaneios, é a dimensão inconsciente, com sua estreita relação com a vida erótica do sujeito, que as torna patogênicas:

Essas fantasias são satisfações de desejos originários de privações e anelos. São com justiça denominadas de “devaneios”, já que nos dão a chave para uma compreensão dos sonhos noturnos — nos quais o núcleo da formação onírica não consiste em nada mais do que em fantasias diurnas complicadas, que foram distorcidas e que são mal compreendidas pela instância psíquica consciente.

(...)

Esses devaneios são catexizados com um vivo interesse; são acalentados carinhosamente pelo sujeito e em geral ocultos com muita sensibilidade. É fácil perceber na rua uma pessoa absorta num devaneio: fala sozinha, sorri subitamente distraída ou apressa o passo no momento em que a situação imaginada atinge o clímax. Todo ataque histérico que até hoje investiguei revelou a irrupção involuntária de tais devaneios, pois nossas observações não deixam dúvidas que tais fantasias tanto podem ser inconscientes como conscientes. Quando as últimas tornam-se inconscientes, podem tornar-se também patogênicas, isto é, podem expressar-se através de sintomas e ataques. (FREUD, 1908/1996b, v. 9, p. 149-150)

A fantasia inconsciente guarda relação com a satisfação autoerótica característica da primitiva fantasia infantil, o que deveria ser abandonado pelo sujeito e que, no caso da neurose, não ocorre. Neste caso, se o sujeito não alcança a satisfação sexual por uma via saudável nem consegue sublimar a energia libidinal, empregando-a em outras finalidades, a fantasia inconsciente encontra terreno fértil para reacender-se, propiciando o surgimento do sintoma.

No mesmo ano, no artigo *Sobre as teorias sexuais das crianças* (1908/1996c), Freud delineia de maneira mais aprofundada a relação entre a profícua imaginação da criança e o papel da fantasia na satisfação de sua curiosidade a respeito dos temas sexuais. Aqui também encontramos a fantasia trilhando o caminho edípico. Nele, as teorias sexuais infantis desenvolvem-se, sobretudo, em redor de três principais temáticas típicas da curiosidade infantil: a diferença dos sexos, a origem dos bebês e a relação sexual do par parental.

É também nesse texto que surge a primeira referência ao complexo de castração, como uma fantasia que buscaria responder a diferença física dos sexos e que, junto ao complexo de Édipo, completará o núcleo psíquico do funcionamento neurótico, sobretudo a partir da segunda tópica. No tema seguinte, a criança chega a imaginar que os bebês nascem pelo ânus – teoria da cloaca –, tal como as fezes, donde derivam as fantasias ligadas ao erotismo anal. No terceiro tema, ao ouvir os resíduos sonoros vindos do quarto parental, a criança imagina que a relação sexual seja um ato de violência, o que descamba para a associação entre agressividade e sexualidade e dá origem às fantasias sadomasoquistas.

Mas é em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911/1996) que, para Jorge (2006), encerra-se esse “ciclo” da fantasia, quando Freud delimita o lugar desse conceito na metapsicologia. Nesse importante artigo, a distinção entre princípio de prazer e princípio de realidade é estabelecida, e sua relação é tratada da forma mais completa. Como veremos adiante, fica claro o vínculo da atividade fantasística com o princípio do prazer, sendo esta regida pelo processo primário, característico do sistema inconsciente.

3.2.4 As fantasias originárias na base do conflito psíquico

Segundo a notável definição do verbete por Laplanche e Pontalis, fantasias originárias⁸ são estruturas típicas que atuam como organizadores da vida fantasística, independentemente das “experiências pessoais dos sujeitos; a universalidade destas fantasias explica-se, segundo Freud, pelo fato de constituírem um patrimônio transmitido

⁸ As expressões fantasias originárias, primevas, primitivas, primárias, fundamentais ou, ainda, protofantasias aparecem em diversos momentos nos textos clássicos, como também nos trabalhos de diferentes autores que se referem ao tema. Ao lado de Laplanche e Pontalis, optaremos por *fantasias originárias*, sem entrarmos em querelas acerca de traduções. Nos trechos a serem citados, seguiremos cada autor ou a opção do tradutor para a língua portuguesa.

filogeneticamente” (1996, p. 174). Tratam-se da experiência da vida intrauterina, da cena originária, isto é, da relação sexual parental, da castração e da fantasia de sedução.

A expressão *fantasias originárias* ocorre na escrita freudiana pela primeira vez em 1915, num breve artigo que discute a teoria da paranoia. Na ocasião, Freud investiga a capacidade de uma determinada circunstância propiciar a formação de um delírio persecutório. No caso em que se baseia, a mulher acredita estar sendo fotografada por terceiros, a mando do amante, em situações íntimas com o mesmo, no intuito de chantageá-la. Freud vai buscar a origem de tal delírio num acervo fantasístico arcaico da pessoa analisada, atribuindo-lhe grande importância para a formação delirante:

Entre o acervo de fantasias inconscientes de todos os neuróticos, e provavelmente de todos os seres humanos, existe uma que raramente se acha ausente e que pode ser revelada pela análise: é a fantasia de observar as relações sexuais dos pais. Chamo tais fantasias – da observação do ato sexual dos pais, da sedução, da castração e outras – de “fantasias primevas” (...). (FREUD, 1915/1996c, v. 14, p. 276)

Cerca de dois anos mais tarde, Freud dedicará uma de suas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, a Conferência 23, à discussão da relação entre realidade e fantasia para a formação dos sintomas neuróticos, quando volta ao tema das fantasias originárias. A questão centra-se na análise da participação da imaginação e dos resíduos mnêmicos de realidade trazidos da infância na composição da sintomatologia:

De onde procede a necessidade dessas fantasias, e o material para elas? (...) Acredito que essas fantasias primitivas, como prefiro denominá-las, e, sem dúvida, também algumas outras, constituem um acervo filogenético. (...) Parece-me bem possível que todas as coisas que nos são relatadas hoje em dia, na análise, como fantasia – sedução de crianças, surgimento da excitação sexual por observar o coito dos pais, ameaça de castração (ou, então, a própria castração) – foram, em determinada época, ocorrências reais dos tempos primitivos da família humana, e que as crianças, em suas fantasias, simplesmente preenchem os claros da verdade individual com a verdade pré-histórica. Repetidamente tenho sido levado a suspeitar que a psicologia das neuroses tem acumuladas em si mais antiguidades da evolução humana do que qualquer outra fonte. (FREUD, 1917/1996, v. 16, p. 373)

Ao atribuir ao caráter filogenético tal importância capital para os relatos em análise, isto é, para o discurso que cada sujeito atualiza sobre si, sem deixar de buscar os resquícios mnêmicos no próprio conteúdo da realidade psíquica, Freud põe em causa uma situação na qual fantasia e realidade compõem uma mistura que não pode ser decantada em proporções que isolem o que seria da ordem de uma ou de outra.

Tal como havia feito com a elaboração onírica em 1900, portanto, passadas quase duas décadas, Freud volta a destacar o papel da fantasia na base de outra importante formação do inconsciente. Assim, ao se interpor no caminho dos sintomas, a despeito de todas as referências mnêmicas – e, portanto, materiais –, a fantasia marca, mais uma vez, o papel superior resguardado à realidade psíquica: “As fantasias possuem realidade *psíquica*, em contraste com a realidade *material*, e gradualmente aprendemos a entender que, *no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva*” (FREUD, 1917/1996, v. 16, p. 370).

Freud vai defender que, no conflito que se estabelece no psiquismo, a fantasia inconsciente termina por propiciar nova forma de satisfação para a libido insatisfeita pela intransigência da realidade. Na verdade, caso não consiga encontrar novo objeto ou mesmo a via da sublimação, a libido insatisfeita tende a fugir das leis egoicas, tomando um curso regressivo rumo aos objetos internos e às fantasias inconscientes abandonadas no curso de seu desenvolvimento. Assim, temos o conflito em que uma fantasia inconsciente recebe novo impulso em sua aspiração para a satisfação ao ser reinvestida libidinalmente, ao passo que, no outro extremo, o Eu (ego) contrainveste com força oposta, impedindo uma satisfação direta, restando apenas a via do sintoma. Ao agir como impedimento para a descarga libidinal direta, o veto do Eu (ego) força a libido a procurar uma via de expressão disfarçada.

O sintoma, assim, aparece como um derivado “distorcido” da realização de desejo inconsciente com a função de conciliar forças mutuamente contraditórias: atende ao ego mas também não deixa de responder ao id. Se o sintoma causa desprazer e sofrimento por um lado, consegue obter uma certa satisfação pulsional (escoamento de libido) por outro, embora essa satisfação seja restrita e mal reconhecida pelo sujeito como tal. Portanto, o sintoma é produto de uma formação de compromisso, tendo a libido seguido um caminho indireto via inconsciente e, finalmente, chegando à descarga real. Freud reitera

que a retração da libido para a fantasia é um estágio intermediário no caminho da formação dos sintomas. (TOLEDO, 2003, p. 26).

Contudo, a mais surpreendente referência sobre o tema das protofantasias ou fantasias originárias parece ser o detalhado exame sobre a origem e a relação da fantasia com as experiências subjetivas que se encontra na anamnese do Homem dos Lobos, no ano seguinte. Movido pelo interesse de demonstrar a importância do infantil para a determinação da neurose do adulto, no que o presente caso se mostra exemplar, Freud trilha o caminho que relaciona as lembranças de seu paciente com as fantasias originárias presentes na formação do núcleo de sua patologia. Assim, na maior parte da análise do Homem dos Lobos, o que está em questão é a cena primária, supostamente vivenciada antes dos 2 anos pelo paciente e ressignificada aos 4 anos, por meio do famoso sonho com os lobos. Para Freud, são ressignificações como essa que imprimiram valor traumático à cena primária, provocando fixações e movimentos regressivos no fluxo do desenvolvimento libidinal do paciente.

A discussão mais importante, entretanto, para nossa finalidade, diz respeito à veracidade da ocorrência ou do presenciamento da cena parental pelo Homem dos Lobos. Sabemos, por indicação do próprio Freud, que a longa explanação por ele travada sobre essa questão responde às críticas de Adler e, sobretudo, de Jung, quanto à ocorrência ou não das cenas infantis evocadas durante o tratamento. Conforme destaca Mezan, para Jung, tais cenas deviam ser tomadas como um “fruto da elaboração fantasmática, projetada então para os tempos remotos da infância”, por meio do processo a que denomina “fantasmatização retroativa” (MEZAN, 2006, p. 448). Para Mezan, a objeção junguiana tem peso e fundamenta-se numa concepção da fantasia fiel à teoria psicanalítica, desde seus primórdios:

Com efeito, a noção de “recordação encobridora”, exposta em 1898, fornece um excelente exemplo de como o passado é reelaborado e mesmo reinventado na fantasia, como consequência de que as relações cronológicas se invertem e, mais grave, os elementos pertencentes a uma mesma vivência são dissociados e recombinaos, para formar ficções defensivas. Não é isso o que Freud reconhece ao abandonar a teoria da sedução? (MEZAN, 2006, p. 448)

Mezan destaca a dificuldade de se discernir o que seja da ordem da realidade e da ficção imaginária, o que justificaria a proposição junguiana num sentido diferente da freudiana. Mas Freud não se descuida em querer preservar tanto os elementos fantasísticos quanto aqueles que remontam à história da sexualidade infantil. De fato, deixa claro que o que importa a ele é considerar “o poder de reelaboração dos conteúdos psíquicos inerentes à atividade da fantasia”, conforme ressalta Mezan (2006, p. 448).

Para Laplanche e Pontalis (1996, p. 175), entretanto, o mais “impressionante” ao longo da explanação está no fato de que Freud se debate o tempo todo com a questão da origem das fantasias, a despeito de sua constatação de que esse campo constitui um domínio autônomo e consistente. Para ele, três soluções são propostas para o impasse sobre a ocorrência concreta ou não das fantasias originárias ou protofantasias:

1ª Como lembranças encobridoras, Freud admite que grande parte de nossas fantasias resulta de elaborações atuais sobre restos de conteúdos mnêmicos do passado, geralmente ligados a algum elemento que se interpôs no caminho da libido, frustrando-a em seu objetivo sexual;

2ª As fantasias originárias constituem esquemas filogenéticos de caráter universal, sendo propensos a estreitar ligação com os resquícios mnêmicos infantis;

3ª A experiência também pode oferecer ocasião para que a criança seja seduzida por um adulto ou presencie uma relação sexual entre os pais, o que posteriormente será reconstruído em análise.

Conforme Mezan (2006, p. 451), a fantasia originária tem, para o indivíduo, o mesmo valor que o mito para as coletividades, pois, na busca pelo acontecimento

primordial, ocorre um impasse que somente poderá ser resolvido com o preenchimento da lacuna deixada pelo escape da origem, o que a fantasia faz de maneira exemplar.

Ainda que tenha entrado para o primeiro escalão dos conceitos que elucidam o funcionamento psíquico, é possível observar, durante os anos da primeira tópica, uma ligação bastante direta entre fantasia e neurose, assim como entre delírio e psicose, o que não vai perdurar a partir da virada teórica dos anos 1920. Apesar de não ser nosso interesse realizar um estudo exaustivo, nossa abordagem de tantas nuances sobre o tema tem o intuito de demonstrar a importância da presença da fantasia em todas as recônditas arestas de nossa atividade psíquica. Na medida em que em receba novo posicionamento teórico a partir dos avanços da segunda tópica, a fantasia tem seu alcance ampliado, assumindo seu valor estrutural para essa atividade, tal como veremos a seguir.

3.2.5 A fantasia na segunda tópica: a pulsão de morte e o sentimento de culpa

Como vimos, é com o caso do Homem dos Lobos, já às portas dos anos 1920 e, portanto, na emergência das inovações teóricas da segunda tópica, que a questão da fantasia originária ganha maior impulso, sendo aceita como saída para a dificuldade de se conceber uma realidade factual para a cena primária com seu caráter traumático.

Ainda em 1919, a fantasia surge nos escritos freudianos relacionada ao sentimento inconsciente de culpa, estando na origem das perversões sexuais. Em *Uma criança é espancada* (ou *Bate-se numa criança*), Freud vincula a origem das perversões sexuais à fantasia de espancamento comum à maioria das crianças. Essa relação permitiu-lhe perceber a ligação da fantasia com o prazer masturbatório. Em sua clínica com neuróticos, Freud havia observado a ocorrência de uma fantasia precoce e altamente investida de prazer autoerótico pelos sujeitos, mas que, entretanto, era acompanhada de intensos sentimentos de culpa e de vergonha.

Na verdade, talvez fosse preciso compreender essa equação com os termos invertidos: é a fantasia que motiva o sentimento de culpa, quando o sujeito flagra em seu conteúdo uma conotação sexual. Assim, o conteúdo sexual dá o tom para o uso que o psiquismo fará da fantasia. Sob esse aspecto, vemos a fantasia tomar um sentido bastante específico e é por seu intermédio que a subjetividade adquire uma estruturação que vai impregnar o modo de ser do indivíduo em toda sua extensão.

Pode-se perceber que, nesse momento, Freud não está preocupado em teorizar sobre a origem psíquica da perversão. Não se trata de uma perversão como desmentido estrutural da castração, mas, sim, de outra maneira de experienciar a sexualidade.

Ao confrontar a vertente masoquista com a tendência ao princípio do prazer, até então dominante na economia de nossa vida psíquica, Freud havia encontrado um paradoxo que somente se resolveria com as mudanças conceituais que viriam a seguir e seus reflexos sobre o aparato econômico em geral. Nesse caso, o princípio do prazer passa a representar algo muito maior que um mecanismo psíquico, extrapolando propriamente a tendência preservativa do sujeito. Com a introdução do conceito de pulsão de morte, Freud adota a expressão *princípio de nirvana* como algo equivalente ao *princípio do prazer-desprazer*. Assim, passa a defender a tese de que o princípio do nirvana estaria a serviço da pulsão de morte, tendo como meta, portanto, a passagem para o estado anorgânico. Nesse estado, estariam dirimidas todas as excitações conflituosas do aparelho psíquico, que alcança uma estabilidade.

Anos mais tarde, ao revisitar o tema da vinculação entre sentimento de culpa e fantasia, Freud precisa rever suas teses de 1919, em que definia o masoquismo como uma modificação de um sadismo originário. Assim, em *O problema econômico do masoquismo* (1924), considera a possibilidade de existência de um masoquismo primário ou erógeno, transitando, mais uma vez, pelo campo das perversões sexuais. A partir desse artigo, Freud passa a defender a ideia de que esse masoquismo primário seria resultante de uma fusão e defusão entre as duas classes pulsionais postuladas a partir de 1920: pulsão de vida e pulsão de morte.

No mesmo ano, ainda no frescor da segunda tópica e em plena vigência das instâncias dinâmicas do aparelho psíquico, Freud preocupa-se em aprofundar a

distinção clínica entre neuroses e psicoses. Em dois artigos quase subsequentes, busca delinear a relação que cada quadro estabelece com a realidade. Em *Neurose e psicose* (1924/1996a), vislumbramos uma relação bastante direta do Eu (ego) com a realidade, o que caracteriza a neurose em sua dependência desta. Tal situação não se verifica na psicose, na qual o Eu (ego) está profundamente subjugado ao imperioso Isso (id). A tese principal consiste em que, na psicose, há uma perda do vínculo do sujeito com a realidade, o que não ocorreria na neurose. No mesmo ano, entretanto, em *A perda da realidade na neurose e na psicose* (1924/1996b), Freud apressa-se em retificar sua opinião expressa no artigo anterior, considerando a questão sob nova ótica:

Recentemente indiquei como uma das características que diferenciam uma neurose de uma psicose o fato de em uma neurose o ego, em sua dependência da realidade, suprimir um fragmento do id (da vida instintual), ao passo que, em uma psicose, esse mesmo ego, a serviço do id, se afasta de um fragmento da realidade. Assim, para uma neurose o fator decisivo seria a predominância da influência da realidade, enquanto para uma psicose esse fator seria a predominância do id. Na psicose a perda de realidade estaria necessariamente presente, ao passo que na neurose, segundo pareceria, essa perda seria evitada.

Isso, porém, não concorda em absoluto com a observação que todos nós podemos fazer, de que toda neurose perturba de algum modo a relação do paciente com a realidade servindo-lhe de um meio de se afastar da realidade, e que, em suas formas graves, significa concretamente uma fuga da vida real. (FREUD, 1924/1996b, v. 19, p. 205)

Assim, se o delírio constitui uma tentativa do psicótico de restabelecer contato com a realidade, a fantasia do neurótico se insere na contramão desse caminho, representando antes uma tendência à fuga dessa realidade. Dessa forma, seguindo a trilha sugerida por Jorge (2006), ao que parece a realidade é sempre perdida, apesar de que, do alto de sua importância psíquica, fantasia e delírio sejam muito diferentes e muito parecidos.

É interessante perceber que tal mudança de posicionamento não apenas tira o sujeito neurótico de uma posição privilegiada com relação à realidade. Na verdade, no que tange à fantasia, as teorias dos anos 1920 fazem com que Freud reveja a própria essência da relação subjetiva com a realidade e conclua que uma defasagem entre as

realidades psíquica e material constitui algo estrutural para toda a subjetividade, independentemente da defesa a ser utilizada por esse sujeito para lidar com essa situação.

De nossa parte, entendemos que essa defasagem tem seu papel garantido no envolvimento do sujeito com as diferentes formas e gêneros da literatura, da dramaturgia, da música e das artes em geral. É como se pode flagrar o papel do lúdico e o lugar que a experiência do prazer se insere em nossa vida. É também a partir dessa perspectiva que podemos compreender a imensa facilidade com que o sujeito se deixa fascinar pelas novas tecnologias disponíveis através do aparato cibernético na pós-modernidade.

3.3 O lugar da fantasia na metapsicologia

Apesar da crescente importância assumida pela fantasia ao longo das explorações clínicas, não se pode dizer que Freud tenha deixado um lugar suficientemente demarcado para essa categoria no seio da metapsicologia. Não há, como sabemos, um artigo específico ou mesmo um capítulo para tratar do tema. O recorte dessa teoria se dá de maneira periférica no todo da obra e, a partir daí, vai conquistando seu território de forma pontual e fragmentada. Mais que isso, entretanto, a fantasia não apenas se inseriu clínica e conceitualmente de maneira visceral, como também modificou toda uma concepção sobre o psiquismo. Dito de outro modo, ao lado do inconsciente e da pulsão, a fantasia vem completar a tríade dos principais elementos do psiquismo, do ponto de vista da psicanálise.

Para Jorge (2006), a fantasia constitui o amálgama que faltava para uma compreensão mais bem acabada – mais funcional, portanto – do aparelho psíquico postulado por Freud. Em outro artigo, Jorge (2004) assegura que esse papel de articulação exercido pela fantasia entre o inconsciente e a pulsão faz dela um elemento estrutural da subjetividade, uma vez que não se pode prescindir de sua função para a

realidade psíquica, tendo em vista o valor que seus conteúdos representam para cada sujeito. Nessa medida, faz-se necessário que a compreensão da fantasia possa se inserir no âmbito da sistematização teórica mais rigorosamente prevista por Freud, ou seja, sua metapsicologia.

Partindo dessa constatação, passaremos a tratar conceitualmente a fantasia, no intuito de localizá-la minimamente no âmbito das teorias metapsicológicas postuladas por Freud, tendo em vista as dimensões tópica, econômica e dinâmica, as quais compreendem a mais pura expressão de sua teoria geral das neuroses e do funcionamento psíquico normal.

Conforme sabemos, a empreitada teórica de Freud inicia-se em *Projeto para uma psicologia científica* (1895), sendo retomada no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* (1900), em que expõe sua primeira teoria do aparelho psíquico. Nesses textos, a fantasia ainda não aparece de maneira bem delineada, apesar de estar implícita. Por isso, para a finalidade da presente discussão, tomaremos por base dois trabalhos bastante posteriores: *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911), e o artigo *O inconsciente* (1915), da série de *Artigos metapsicológicos*, no qual encontramos uma maior exposição e clareza conceitual sobre a fantasia. Neste último, já encontramos delineados os novos rumos teóricos que estarão presentes nos trabalhos metapsicológicos a partir da segunda tópica.

Daremos destaque aos pontos em que haja uma definição mais direta sobre cada uma dessas dimensões por parte de Freud. Quando essa referência direta não ocorrer, buscaremos inferir em que medida cada aspecto esteja sendo contemplado, no intuito de delinear o caráter metapsicológico do conceito de fantasia. Trabalhos menos específicos, mas que contenham algum elemento importante para a discussão, também serão referidos.

3.3.1 A onipresença tópica da fantasia e seu papel na dinâmica psíquica

A distribuição tópica da fantasia parece vir apontada já em 1905, quando Freud localiza a questão em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Nesse trabalho, descreve a fantasia como tendo sua atividade desencadeada pouco antes da puberdade e a propósito da formação de símbolos de natureza sexual (1905/1996, v. 7, p. 183-186). Em outro ponto vai considerá-la como subordinada às três localizações da atividade psíquica: inconsciente, pré-consciente e consciente, independentemente da estrutura psicopatológica considerada (ROUDINESCO, 1998, p. 224). Há aqui uma distinção entre fantasias conscientes e fantasias inconscientes, esses dois registros que se encontram no processo da criação onírica:

Mas é na [esfera da] representação que se consuma inicialmente a escolha do objeto, e a vida sexual do jovem em processo de amadurecimento não dispõe de outro espaço que não o das fantasias, ou seja, o das representações não destinadas a concretizar-se. Nessas fantasias, as inclinações infantis voltam a emergir em todos os seres humanos, agora reforçadas pela premência somática, e entre elas, com frequência uniforme e em primeiro lugar, o impulso sexual da criança em direção aos pais, quase sempre já diferenciado através da atração pelo sexo oposto: a do filho pela mãe e a da filha pelo pai. (FREUD, 1905/1996, v. 7, p. 213)

Seguindo o rastro de sua concepção da sexualidade perverso-polimorfa da infância, discutida nos *Três ensaios...* (1905), Freud prontamente considera que uma fantasia da natureza de um espancamento – como “bate-se numa criança!” – possa se tornar um traço primário de perversão, ao ser retido com o objetivo de satisfação autoerótica. Isso ocorre a partir da fixação de algum componente da sexualidade, deixando evidente a peculiaridade dessa constituição psíquica do sujeito. Freud observava que raramente os pacientes que revelavam tal fantasia traziam relato de terem sido espancados por seus familiares durante a infância, o que deixa pista a ser explorada na via da fantasia inconsciente.

Mas a persistência dessa fixação de conteúdos sexuais que conduzem o adulto a uma problemática perversa é apenas uma das possibilidades para a perversão infantil. Freud considera ainda outras “vicissitudes” para esse núcleo, como a submissão desse evento pelo recalçamento, sua substituição pela formação reativa mais comum nos casos da neurose obsessiva, ou mesmo sua transformação por meio da sublimação. Dessa forma, percebe-se que, tal como as manifestações somáticas da sexualidade perverso-polimorfa que acompanham o desenvolvimento libidinal em suas fases oral, anal e fálica, também as manifestações psíquicas na vertente da fantasia são originalmente desprovidas de censura, podendo tomar diferentes caminhos. Isso se dará em função do mecanismo a ser posto em ação pelo sujeito.

Em 1915, Freud escreve seu primeiro conjunto de artigos especialmente dedicado à metapsicologia. Em um deles, *O inconsciente* (1915/1996a), encontramos uma das mais importantes passagens sobre a fantasia, não apenas por seu papel no psiquismo, mas também pela discussão que é feita sobre seu caráter tópico.

Roudinesco (1998, p. 225) chama a atenção para a pertinência da definição dada por Freud à fantasia nesse artigo, em que é caracterizada por sua mobilidade, representando um momento de passagem entre os sistemas consciente e inconsciente, tornando-a irreduzível a apenas um deles. Assim, já no início da sexta sessão do artigo, Freud preocupa-se em distinguir possíveis equívocos quanto à relação mantida entre as instâncias *Pcs.* e *Ics.*,⁹ ressaltando o aspecto cooperativo, sendo ambos suscetíveis de se influenciarem de forma constante. Aqui as fantasias surgem como “derivados” das moções pulsionais *Ics.* portando características opostas:

Entre os derivados dos impulsos instintuais do *Ics.*, do tipo que descrevemos, existem alguns que reúnem em si características de uma espécie oposta. Por um lado, são altamente organizados, livres de autocontradição, tendo usado todas as aquisições do sistema *Cs.*, dificilmente distinguindo-se, a nosso ver, das formações daquele sistema. Por outro, são inconscientes e incapazes de se tornarem conscientes. Assim, *qualitativamente* pertencem ao sistema *Pcs.*, mas *factualmente*, ao *Ics.* É sua origem que decide seu destino. Podemos compará-las a indivíduos de raça mestiça que, num apanhado geral, se assemelham a brancos, mas que traem sua ascendência de cor por uma ou outra característica

⁹ Freud utiliza as abreviaturas *Ics.* (inconsciente), *Pcs.* (pré-consciente) e *Cs.* (consciente) para referir-se aos três registros em seu sentido sistemático, tal como havia feito em *A interpretação dos sonhos*.

marcante, sendo, por causa disso, excluídos da sociedade, deixando de gozar dos privilégios dos brancos. (FREUD, 1915/1996a, v. 14, p. 195)

Para Laplanche e Pontalis (1996, p. 171), esta constitui a definição metapsicológica mais completa da fantasia apresentada por Freud, em que ele parece se preocupar mais em ressaltar as analogias que propriamente as diferenças quanto à natureza tópica desse fenômeno.

Mesmo com seu alto nível de organização, as fantasias permanecem inconscientes pela ação do recalque e não vêm à tona, pois são rechaçadas ao se aproximarem da consciência e receberem intenso investimento. Freud ressalta que a formação das fantasias é análoga para os diferentes quadros patológicos e mais uma vez reafirma que ela está na origem tanto dos sonhos quanto dos sintomas:

Essa é a natureza das fantasias de pessoas normais, bem como de neuróticas, fantasias que reconhecemos como sendo etapas preliminares da formação tanto dos sonhos como dos sintomas e que, apesar de seu alto grau de organização, permanecem reprimidas, não podendo, portanto, tornar-se conscientes. Aproximam-se da consciência e permanecem imperturbadas enquanto não dispõem de uma catexia intensa, mas, tão logo excedem certo grau de catexia, são lançadas para trás. (FREUD, 1915/1996a, v. 14, p. 196)

Como vemos, em outro aspecto digno de nota, as fantasias são passíveis de sofrer investimento [catexia] libidinal e seu acesso à consciência obedece aos mesmos princípios que outras representações, ou seja, se dá em função da carga de energia recebida.

Na sessão seguinte, ao tratar da diferença entre a *dementia praecox* (esquizofrenia) e as neuroses de transferência, Freud (1915/1996a, v. 14, p. 201) mais uma vez relaciona o investimento da libido retirada dos objetos externos a um objeto na fantasia, no caso das neuroses, antes de dirigir-se, por introversão, a um objeto recalcado. Apesar de toda essa atividade, Freud afirma que um forte investimento inconsciente no objeto parece persistir, apesar e a propósito do recalque.

Mezan (2006) chama a atenção para o fato de que Freud constantemente empregasse a expressão *fantasmas*¹⁰ *inconscientes* para designar tanto aquelas propriamente ditas quanto as fantasias conscientes, compreendendo os devaneios diurnos típicos da adolescência como origem comum de ambas as formas (FREUD, 1908/1996a, v. 9, p. 149):

Elas nasceriam da privação e realizariam de modo alucinatório um desejo sexual, acompanhando regularmente a atividade onanista. Com o desenvolvimento da censura moral, poderiam ser reprimidas, tornando-se, portanto, inconscientes e assim capazes de provocar efeitos patógenos. Essa concepção se harmoniza com a dos “dois princípios”, pois a fantasia estaria do lado do princípio do prazer e se furtaria à confrontação pelo princípio da realidade. (MEZAN, 2006, p. 451)

Em suas considerações sobre o texto *Formulações sobre os dois princípios...*, Mezan destaca ainda que, a despeito da ligação intrínseca apontada por Freud entre fantasia e prazer e da oposição desse par para com a realidade, não se pode tomar como certa a fronteira entre o interno e o externo, em se tratando dos fatos psíquicos:

Mas nada é mais móvel do que a fronteira entre o exterior e o interior (...). As coisas e pessoas da “realidade” não são meras ficções do indivíduo, mas por outro lado têm de ser investidas por ele para ganharem uma significação; elas são passíveis de representação psíquica, e tal representação é fatalmente contaminada pela fantasia. (MEZAN, 2006, p. 448)

A rigor, para Mezan, as fantasias devem ser tomadas como “seres mistos”, com qualidades pré-conscientes e inconscientes, o que as capacita de serem reconhecidas como realidade psíquica. Além disso, tal como o material recalcado, as fantasias permitem “uma manifestação de contrabando, nos sonhos, lapsos e sintomas” (2006, p. 452):

É esse caráter mestiço da fantasia que permite equipará-la ao delírio paranóico e às cenas imaginadas pelo perverso para a satisfação de seus desejos; na

¹⁰ Renato Mezan utiliza o termo *fantasma* de preferência à *fantasia*, provavelmente seguindo a tradição das escolas francesas. No caso acima, embora buscamos ser fiéis ao autor citado, preferimos a expressão *fantasias inconscientes*, seguindo a tradução que utilizamos das obras freudianas.

verdade, a fantasia é um cenário do desejo, uma organização visual na qual, à guisa de alucinação, ele é representado como se realizando. (MEZAN, 2006, p. 452)

Certamente, é essa facilidade plástica e fronteiriça da fantasia que a possibilita de servir a diferentes desígnios, podendo moldar-se aos demais representantes psíquicos, formando amálgamas não apenas com as produções do inconsciente, mas servindo também de ponte entre estes e os elementos da realidade material, sob o domínio da atividade consciente.

No entendimento de Mezan, Freud não parece ter se preocupado o bastante com o estatuto tópico da fantasia, tendo-lhe atribuído um papel tanto na produção do desejo do sonho, portanto na dimensão inconsciente, quanto na elaboração secundária, em que fantasias mais estruturadas e obedientes aos processos secundários entram em ação no intuito de dar coerência às produções oníricas. Mezan termina por atribuir a questão dessa pertença das fantasias a um ou outro sistema a uma função da distribuição econômica, tal como veremos a seguir.

Conforme se pode perceber, em termos da dinâmica psíquica, a fantasia ocupa um lugar-chave como facilitadora do trabalho do Eu (ego) no centro do conflito psíquico. Ao servir como substância para a solução de compromisso representada, por exemplo, pelo sintoma e por sua grande mobilidade na economia e livre passagem pelos sistemas tópicos, a fantasia tem o privilégio de perpassar todas as elaborações e trabalhos psíquicos. Assim, na impossibilidade de satisfação direta de seu desejo mais puro, com suas tendências mais arcaicas, o que resulta do problemático cruzamento entre atender às moções inconscientes do Isso (id) e suportar os impedimentos do Supereu (superego), a fantasia age consolando o “indivíduo” – ou, se preferirmos, o Eu (ego) – que, ao utilizar-se do recurso desse resguarde do pensamento imaginário, leva consigo ao longo da vida o confortável resquício do princípio do prazer.

3.3.2 A distribuição econômica

No que tange à circulação e distribuição da energia pulsional sobre os diferentes conteúdos que se oferecem ao psiquismo, a fantasia parece ter elevado papel, sobretudo se considerarmos as variações de intensidade. Pelo menos é o que fica claro em passagens como esta de *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911), em que Freud destaca a conexão entre a fantasia e a propensão do psiquismo a buscar o prazer:

Uma tendência geral de nosso aparelho mental, que pode ser remontada ao princípio econômico de poupar consumo [de energia], parece encontrar expressão na tenacidade com que nos apegamos às fontes de prazer à nossa disposição e na dificuldade com que a elas renunciamos. Com a introdução do princípio de realidade, uma das espécies de atividade de pensamento foi separada; ela foi liberada no teste de realidade e permaneceu subordinada somente ao princípio de prazer. Esta atividade é o *fantasiar*, que começa já nas brincadeiras infantis, e, posteriormente, conservada como *devaneio*, abandona a dependência de objetos reais. (FREUD, 1911/1996, v. 12, p. 240)

Neste caso, é a própria função econômica de poupar energia que também se encontra vinculada à fantasia, a qual exerce claramente um papel na distribuição dos investimentos do sujeito, fazendo pender a balança para o lado do princípio do prazer. Com a inundação do sujeito pelo princípio de realidade, a fantasia consegue sobrenadar à própria atividade do pensar. Em sua função, a fantasia termina por resguardar o psiquismo de um excesso do real, o que, certamente, seria insuportável e causa de intensa angústia, como atestam as psicoses.

Como Freud deixa claro em *Formulações...*, a substituição do princípio de realidade pelo princípio do prazer não se dá de forma repentina nem simultânea para os dois grupos pulsionais – pulsões do eu e pulsões sexuais. Assim, se em virtude das frustrações oriundas da realidade esse desenvolvimento tem lugar precoce para as pulsões do eu, as pulsões sexuais, como sabemos, comportam-se de maneira autoerótica frente a essas barreiras e, portanto, “não se encontram na situação de

frustração que forçou a instituição do princípio da realidade” (FREUD, 1911/1996, v. 12, p. 241). Esse fato, somado ao período de latência, afasta as pulsões sexuais do princípio de realidade, que permanece por mais tempo sob o domínio do princípio do prazer, do qual, segundo Freud, em muitas pessoas nunca conseguirá se afastar:

Em consequência dessas condições, surge uma vinculação mais estreita entre o instinto sexual e a fantasia, por um lado, e, por outro, entre os instintos do ego e as atividades da consciência. Tanto em pessoas sadias quanto em neuróticos, esta vinculação impressiona-nos como muito íntima (...). A continuidade do auto-erotismo é que torna possível reter por tanto tempo a satisfação momentânea e imaginária mais simples em relação ao objeto sexual, em lugar da satisfação real, que exige esforço e adiamento. (FREUD, 1911/1996, v. 12, p. 241)

Logo adiante, Freud deixa claro o desprezo dos processos inconscientes em relação ao teste de realidade: “(...) eles equiparam a realidade do pensamento com a realidade externa e os desejos com sua realização – com o fato – tal como acontece automaticamente sob o domínio do antigo princípio de prazer” (FREUD, 1911/1996, v. 12, p. 243).

Freud assevera que, apesar de tal situação dificultar a distinção entre as fantasias e as lembranças tornadas inconscientes, nem por isso os elementos da realidade devem ser tomados sozinhos na raiz dos sintomas, posto que as fantasias não guardem total referência da realidade. Como exemplo, cita a culpa neurótica que independe de ter havido um crime.

Mezan (2006) ressalta a dificuldade de se precisar o que seja da ordem da fantasia em sua relação com a realidade material, nos textos freudianos. A distinção nítida entre fantasia e realidade em *Formulações...* não parece ter valor em se considerando a mobilidade da fronteira entre o exterior e o interior do sujeito na sua lida com o real. Os objetos da realidade têm sua materialidade constatável, mas para o sujeito, somente adquirem significação quando investidas por este (MEZAN, 2006, p. 449). Somente a partir desse investimento um objeto da realidade torna-se uma representação psíquica, sendo, nesse trânsito, “fatalmente contaminado pela fantasia”

(MEZAN, 2006, p. 449). A atividade fantasmática é vista como possuidora de considerável influência em termos de reelaboração de conteúdos psíquicos.

Esse tipo de asserção encontra suas bases, segundo Mezan (2006, p. 449), na própria noção de recordações ou lembranças encobridoras, que Freud discute já em 1898. A ideia remete à reelaboração ou mesmo à reinvenção do passado, com recursos fantasísticos, em que os elementos da experiência passam por dissociações e recombinações e, a despeito de sua cronologia, dão origem a ficções defensivas de toda ordem. Sem dúvida que a amplitude desse pensamento traz uma diferença radical para a psicanálise, tanto por sua teoria quanto por sua técnica, com relação às demais psicoterapias.

Na verdade, todo esse ir e vir de Freud entre a valorização dos resquícios da realidade material e das formações fantasísticas demonstra haver de sua parte um entendimento sobre a impossibilidade de se decantar o que seja da ordem da realidade material ou da realidade psíquica na ação subjetiva em geral. Nesse caso, resta a opção de se atribuir igual valor ao discurso como um todo, dando-se maior ênfase não ao seu conteúdo, mas à forma como esse conteúdo é comunicado e à importância que lhe é conferida pelo sujeito por meio de suas expressões, interjeições e toda a demonstração afetiva. Concordamos com Mezan (2006, p. 449) que a distinção dos pares real/objetivo, imaginário/subjetivo não se sustenta para a psicanálise, que, para efeito de seu método, precisa suspender o juízo de realidade perante o discurso do analisando.

A fantasia tem peso considerável na balança que regula a relação do sujeito com o prazer e a realidade, conforme vimos acima. Como vemos em *Formulações...*, Freud deixa clara a relação da fantasia com o princípio do prazer, o que, por si só, garante sua centralidade no psiquismo. Entretanto, isso não significa que as fantasias executem sempre um papel direto no recurso ao prazer. No jogo conflituoso das instâncias psíquicas, percebemos a função muitas vezes ambígua desempenhada pela fantasia. Na base desse conflito está a tendência à busca de prazer, em choque direto com as exigências da realidade material, com a qual nem sempre as fantasias concorrem

diretamente para um prazer sadio, mas, em muitos casos, fornecem vasto material para o agravamento de alguns quadros clínicos.

Não foram poucas as menções de Freud ao trabalho da fantasia na formação dos sintomas, assim como na elaboração onírica. Numa de suas definições clássicas, os sintomas representam formações de compromisso entre as instâncias envolvidas no conflito psíquico, constituindo um tratado de paz, ainda que a base da batalha continue latente. Uma vez que a fantasia concorre para tais formações patológicas, emprestando-lhes sua substância, ela também está no centro do conflito, com seu papel de ludibriar a censura. A rigor, esse papel no curso das neuroses nunca poderá ser estimado em demasia e, ao que parece, em nenhuma das estruturas psíquicas veremos mais claramente a ação da fantasia:

No campo da fantasia, a repressão permanece todo-poderosa; ela ocasiona a inibição de idéias *in statu nascendi* antes que possam ser notadas pela consciência, se a catexia destas tiver probabilidade de ocasionar uma liberação de desprazer. Este é o ponto fraco de nossa organização psíquica; e ele pode ser empregado para restituir ao domínio do princípio de prazer processos de pensamento que já se haviam tornado racionais. Parte essencial da disposição psíquica à neurose reside assim na demora em ensinar os instintos sexuais a considerar a realidade e, como corolário, nas condições que tornam possível esta demora. (FREUD, 1911/1996, v. 12, p. 241)

O caráter fronteiro e a grande plasticidade da fantasia impedem de situá-la exclusivamente em termos sistemático ou tópico. Esse mesmo conjunto de fatores concorre para que seu papel na dinâmica psíquica seja potencialmente conciliador, ainda que sua ação resulte no reforçamento da patologia. Seja como for, a única característica incontestada da fantasia parece ser o fato de ter o prazer como principal motivação/estímulo e objetivo, no que o desejo inconsciente constitui o agente maior.

Até mesmo na presença da morte, é a fantasia que permite uma reorganização paulatina, o que parece mesmo nos ludibriar e fazer desacreditar de nossa finitude. Talvez seja a fantasia essa margem de conforto que permite ao sujeito continuar vivendo e mantendo-se saudável a despeito de saber da consequência última da própria vida. Nesse caso, em algum grau dessa economia, a fantasia certamente presta favor não apenas ao princípio do prazer em si, mas à própria realidade: à realidade de

nos manter vivos e livres de adoecimentos. Esta seria, talvez, a última instância da balança prazer-desprazer, na qual a fantasia parece amortecer nossa experiência com o real. Assim, ao se destacar do pensamento e desobrigar-se do teste de realidade, mantendo seu lastro com os processos inconscientes em geral, a fantasia constitui uma medida estruturante da subjetividade, como defesa contra a crueza insuportável da realidade.

Se para a ciência moderna não havia lugar para a fantasia, ela se insinua nos caminhos da subjetividade sendo acolhida, inevitavelmente, pela psicanálise. Hoje, frente ao imenso campo que se descortina com a emergência da nova realidade que se pode experimentar no ciberespaço, resta-nos a pergunta: qual o lugar para a fantasia no mundo pós-moderno? Que papel ela exerce na subjetividade contemporânea, cada vez mais afetada pelo mundo virtual digitalizado? Essas são algumas das inquietações que buscaremos problematizar nas reflexões a seguir.

4 A FANTASIA NO CIBERESPAÇO

*(...) tudo o que pode ser objeto
de nossa percepção interna é virtual,
tal como a imagem produzida num telescópio
pela passagem dos raios luminosos.
(Freud, 1900)*

No apagar da primeira década do milênio, dificilmente podem restar dúvidas sobre o impacto que as tecnologias digitais vêm desempenhando sobre a cultura e sobre a experiência humana. Nosso modo de vida foi irremediavelmente tomado pelo espectro da Internet, que se espalhou, sobretudo, pelo mundo urbano, afetando todas as camadas sociais e econômicas e prestando-se a oferecer uma nova forma de realidade: a realidade virtual do ciberespaço.

Num lapso de menos de vinte anos, uma transformação radical tomou curso na forma de nos comunicarmos e nos socializarmos, de trabalharmos e, até mesmo, de experimentarmos a intimidade. O impacto se deu com tal força que até a moderna divisão entre ciências exatas e ciências humanas parece não mais caber numa epistemologia que se pretenda atualizada.

Quem poderia supor que o aparato tecnológico viria a converter tantas mudanças em nossa vida mais comum?

Ao nos debruçarmos sobre esta pesquisa, defrontamo-nos com certas dificuldades, motivadas pela grande diversidade de opiniões, com divergências significativas nas visões dos pesquisadores – alguns já clássicos – sobre o efeito transformador da Internet em nossa cultura. Conforme apostam diversos autores, a produção de um novo padrão subjetivo encontra-se em construção na contemporaneidade, o que nos permite reconhecer atualmente uma maior multiplicidade de identidades.

Partindo desse pressuposto, algumas questões fazem-se pertinentes: quais são os atributos psíquicos que estão na base dessa captura do sujeito pelo efeito intrusivo

da Internet na vida contemporânea? Que implicações a experiência da realidade virtual traz para a realidade psíquica? Em que medida podemos apontá-las?

De nossa parte, compreendemos o imaginário humano, aqui denominado de maneira um tanto genérica, como o elemento fundamental a ser fisdado pelo instrumental pós-moderno. Nada novo, se levarmos em conta os efeitos das mídias modernas que já vinham preparando esse terreno, principalmente no curso do último século: a fotografia e os suportes fonográficos (fitas cassete, discos de vinil ou CDs etc.), o telefone, o rádio, a televisão e o cinema, com todos os seus derivados.

Para Moreira (2010), essas mídias não apenas influenciaram a subjetividade, mediando nossa relação com grandezas como tempo e espaço, como também buscaram capturá-las, interrompendo sua fluidez, ou ainda ultrapassá-las, como no caso da televisão e da Internet:

As tecnologias de comunicação sempre representaram formas de mediar nossa relação com o mundo através da criação de um espaço de captura e contenção da experiência. A carta, a fotografia, o jornal, a secretária eletrônica são formas de tentar segurar o fluir do tempo, já que as experiências ficam gravadas. A mídia televisiva e a internet, além de interferirem na noção de tempo, modificam, também, a experiência do espaço, pois colocam perto o que está longe. A internet é ainda mais eficiente no projeto de ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço, pois possibilita uma comunicação em tempo real com uma pessoa em qualquer lugar da Terra, sendo inclusive possível ver o interlocutor – basta ter uma *webcam*. (MOREIRA, 2010)

Além das características já levantadas, nada foi capaz de aliar todos os atributos das demais mídias de forma tão competente e dinâmica quanto a Internet. É no fato de reunir som, imagem e movimento para simular uma multiplicidade de espaços, em tempo real e de maneira interativa, que ela se mostra mais verossímil, ao ponto de se poderem considerar seus domínios como uma nova realidade.

Como vimos com Pierre Lévy (1996), o virtual se faz presente desde o princípio da civilização. Do primeiro utensílio doméstico inventado até as modernas próteses, óculos, meios de transporte e de comunicação, tudo isso constitui condição de facilitação da vida humana e, como tal, adapta-se à clássica definição do virtual, ou

seja, como “possibilidade”. A própria escrita constitui um exercício de virtualização da fala, da comunicação e, portanto, do pensamento em primeiro lugar.

Como as tecnologias digitais permitem que se articulem os principais estímulos percebidos pelos sentidos e possibilitam a simulação de uma experiência de tempo-espaço, o ciberespaço constitui uma virtualização da própria realidade. De fato, talvez essa capacidade somente encontre comparação na própria atividade humana da imaginação ou do pensamento, isto é, no artifício mental. A diferença está no fato de que a virtualização pelo ciberespaço ganha atributos sensíveis por meio do aparato técnico ou, mais diretamente, pela materialização imagética na tela do computador.

É assim que podemos, novamente com Lévy (1996, p. 97), compreender a imensa massa de conhecimentos que circulam no espaço virtual como uma espécie de inteligência coletiva ou, como preferimos, um imaginário partilhado, em constante transformação e expansão. Nada antes parece ter alterado tão substancialmente nossas noções de tempo e espaço. Mais que isso, nada antes possibilitou, com tamanha facilidade, a interatividade e o provimento de conteúdo, de maneira direta e com baixíssimo custo para os usuários. Por meio da Internet, o ciberespaço instalou-se em nosso cotidiano, impregnando-o de tal maneira que dificilmente poderíamos pensar o mundo atual sem sua presença.

Para Lemos, ainda que não seja uma entidade física, pois se trata de um espaço imaginário de caráter intermediário, o ciberespaço aumenta a realidade, ao suprir as três dimensões do espaço físico de uma nova camada eletrônica: “Ele não é desconectado da realidade, mas um complexificador do real. No lugar de um espaço fechado, desligado do mundo real, o ciberespaço colabora para a criação de uma ‘realidade aumentada’” (LEMOS, 2008, p. 128).

Nossa aposta consiste na ideia de que, na realidade virtual do ciberespaço, a atividade fantasística encontra um importante paralelo para a realidade material. Ao estabelecer relação com a virtualidade do ciberespaço, a fantasia o faz por meio de sua tendência plástica, tributária da realidade psíquica, deixando-se capturar pela sedução da imagem e do texto virtuais. Em última instância, a realidade virtual possibilita novo espaço de ação para o homem pós-moderno.

4.1 O virtual e o psíquico: uma encruzilhada de várias direções

No presente tópico, buscaremos garimpar alguns estudos relevantes sobre temas que emergem a partir do cruzamento entre as realidades psíquica e virtual. Ao apontarmos para tais desdobramentos, pretendemos assinalar a diversidade do novo campo de pesquisa resultante do encontro das ciências humanas com as ciências exatas ou tecnológicas.

É importante notar que, mais do que nunca, vemo-nos obrigados a partir de uma perspectiva histórica para melhor compreendermos o contexto em que surgem as tecnologias digitais. Essa percepção parece partilhada pela maioria dos estudiosos, a julgar pelo nível de elaboração de grande parte de suas análises. De fato, não há como ignorar a história dos avanços tecnológicos. Essa constatação não apenas amplia o horizonte a ser abrangido pelas investigações, mas nos força a pesquisar um universo de informações muito maior, que abarca desde textos de autores clássicos até os mais atuais, provenientes dos mais diversos campos de saber. Assim, psicólogos recorrem às teses sociológicas, teóricos da comunicação se valem das premissas da psicanálise, psicanalistas buscam as reflexões filosóficas, e vice-versa. Todos parecem, de fato, preocupados em compreender a aceleração provocada pelas mudanças tecnológicas, antes que elas devorem toda a realidade. Esse trânsito dos pesquisadores por diferentes saberes e áreas de conhecimento parece concorrer também para uma crescente flexibilização das fronteiras disciplinares, tão características da racionalidade moderna.

A partir dessa perspectiva interdisciplinar, diversos estudiosos no campo da psicologia e da psicanálise vêm se debruçando, há alguns anos, sobre o que acreditam tratar-se de uma nova organização subjetiva que estaria em construção na contemporaneidade. Dentre esses estudos, muitos privilegiam o encontro do sujeito com o universo virtual da Internet, sendo possível observar um crescente interesse por essa vertente. Ressaltamos os trabalhos de Nicolaci-da-Costa (2002a, 2002b, 2003, 2005), Leitão e Nicolaci-da-Costa (2001, 2005), Lima (2009) e Barros (2010) e seus

significativos resultados no campo da psicologia e/ou psicanálise, todos fundamentados na pesquisa de campo com enfoque qualitativo.

Para Nicolaci-da-Costa, a sociedade ocidental encontra-se em um momento de franca redescoberta de suas potencialidades. Tal como Lévy, Nicolaci-da-Costa aposta que as mudanças observadas a partir do compartilhamento coletivo do ciberespaço estão apenas em sua fase inicial e, por isso mesmo, representam uma oportunidade de transformação nunca antes experimentada pela sociedade global.

A autora parece convencida de que a Internet implica mais benefícios do que as demais mídias querem nos fazer acreditar, quando apontam para os perigos que dela podem emergir:

No que diz respeito à Internet, como seria de se esperar, a mídia vem eficazmente guiando milhões de pessoas ao redor do mundo a com ela se familiarizarem. Infelizmente, no entanto, vem se excedendo na ênfase que dá aos novos perigos. (...) tanto a mídia internacional quanto a nacional vêm injetando, nos usuários da Rede, um medo exagerado (que pode, por si mesmo, vir a gerar muitos problemas). Comportamentos patológicos, depressão, isolamento, crimes, seqüestros, prostituição de menores, pornografia, perseguições, invasões de privacidade e outros horrores supostamente gerados pela vida online ganham, no noticiário diário, um destaque que faz parecer que não existiam antes do advento da Internet. (NICOLACI-DA-COSTA, 2003)

Com relevante aprofundamento nas teses sociológicas e filosóficas, Nicolaci-da-Costa discute passagens e marcos históricos importantes, atentando para a necessidade dessa revisão para o enriquecimento de nossas análises. Em seu trabalho praticamente pioneiro no Brasil, ressalta a importância de que essa discussão encontre lugar de destaque no âmbito da psicologia.

Para Nicolaci-da-Costa, a psicologia surge no século XIX como fruto de uma necessidade de se compreender a nova organização subjetiva que emergira a partir das mudanças sociais provocadas pela Revolução Industrial, ou seja, o indivíduo. Da mesma maneira, sustenta a autora, estamos submetidos a tão intensas mudanças atualmente que não podemos ignorar as transformações que nós mesmos estamos experimentando:

Não parece ser difícil admitir que as comunidades do século XVIII deram lugar às modernas sociedades industriais e que os membros daquelas sofreram transformações que deram origens ao indivíduo dos séculos XIX e XX. Por que, então, parece ser tão difícil reconhecer que esse mesmo indivíduo pode estar tendo sua organização modificada a ponto de se tornar algo diferente e ainda sem nome de batismo? Se isso aconteceu antes, por que tanta relutância em admitir que possa estar acontecendo agora? (NICOLACI-DA-COSTA, 2002c, p. 199-200)

A autora aponta como razões dessa relutância a própria “distância no tempo, que atua como neutralizador dos sentimentos gerados pela perda de algo antes considerado duradouro e, até mesmo, eterno” – distância esta que tem também o importante efeito de possibilitar maior visibilidade das mudanças em seu conjunto. No caso atual, entretanto, a dificuldade ocorre justamente pela ausência desse distanciamento no tempo, uma vez que estamos convivendo simultaneamente com o velho e o novo. Nesse contexto, em que se confundem referências modernas e pós-modernas, esse distanciamento somente pode ser alcançado artificialmente, por exemplo, na atividade de intelectuais e pesquisadores. A autora ressalta a nostalgia e o medo como principais sentimentos provocados pela intensidade das mudanças. (NICOLACI-DA-COSTA, 2002c, p. 200)

Concordamos com Nicolaci-da-Costa quando identifica os principais motivos para a dificuldade na produção de conhecimento no campo da psicologia: a lentidão das mudanças, que impede que elas sejam visualizadas de forma correta, assim como a própria lentidão do processo de produção do conhecimento, que ocorre devido à falta de visão de conjunto tão necessária.

Ao discorrer, entretanto, sobre a ótica sob a qual tais mudanças são visualizadas na contemporaneidade, talvez a autora tenha, depressa demais, abandonado as “tradicionais teorias do indivíduo”:

Faltam novas leituras da subjetividade que identifiquem o novo, e não somente a morte do velho, de modo a possibilitar a construção de novas teorias que interpretem a nova realidade e a nova organização subjetiva por ela gerada. (Como também venho insistindo (...)) essas novas leituras da subjetividade devem ser feitas a partir de novos referenciais e não daqueles que, sendo tradicionais, podem já ter perdido seu poder explicativo). (NICOLACI-DA-COSTA, 2002c, p. 200).

Talvez por isso, percebe-se nos textos da autora uma quase ausência de referências teóricas da psicologia ou da psicanálise. São raras as passagens em que deparamos com conceitos tradicionais da nossa esfera. Tal opção torna difícil precisar até mesmo seu marco teórico para o tratamento da questão. A autora parece partir de um pressuposto de que as teses da psicologia disponíveis até o momento se mostram insuficientes para dar conta das mudanças subjetivas observadas na contemporaneidade.

É importante que estejamos alerta ao risco de obsolescência que corremos se ficarmos presos às teses tradicionais, cujas premissas modernas podem funcionar como obstáculos para a compreensão do momento atual. Entendemos, entretanto, que não convém romper radicalmente com a tradição do pensamento científico que vem sendo construído há quase dois séculos, o que nos faria incorrer no erro da negação da história. Esse erro, inclusive, parece ser o cerne do argumento daqueles que criticam os traços característicos da pós-modernidade, ou seja, a desreferencialização, a efemeridade e a fragmentação. Além disso, tal atitude nos lançaria às imensas dificuldades de começar do zero nossas pesquisas, análises ou reflexões.

No outro extremo desse otimismo em relação às tecnologias digitais, encontram-se diversos autores com trabalhos também relevantes. A antropóloga Paula Sibilia (2008), por exemplo, destaca os aspectos constrangedores da exposição de si e do outro, por meio do verdadeiro espetáculo da intimidade que permeia as redes digitais do ciberespaço. De forma bastante pertinente, atribui grande parte do que se vive hoje sob o domínio da sociedade da informação à ponta de um processo histórico iniciado com a explosão do desenvolvimento tecnológico na sociedade moderna industrial:

Nas últimas décadas, a sociedade ocidental tem atravessado um turbulento processo de transformações, que atinge todos os âmbitos e leva até a insinuar uma verdadeira ruptura em direção a um novo horizonte. Não se trata apenas da internet e seus universos virtuais para a interação multimídia. São inúmeros os indícios de que estamos vivenciando uma época limítrofe, um corte na história; uma passagem de certo “regime de poder” para um outro projeto político, sociocultural e econômico. (...) Nesse movimento, transformam-se também os tipos de corpos que são produzidos no dia-a-dia, bem como as formas de ser e estar no mundo que são “compatíveis” com cada um desses universos. (SIBILIA, 2008, p. 15)

Um dos primeiros aspectos que nos vêm à mente quando pensamos na comunicação mediada por computador (CMC), a escrita parece ter sido um dos principais focos dos estudiosos desde as primeiras pesquisas sobre esse universo. Suas diferentes funções e modalidades de uso, seus novos formatos moldados pela influência da linguagem da informática, bem como a emergência de um estilo conciso requerido pela digitação dos diálogos *on-line*, formam um conjunto de grande interesse para boa parte dos estudiosos. É nessa esteira que se afirmam também importantes discussões sobre a exposição de si e da intimidade, o que enriquece as reflexões acerca da permeabilidade cada vez maior da fronteira entre público e privado na contemporaneidade.

Em pesquisa realizada com psicólogos clínicos no Rio de Janeiro, Leitão (2005, p. 444), a partir de suas entrevistas, revela cuidado em não precipitar-se a traçar um novo modelo para a subjetividade contemporânea. Entretanto, não parece haver dúvida de que, ainda que numa visão parcial, provisória e fragmentada, novo padrão de subjetividade está em formação, a julgar pelos relatos dos pacientes sobre suas experiências no ciberespaço. A autora observa que as novas formas do sujeito de apreender o mundo, cognitiva ou afetivamente, vão passar por outras vias e, certamente, a realidade virtual estará no cerne dessa experiência.

Com base em uma abordagem lacaniana, Lima (2009) se dedica a analisar a escrita virtual praticada nos *blogs* de adolescentes e seu papel no encontro desses jovens com a sexualidade no período da puberdade. A autora toma a adolescência como um sintoma a ser construído, numa operação em que o diário íntimo, tendo o romance como base, desempenha papel nodal na assunção do protagonismo da própria história pelo jovem. Assim, baseando-se em outros autores, Lima (2009, p. 55) aponta duas perspectivas a serem consideradas a partir das diversas formas da escrita de si: uma primeira, que pode levar ao risco de essa “narrativa de si” se transformar em “saber absoluto”, em espelho de si, acentuando, talvez, um perigo narcísico; e uma segunda, em que o trabalho de “documentação de si” pode assumir o peso de uma perspectiva histórica, mantendo na escrita esse papel e preservando-a do desaparecimento sob a fantasia.

A pesquisadora ressalta a dificuldade de separar o que seja da ordem da fantasia e da realidade factual, destacando o caráter criativo presente nos *blogs*, que, tal como o romance moderno, envolvem não apenas a racionalidade requerida pelo relato histórico, mas também elementos descontínuos, aleatórios e imprevistos (LIMA, 2009, p. 97), creditáveis, provavelmente, à expressão do imaginário do autor.

Ora, sabemos quanto é tênue a linha que separa o ficcional do factual. Desta forma, os diários e outras formas de escrita autobiográfica não só servem à história, preservando-a, como também a criam. Essa criação envolve tanto a realidade quanto a fantasia, já que parte do que chamamos de “realidade” é uma construção sustentada pelas nossas fantasias. (LIMA, 2009, p. 55)

Nessa escrita “de si para si”, há um endereçamento ao outro, uma vez que os *blogs* são verdadeiros diários virtuais abertos a qualquer usuário da rede, havendo, portanto, um consentimento da parte de seu autor de que suas reflexões, relatos e diálogos sejam totalmente públicos. Sibilia (2008, p. 116 e seguintes) também destaca o aspecto da intencionalidade de atribuir durabilidade para o instante. Na experiência do eterno presente provocado pela excessiva destemporalização vivenciada pelo sujeito, a publicização da escrita íntima pelos usuários dos *blogs* e diários *on-line* parece pretender bloquear o futuro e congelar o presente, talvez numa tentativa, diríamos, inconsciente de perenizar o instante e preservar alguma memória de si.

Em suas pesquisas, Moreira (2010) preocupa-se em apontar para outro relevante tema de estudos nesse cruzamento. Para a autora, a relação que o sujeito estabelece com seu corpo está relacionada às alterações na experiência do tempo, pela vertiginosa aceleração sofrida por essa grandeza na contemporaneidade. Essa aceleração impõe novo ritmo também para o corpo, que não mais precisa esperar:

(...) a mídia virtual interfere na relação com o campo do outro promovendo, pois, ou uma negação do tempo, ou uma aceleração do mesmo. A experiência de escrever uma carta para outro país no século XVIII coloca em cena o tempo da espera. A comunicação por meio da internet convida à experiência do imediatismo, alimentando a impaciência com os movimentos do tempo. (MOREIRA, 2010)

Ainda na esfera das alterações da relação do sujeito com o corpo e com o outro, Lago, Moreira e Nobre (2009) discutem a questão da função das comunidades virtuais na construção e na projeção da imagem pessoal por adolescentes anoréxicas e bulímicas. Para os autores, em sua materialidade, o corpo se inscreve em um campo virtual, sendo marcado pelos diferentes ideais que lhe são projetados ao longo da história.

A atual hipervalorização do corpo como fonte do prazer e sede dos acontecimentos que envolvem o sujeito resulta de um processo iniciado na segunda metade do século XX. A partir desse período, a noção de “indivíduo” passa a ser crescentemente identificada com o corpo, de maneira que, na atualidade, percebe-se o alto grau de investimento do sujeito em artifícios para a preservação e a exaltação de sua imagem ideal: “(...) em nossa cultura atual o corpo goza de um lugar privilegiado. No mundo pós-moderno, o ideal social se refere ao corpo magro e ágil” (LAGO; MOREIRA; NOBRE, 2009, p. 6). Partindo dessa lógica, os autores retomam Freud, resgatando as diferentes concepções e o lugar do corpo nos textos clássicos, no intuito de compreender esse processo de idealização.

Em suas conclusões, apontam para o fato de que as mudanças sofridas pelo corpo na adolescência deflagram, nas anoréxicas e bulímicas, conflitos não apenas quanto à assunção de novas características físicas, como também de pertencimento a grupos e tribos, de recusa dos padrões sociais tradicionais e de afirmação como adultas. A aceitação da vida adulta implica a escolha de outra profissão, dado o caráter breve e transitório da carreira de modelo. Para além de todos esses aspectos e, ainda mais impactante, está o encontro com a sexualidade, que se mostra mais delicado, podendo representar uma situação limítrofe.

Nesse estado de coisas, a anorexia pode ser vista como recusa inconsciente em assumir um corpo adulto, mascarada pelo discurso do corpo magro e perfeito. As adolescentes terminam por encontrar, nos sites de relacionamento, excelentes canais de socialização com outras meninas em situação semelhante, com as quais se identificam em seus conflitos, encontrando eco para suas questões. No ambiente virtual, utilizando nomes falsos e apelidos como Anas e Mias – em alusão aos termos

“anorexia” e “bulimia” –, podem trocar informações sobre como burlar as regras e a vigília familiar contra suas fórmulas autoagressivas de emagrecimento.

Em casos como esses, a realidade virtual possibilita a experiência do mortífero por um sujeito que, identificado aos ideais de beleza atuais, legitima sua autoagressão ao encontrar virtualmente seus iguais. Tal situação parece estimular e propiciar novos casos, o que talvez justifique o grande número de situações que tem sido divulgado na mídia nos últimos anos:

Assim, o universo da internet é crucial para a manutenção desse quadro de adoecimento, pois a tela do computador possibilita o espelhamento que garante o reconhecimento e manutenção da posição de um corpo magro e infantil. A tela do computador aparece como a página em branco na qual a jovem buscará inscrever uma nova subjetividade, que a faz identificar seus pares de iguais, seus pares na recusa de crescer e se defrontar com tudo o que o adolescente deve sacrificar do infantil para crescer, incluindo o outro – o masculino, o trabalho, a sociedade – no novo repertório de sua vida afetivo-sexual. Assim, a relação com o alimento e com o próprio corpo ocupa o lugar de ideal do eu que permite a identificação entre essas meninas, o que é veiculado pelas páginas plenas de satisfação da internet, páginas escolhidas e cultivadas mutuamente. (LAGO; MOREIRA; NOBRE, 2009, p. 8)

Em outra trilha, Barros (2010) estabelece relação entre as diferentes formas de escritas de si presentes nos diálogos de adolescentes por meio da ferramenta do MSN Messenger e os novos formatos da subjetividade contemporânea. Em seu trabalho, a pesquisadora constatou que as novas experiências tecnológicas trazem impactos subjetivos na acessibilidade, objetividade e criatividade (BARROS, 2010, p. 98), mas também contribuem para a dispersão provocada pelo excesso de informações e pelas dificuldades de concentração nos métodos de ensino tradicionais, o que aponta para uma defasagem na área educacional (BARROS, 2010, p. 106). A autora identificou que as redes virtuais de relacionamentos vêm promovendo atualmente um “arranjo tecnológico da intimidade” entre os adolescentes:

O MSN tem por característica amortecer as emoções de seus usuários, mas a maneira como cada um agencia esse aspecto é que promove o mascaramento ou não dos sentimentos. (...) o fato de o MSN ser um veículo tecnológico de intimidade faz com que seus usuários, ao se relacionarem com ele e por meio

dele, se deparem com a própria condição de lidar com sua intimidade e a dos outros. O maior nó que se fez presente em nossa cartografia dos fluxos dos relacionamentos via MSN foi, exatamente, o arranjo tecnológico da intimidade que o agenciamento adolescente-MSN promove. (BARROS, 2010, p. 120)

Para a autora, esse arranjo resultante da interação dos adolescentes com a ferramenta não humana insere novos componentes para as também novas formas de relacionamento originadas na rede. Dessa forma, um exercício de modelagem e experimentação de outras subjetividades parece estar à disposição dos adolescentes na realidade virtual.

O arranjo ou a combinação dos veículos humanos e não humanos da subjetividade adolescente-MSN gerou a presença de componentes marcantes nas novas formas de relacionamento construídas na rede. Os adolescentes descobrem no MSN a oportunidade de modelar e experimentar suas subjetividades, recurso que afirmam não encontrar em outro lugar. Citando esse mesmo processo, a socióloga estadunidense Sherry Turkle (1997) afirma que essa possibilidade se faz presente em diversos elementos peculiares à cultura do computador, evidenciando o papel da própria Internet:

A Internet é outro elemento da cultura do computador que contribuiu para encarmos a identidade como multiplicidade. Nela, as pessoas têm a possibilidade de construir uma personalidade alternando entre muitas personalidades diferentes. (TURKLE, 1997, p. 263).

A autora, já em meados dos anos 1990, tornou-se pioneira nesse campo, ao empreender pesquisa que estabelecia relação entre a experiência virtual e as mudanças de identidades daí decorrentes. O trabalho de Turkle (1997) não é apenas uma teoria posicionada dessa ou daquela forma perante o fenômeno: a pesquisadora realiza verdadeiro mergulho em seu objeto, inserindo-se na rede como usuária comum, numa perspectiva verdadeiramente antropológica.

Entretanto, o mais surpreendente no trabalho de Turkle é o fato de que a ela não escapa o papel desempenhado pela fantasia na experiência virtual. Partindo de suas

observações *in loco* nas redes virtuais do tipo MUD,¹¹ Turkle debruça-se sobre um fenômeno a que denomina “travestismo virtual”. Trata-se de uma atitude bastante frequente nesse formato de programa interativo, em que os usuários experimentam trocar de sexo, assim permanecendo ao longo de meses ou anos, num exercício que permite importantes observações sobre a dimensão fantasística:

A mudança de sexo nos MUDs não constitui uma parte negligenciável da ação no jogo. (...) Entre os membros registrados no Habitat [MUD japonês], a proporção é de quatro homens na vida real para cada mulher na vida real. No interior do MUD, porém, a proporção é de apenas três personagens masculinas para uma personagem feminina. Por outras palavras, muitas dezenas de milhares deles praticam o travesti virtual. (TURKLE, 1997, p. 315)

Na vertente da troca virtual de papéis sexuais, Turkle colhe, a partir de suas entrevistas, importantes conclusões, dentre as quais podemos ressaltar:

- √ Mudar de sexo na realidade virtual é mais fácil do que fazer o mesmo na vida real.
- √ A mudança de sexo possibilita ao usuário experimentar os conflitos inerentes ao gênero oposto.
- √ A experiência dos conflitos do outro sexo conduz a dificuldades antes inimagináveis para o usuário, mas também defronta o sujeito com questões relativas à identidade original delineada por seu sexo biológico.
- √ O usuário é levado a perceber a relação existente entre o discurso, a conduta e a forma como interpretamos nossas experiências, o que o faz descobrir novas facetas da sua identidade original.
- √ A experiência comporta certo risco emocional.

¹¹ Um MUD (Multi-User Dungeon, originalmente, ou Multi-User Dimension, ou ainda Domain) é um multiplayer em tempo real que simula um mundo virtual, principalmente na forma de texto. Os MUD combinam elementos de jogos de papéis, jogador contra jogador, ficção interativa e bate-papo *on-line*, onde os usuários podem ver a descrição dos ambientes, objetos e outros jogadores, bem como as ações virtuais. Os jogadores interagem entre si e com o mundo virtual, digitando comandos que lembram linguagem natural. (Fonte: Wikipédia).

No que tange à última conclusão, a principal motivação apontada pela autora para a troca de sexo pelos usuários é a “possibilidade de ter experiências sexuais (...) na pele duma criatura do sexo oposto, algo que sugere mais do que uma actividade emocionalmente neutra” (TURKLE, 1997, p. 317).

Em outra vertente da pesquisa, Turkle discute a questão da prática de sexo virtual entre os usuários do programa. A autora chega à importante conclusão de que, para muitos usuários dos *chats* de sexo, essa atividade constitui o cerne de suas experiências *on-line*, sendo esta a oportunidade para exercitarem diferentes papéis e modalidades de sexo, o que dificilmente seria feito em sua vida concreta (TURKLE, 1997, p. 333).

A julgar pela pequena amostra de vetores que a aventura no ciberespaço pode desencadear, acreditamos, como Nicolaci-da-Costa e tantos outros autores, na urgência de lançarmos nosso olhar sobre essa seara, com o intuito de derrubar com mais agilidade as barreiras da defasagem que as tecnologias impõem, por exemplo, entre os métodos terapêuticos e a clientela que hoje se apresenta em nossa clínica.

A seguir, veremos como a aventura na realidade virtual conduz a mudanças na relação do sujeito com as grandezas de tempo e espaço, na contemporaneidade.

4.2 Tempo e espaço na cibercultura

Para a maioria dos estudiosos do tema (LEMOS, 2008; SIBILIA, 2008; NICOLACI-DA-COSTA, 2002c, 2005; etc.), uma das principais características da experiência com a realidade virtual na contemporaneidade é a modificação na relação que o indivíduo mantém com as noções de tempo e espaço. Para Lemos, encontramos numa terceira fase do desenvolvimento tecnológico, marcada pelo fim da ideia de futuro e pela intensificação dos processos de comunicação e do trânsito de informações, o que corresponde a uma mudança radical no nosso modo de lidar com essas duas grandezas:

Entram em jogo a telepresença, os mundos virtuais, o tempo instantâneo, a abolição do espaço físico, em suma, todos os poderes de transcendência e de controle simbólico do espaço e do tempo.

(...)

Esta última fase é a fase da ubiquidade, a fase da simulação, a fase da cibercultura. As ideologias da modernidade perdem forças e são substituídas pela ênfase no presente, numa sociedade cada vez mais refratária às falas futuristas, cada vez mais submergida em jogos de linguagem. Estamos no vácuo espaço-temporal que alguns chamam de fim da História. (LE MOS, 2008, p. 53)

Como vimos, ao ser secularizado no início do século XVIII, o tempo tornou-se dinâmico, provocando a racionalização da história, que adquiriu caráter evolutivo. Mas, como nos adverte Kumar (2006, p. 118), na passagem da modernidade para o primeiro plano, o passado perde o sentido, exceto como preparação para o presente. Da mesma forma, hoje, o passado nem figura como algo tão desprezível, mas o presente não parece se importar em nada com o futuro. É como se já tivéssemos chegado aonde deveríamos.

Nessa nova relação com o tempo, um novo estilo de vida também se impõe e o presente é vivido como algo eterno. A incompetência e o descompromisso da ciência para lidar com questões humanas resultaram num excessivo relativismo moral, que substituiu a fantasia de futuro pelo eterno exercício do presente.

Para Lemos (cf. capítulo 2, p. 44), o ciberespaço simboliza a passagem da modernidade para a pós-modernidade, em que o tempo comprime o espaço. Por intermédio da realidade virtual, vive-se uma experiência de ubiquidade, em que experimentamos a sensação de estarmos em qualquer lugar e a qualquer tempo, bastando ter o aparato técnico necessário. Desse modo, uma manifestação sonora, gráfica e imagética como a própria imagem filmada pode, em tempo praticamente real, alcançar o outro lado da cidade ou do mundo com a mesma agilidade.

É bem verdade que, desde a segunda metade do século XIX, o telefone nos traz essa mesma sensação. Entretanto, não se pode negar que, ainda nesse caso, há pelo menos duas diferenças fundamentais: primeiramente, o telefone virtualiza apenas um elemento bastante tangível, apesar de invisível, produzido pelo homem: o som da voz

humana; em segundo lugar, o alto preço da ligação telefônica se impõe, ainda hoje, como fator limitador ao seu uso indiscriminado.

Ao analisar a nova experiência do tempo pelo sujeito na contemporaneidade, Sibilia nota o abandono do cultivo à interioridade em favor de uma tendência à exposição do Eu. A autora atribui esse fato às transformações sofridas pelos dois importantes “alicerces da subjetividade”: os “eixos” espacial e temporal (SIBILIA, 2008, p. 115). Nessas novas modalidades de relacionar-se com o tempo e o espaço, a realidade virtual se oferece como possibilidade de novos exercícios subjetivos, já marcados pela desterritorialização espacial e pelo fluxo constante de atualização exigida na pós-modernidade, afetando as formas de ser do sujeito:

Assim, os novos gêneros confessionais da internet se apresentam como tentativas bem atuais de recuperar o tempo perdido na vertiginosa era do tempo real, da falta de tempo generalizada e do presente constantemente presentificado.

(...)

Com a crise dos modelos de temporalidade que nortearam a era moderna, hoje se desenvolvem outras formas de se vivenciar a passagem do tempo e a inscrição temporal de nossas ações. (SIBILIA, 2008, p. 116)

No mesmo sentido, Moreira (2010) também atribui às mídias digitais um papel considerável no impacto das transformações experimentadas pelo sujeito na atualidade:

(...) a mídia virtual interfere em nossas noções internas de tempo, espaço e liberdade, promovendo verdadeiras revoluções na lógica clássica dessas noções. O espaço é ilimitado, a limitação é da memória de seu computador. A liberdade alcançou níveis não pensados pelos revolucionários modernos. A noção de tempo apresenta-se sob dupla forma, como a busca pelo imediato, pelo urgente, sem o tempo da espera, e como negação do fluir do tempo através da recusa de uma conexão histórica com o outro, pois a rede do virtual captura e aprisiona o sujeito em sua solidão, mas essa solidão pode ser transmitida via satélite. (MOREIRA, 2010)

A sensação de eterno presente parece ser característica importante nessa partilha, em que a fantasia dá sua contribuição. Assim como o inconsciente e seus conteúdos, a fantasia também não respeita delimitações temporais de passado e futuro. Ademais, essa fluidez da realidade virtual permite que ultrapassemos, com incrível facilidade, a rigidez das balizas temporais e espaciais requerida pela realidade material. Tal fluidez encontra eco na mobilidade da fantasia e, por meio dela, opera essa passagem, uma vez que sua propensão a fazer amálgama de conteúdos reais e imaginários dispõe seu caráter móvel para as experiências do sujeito na rede, como faz também nos diferentes aspectos da vida real.

Nessa medida, novos roteiros imaginários podem ser criados por cada sujeito, uma vez que a fantasia, por si só, constitui um roteiro prévio que esse sujeito não cessa de empregar em todos os âmbitos de sua vida, conforme veremos a seguir.

4.3 A fantasia na rede

Conforme salientado ao longo do trabalho, ao optarmos pela abordagem freudiana como marco teórico para nossa pesquisa, elegemos a fantasia como conceito central para as reflexões acerca do arrebatamento experimentado pelo sujeito frente às tecnologias na contemporaneidade. Nos dizeres de Lemos (2008, p. 15), a cada época da história humana essa relação simbiótica entre homem, natureza e cultura apresenta-nos “uma cultura técnica particular”. Em nosso entendimento, na atualidade, essa cultura técnica, mais que nunca, está impregnada do imaginário humano, sendo a atividade fantasística o principal elemento do psiquismo a contribuir para o desenho de suas particularidades.

Na aposta de que a fantasia seja um dos mais significativos elementos para as proposições que se seguem, cabe-nos perguntar em que medida a realidade virtual traz impactos para a realidade psíquica, essa última compreendida como um fenômeno único,

não compartilhável, que atesta a singularidade de cada ser. Conforme vimos em nosso percurso da leitura freudiana, a fantasia constitui um dos elementos da realidade psíquica e, ao lado do desejo inconsciente, compõe a complexidade de seu funcionamento.

Na medida em que o virtual se oferece como espaço para a experiência subjetiva, torna-se possível refletir sobre os elementos que compõem essa relação, não apenas do homem com a máquina, mas com a própria realidade virtual. É nesse cruzamento que a fantasia revela seu papel singular para a realidade psíquica. Conforme vimos com Freud, ela impregna as múltiplas atividades do psiquismo, fundindo-se com todos os âmbitos do pensamento, o que torna difícil aferir o que seja da ordem da razão objetiva e o que resulte da atividade imaginativa.

No intuito de facilitar o estabelecimento das relações que buscaremos fazer a seguir, retomaremos, de maneira esquemática, o que consideramos serem os principais pontos que emergem da teoria da fantasia em Freud, conforme as informações trabalhadas no capítulo precedente:

- √ A fantasia rege-se pelo princípio do prazer, característico dos processos inconscientes.
- √ A fantasia guarda relação com as pulsões sexuais.
- √ As fantasias resultam de um processo de amálgama e distorção de elementos arcaicos inconscientes e de resíduos mnêmicos sensoriais que remontam à vida infantil.
- √ Tal como o inconsciente, a fantasia não distingue índices de realidade e, por isso, não se esgota na diferença entre imaginação e realidade.
- √ Como uma “fachada”, a fantasia atua tanto na composição onírica, ludibriando a censura, quanto na vida de vigília, por meio dos devaneios, sem reconhecer nenhuma fronteira rígida.
- √ A fantasia e os devaneios diurnos atuam também na formação do sintoma.

- ✓ As fantasias originárias têm valor universal e funcionam como organizadores matriciais para a atividade fantasística em geral.
- ✓ A fantasia guarda relação com a criatividade, a imaginação e a dimensão lúdica da subjetividade.
- ✓ A fantasia move-se sob impulso do desejo e representa uma correção da realidade insatisfatória, obedecendo à tendência do psiquismo de buscar o prazer.
- ✓ Movida pelo desejo, a fantasia projeta o futuro, tendo o passado e o presente como modelos.
- ✓ Ao lado da pulsão, a fantasia está na base imaginária do romance familiar do sujeito.

Em termos metapsicológicos, a fantasia está no limiar dos sistemas psíquicos e é dotada de uma mobilidade que lhe permite livre passagem entre eles. Esse caráter móvel se deve à sua habilidade para enganar a censura entre as instâncias psíquicas, o que a credencia a receber investimento libidinal e garante sua fluidez.

Com base em tais conclusões, buscaremos embasar as reflexões que virão a seguir adotando como baliza metodológica a pertinente definição de Laplanche e Pontalis para a fantasia, presente em seu clássico *Vocabulário da psicanálise*: “Roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 169).

Nessa definição, verificamos ser possível isolar três principais aspectos a serem considerados como norteadores para a discussão. São eles: a fantasia como roteiro imaginário; o sujeito como protagonista do fenômeno fantasístico; e a realização do desejo inconsciente como causa primeira desse fenômeno.

Para efeito das reflexões seguintes, consideraremos o usuário imersivo, isto é, aquele que, independentemente de idade, sexo ou outras condições socioculturais,

mantém com a rede uma relação mais próxima. Essa relação não precisa ser medida em horas de navegação ou qualquer outro parâmetro quantitativo. Entendemos, portanto, o usuário imersivo como aquele que não apenas utiliza a Internet para fins de trabalho, serviços, pesquisas pontuais ou como aparato de comunicação, mas vai além, ao usufruir dela como “mais” um meio de socialização, trocas afetivo-sexuais, lazer, diversão e entretenimento. Nessa medida, nosso recorte privilegia, mais uma vez, o aspecto qualitativo do uso da rede.

Em outra vertente da dimensão metodológica, o presente estudo tem no enfoque teórico sua maior pretensão. Naturalmente, uma pesquisa de campo poderia colaborar no sentido de melhor ilustrar o trabalho. Entretanto, corrobora para as reflexões aqui empreendidas a própria experiência imersiva do pesquisador, que, tal como o antropólogo, embrenhou-se no labirinto da rede virtual, mas sem deixar de lançar seu olhar embebido das fontes teóricas que balizam sua prática e norteiam suas considerações.

4.3.1 Roteiro imaginário, roteiro virtual: um plus para a fantasia

O termo “roteiro” nos remete à ideia de algo ordenado sequencialmente e sob alguma lógica. Vimos com Freud que a fantasia se compõe não apenas de elementos inconscientes e respeitantes à sexualidade, mas também de reminiscências de memórias remotas do sujeito, geralmente referentes aos primeiros anos de vida. Essas memórias ficaram impressas na forma de resquícios sensoriais: sons, cheiros, fragmentos de imagens. Nesse roteiro, dificilmente poderíamos discernir o que é da ordem de um ou outro de seus componentes, sobretudo pelo fato de nele estarmos mergulhados em cada momento de nossa existência, não sendo possível nos descolarmos de nossa própria realidade psíquica.

Certamente, a complexidade do aparelho psíquico proposto por Freud não nos permite isolar com facilidade as ações psíquicas e seus agentes. Assim, ao pensarmos

um ordenamento sequencial dessa natureza, não podemos creditá-lo, por exemplo, a um trabalho deliberado de maneira tão direta pelo Eu (ego).

É certo que a atividade fantasística possui um caráter defensivo e, como tal, age sob custódia da porção inconsciente desse mesmo Eu (ego). Dessa forma, a fantasia respeita um grau de autonomia característico dos processos inconscientes. Nessa autonomia, portanto, a lógica utilizada passa a ser a desse sistema, diferente daquela que esperaríamos de uma ação puramente consciente da instância egoica, guiada, talvez, pela razão.

Vale repetir que, seguindo essa outra lógica e de maneira concatenada, a teia fantasística recobre a totalidade de nossa vida, de modo que seu caráter fronteiro e extremamente móvel lhe permite grande circulação entre os sistemas psíquicos, o que talvez seja sua principal função para a subjetividade. Mais que qualquer outro mecanismo de defesa do Eu (ego), a fantasia parece amortecer o choque entre os interesses a serem defendidos por essa instância, limando as diferenças e nos fazendo crer em nossa realidade interna e única, isto é, a realidade psíquica.

É bem verdade que o sistema simbólico partilhado culturalmente – que tem na linguagem seu modelo maior – é o que permite uma ampla possibilidade de entendimento entre os homens. Assim, de onde quer que provenha nossa atividade psíquica, pensamos e imaginamos por meio de palavras e imagens que nos foram disponibilizadas pelo repertório da cultura. De fato, não estamos imersos apenas no imaginário, mas também na cultura, sendo através dos dados culturais que a fantasia se apresenta e nos representa até para nós mesmos.

Nesse ponto, vale a pena retomar a clássica definição do simbólico, formulada pelo pensador judeu-alemão Ernst Cassirer e retomada por Garcia-Roza, de maneira bastante pertinente, numa passagem de seu trabalho:

A noção de símbolo recebe (...) sua extensão máxima com E. Cassirer, que faz da “função simbólica” o mediador entre a subjetividade e o real. Para Cassirer, em lugar de definirmos o homem como sendo um animal racional, deveríamos defini-lo como animal simbólico, pois não é a racionalidade que torna possível a simbolização, mas, ao contrário, esta é que é a precondição da racionalidade humana. (GARCIA-ROZA, 1998, p. 74)

Assim, da encruzilhada entre ambos os mergulhos, o fantasístico e o simbólico, de onde emerge a realidade psíquica, um espaço se abre para a aptidão humana de se comunicar e agregar: o espaço da linguagem e da fala.

Da mesma maneira, é o repertório simbólico que possibilita a imersão subjetiva na realidade virtual. Assim, por meio de uma gama de conteúdos imagéticos e textuais, os diversos roteiros virtuais se oferecem como convite para o exercício da fantasia. A estrutura rizomática de hiperlinks/hipertextos funciona como os índices remissivos das antigas enciclopédias. Por meio do clique do *mouse*, o usuário encontra o fio pelo qual percorre a trajetória labiríntica do ciberespaço, que funciona como uma Cnossos¹² digital. Da mesma forma, por meio das ferramentas de busca, pode encontrar amigos esquecidos na infância ou até deparar com informações sobre si mesmo. Funcionando como verdadeiros oráculos pós-modernos, tais ferramentas disponibilizam, de forma instantânea, todo e qualquer tipo de conhecimento produzido pela aldeia global até o momento, em diferentes níveis de aprofundamento. Qualquer tentativa de se listar essas possibilidades soaria, no mínimo, ingênua.

Particularmente, os *sites* e as páginas de relacionamento exercem especial atração sobre o usuário da rede. Proliferam com números incriveis as “redes sociais” como Orkut, Facebook e My Space, que expõem informações pessoais íntimas, além do Twitter e dos *blogs*; os *sites* de relacionamento, como Parperfeito.com.br, Disponível.com.br, Aondenamoro.com, Solteiroscomfilhos.com, por meio dos quais o usuário realiza buscas afetivo-sexuais, encontrando inclusive páginas específicas para seus interesses. Nas interfaces de interatividade instantânea, como MSN Messenger, Skype ou UOL Chat, o usuário entra em contato direto e em tempo real com os demais navegantes, podendo trocar imagens pessoais por meio de *web cams*.

É nessa medida que a navegação na Internet constitui um novo refúgio para as fantasias sexuais, uma vez que permite que o usuário explore os cantos mais íntimos de seu próprio roteiro psíquico, por meio dos roteiros do ciberespaço. Nesses *sites*, o usuário expõe e explora com clareza suas fantasias, publiciza seus gostos e

¹² Cnossos foi a cidade cretense onde o rei Minos mandou construir um labirinto gigantesco, habitado pelo minotauro, ser híbrido mitológico que aterrorizava os habitantes e exigia sacrifício humano.

preferências e tece em detalhes sua própria descrição física, munindo seu provável interlocutor com o mesmo tipo de informação que dele espera obter.

Para Lima (2009, p. 224), os processos discursivos da Internet revelam uma comunicação viva, característica da oralidade. Aliado a isso, está o fato de que o usuário usufrui dessa vivacidade sem deixar de se proteger de uma exposição inicial exagerada, podendo esconder-se sob dados falsos, como nome, idade e local de residência, e somente revelar sua verdadeira identidade caso seja movido por algum interesse mais específico.

Turkle enumera alguns dos roteiros no campo da fantasia sexual que os usuários podem desfrutar a partir do encontro com o virtual:

Embora não pareça ser uma tendência generalizada, encontrei várias mulheres que diziam apresentar-se como personagens masculinas para poderem ter *netsex* com outros homens. Algumas pessoas têm relações sexuais na pele de personagens não-humanas (...). Algumas gostam de sexo a dois. Outras usam a realidade virtual como um lugar para terem experiências de sexo em grupo. (TURKLE, 1997, p. 333)

A autora considera as diversas dificuldades que tais comportamentos poderiam desencadear na vida real dos usuários, originando “enormes confusões de ordem prática e emocional” (1997, p. 333). Considera ainda que na realidade virtual não se está isento de enfrentar dificuldades, mas, nesse caso, tudo pode ser contornado de modo mais fácil, o que dependerá da capacidade de cada usuário para lidar com as situações, tal como ocorre na vida real.

Para a maioria dos usuários, a socialização ou o sexo virtuais têm o mesmo valor das relações concretas e, como tal, são reais, ainda que virtuais. Como vimos com Lévy, o virtual e o real não são excludentes. A diferença consiste em que os relacionamentos se concretizem ou não, abandonando o recinto da realidade virtual e tomando corpo na vida real, o que dependerá de todos os interesses em jogo, além das barreiras tradicionais de tempo e espaço. Assim, dois usuários poderão, por exemplo, teclar e se relacionar a partir de pontos geográficos absolutamente distantes: conhecerem-se, saber das preferências um do outro, vislumbrar cenas domésticas a

partir de suas *web cams* etc. A dificuldade poderá se apresentar quando decidirem por se conhecerem pessoalmente, o que incluirá os demais sentidos, como o olfato, o toque, a temperatura etc., além dos efeitos da proximidade física sobre as reações e o comportamento geral, a serem percebidas presencialmente. Para isso, esses usuários dependerão de uma série de outros fatores situacionais da vida de ambos.

Assim como o sono, a atividade no ambiente virtual mostra-se também narcísica, na medida em que parece absorver o Eu (ego), retirando-o momentaneamente da realidade material. Isso não significa, necessariamente, um aprisionamento desse Eu (ego), que pode, assim, experimentar alto grau de liberdade ao encontrar-se com uma atividade prazerosa que lhe remeta aos primórdios da vida subjetiva.

Nessa medida, os roteiros virtuais soam como novos jogos de linguagem, com os quais o sujeito precisa aprender a lidar na contemporaneidade. Nesse cruzamento das realidades psíquica e virtual, a diversidade de opções que tais roteiros disponibilizam para o sujeito parece, de fato, infinita, tanto em seus temas quanto em seus conteúdos. Por si só, essa oferta representa um convite à descoberta e, portanto, ao exercício da curiosidade humana, que não pode ser facilmente desconsiderada, sobretudo se levarmos em conta nossa tendência à busca do prazer no lúdico.

Renunciado no passado por obra da instância egoica, que conclama o sujeito para a realidade material do mundo adulto, o jogo é reencontrado na realidade virtual. Nesse emaranhado de roteiros, o sujeito, solto num mar de opções e novas modalidades do brincar, dá livre fluidez a sua fantasia que, por meio das reminiscências inconscientes do jogo infantil, reencontra-se com o prazer do lúdico atualizado *on-line*.

Mas, tal como a criança, o navegante do ciberespaço, independentemente de sua idade, pode também distinguir o que seja da ordem do virtual e da realidade material:

Apesar de toda a emoção com que a criança catexiza [investe]¹³ seu mundo de brinquedo, ela o distingue perfeitamente da realidade, e gosta de ligar seus objetos e situações imaginados às coisas visíveis e tangíveis do mundo real. Essa conexão é tudo o que diferencia o brincar infantil do fantasiar. (FREUD, 1908/1996, v. 9, p. 135)

¹³ Acréscimo nosso.

Assim como a criança freudiana, o usuário da rede não deixa de levar a sério o mundo virtual, com suas diversas possibilidades lúdicas. Ao contrário, investe-o com a mesma seriedade e emoção, sem deixar de relacioná-lo com elementos de sua vida real. Assim, não perde a conexão com o mundo concreto, salvo em situações extremas.¹⁴ Por enquanto, basta que compreendamos que os milhares de roteiros que a realidade virtual disponibiliza na pós-modernidade se oferecem, sedutoramente, à subjetividade contemporânea, sendo a fantasia o principal gancho para esse encontro.

A realidade virtual, assim, parece propiciar uma nova modalidade de compartilhamento social, na qual o próprio imaginário se encontra em jogo. Uma vez que se compõe de elementos simbólicos provenientes do pensamento de milhões de colaboradores, a realidade virtual representa um *plus* na rota da realidade psíquica, com novos roteiros imaginários digitalizados disponíveis a todos.

A subjetividade, marcada por novas formas de lidar com a materialidade – ou seria virtualidade? – das coisas, sob novo enfoque quanto aos padrões de tempo e espaço, não parece querer escapar ao novo *locus* a ser partilhado com a alteridade. Por outro lado, a percepção moderna do tempo linear dá lugar a uma experiência de fragmentação, de esvaziamento e efemeridade, o que alguns autores denominam destemporalização (SIBILIA, 2008, p. 117).

Assim, conforme fica patente nos diversos estudos sobre o tema, podemos destacar ao menos duas características resultantes do híbrido entre o virtual e o fantástico protagonizado pelo sujeito: a desterritorialização e a destemporalização.

Em tal situação o encontro da fantasia com a realidade virtual parece mais que oportuno e apropriado, uma vez que, por sua própria natureza inconsciente, a fantasia tende a atualizar-se de forma constante, sem respeitar balizas temporais, tal como a dinâmica do conteúdo das páginas na realidade virtual.

Da mesma maneira, em sua relação com a desterritorialização espacial, a fantasia deixa-se movimentar pelo ciberespaço, movida pelo interesse e pela

¹⁴ Estas últimas, que se encontram no limiar da fronteira entre o normal e o patológico, extrapolam em muito nossos objetivos presentes. Compreendemos que esse tema carece de novas pesquisas e, certamente, o tempo nos mostrará a necessidade de nos dedicarmos a elas.

curiosidade do sujeito que não mais precisa respeitar os limites físicos e as barreiras concretas da realidade material. Nesse exercício de ubiquidade, o sujeito envolve-se na fluidez da navegação, sendo levado pela nave de sua fantasia por diferentes percursos e roteiros virtuais, para acessar os símbolos culturais que povoam digitalmente o espaço virtualizado numa nova realidade.

É flagrante a analogia que podemos estabelecer entre as formas de conceber e experimentar as dimensões temporal e espacial e as características tópicas da fantasia, conforme vislumbramos com a definição proposta por Freud em seu artigo *O inconsciente*:

Por um lado, são altamente organizados¹⁵, livres de autocontradição, tendo usado todas as aquisições do sistema Cs., dificilmente distinguindo-se, a nosso ver, das formações daquele sistema. Por outro, são inconscientes e incapazes de se tornarem conscientes. Assim, *qualitativamente* pertencem ao sistema Pcs., mas *factualmente*, ao lcs. (FREUD, 1915/1996a, v. 14, p. 195)

Desse modo, pensando do ponto de vista tópico da metapsicologia freudiana, ao favorecer a mobilidade da fantasia, a realidade virtual termina por permitir também a própria fluidez dos conteúdos inconscientes, o que propicia ao sujeito usufruir desse *plus* virtual de modo mais descolado das barreiras convencionais da realidade material, conforme veremos a seguir.

4.3.2 O sujeito múltiplo e (oni)presente no ciberespaço

Em meio à complexidade do encontro das formulações freudianas acerca da realidade psíquica com a realidade virtual, uma questão se faz pertinente: de quem se trata esse sujeito que se senta à frente da tela do computador e se aventura pelos roteiros do ciberespaço?

¹⁵ Aqui Freud se refere às fantasias como “derivados dos impulsos instituais”, daí seu tratamento no gênero masculino.

Numa primeira tentativa de delinear uma resposta para a questão, deparamos com a necessidade de também buscarmos uma compreensão clara do que entendemos aqui por identidade. Para nossa finalidade, entendemos a noção de *identidade* como uma referência à face aparente que compõe o todo da organização subjetiva, esta, sim, utilizada de maneira mais sistemática como o conjunto dos elementos psíquicos. Desse modo, em diferentes momentos, será suficiente que nos atenhamos a uma ou outra das definições.¹⁶

Conforme vimos com Hall (cf. capítulo 2, p. 58), a partir do advento da psicanálise, a questão da identidade passa a ser tratada como um dado imaginário ou fantasiado, devendo ser entendida como algo processual. Desse modo, de saída, essa nova concepção representa uma ruptura com os padrões modernos, em que a racionalidade se afigura como uma categoria una e indivisível, detentora da inteireza da vida psicológica do indivíduo. Turkle vem em nosso auxílio para nos lembrar ainda que, de acordo com outras concepções oriundas do pensamento freudiano, o próprio Eu (ego) assume o caráter do imaginário:

As ideias junguianas sublinharam que o eu é o lugar de encontro de diversos arquétipos. A teoria das relações objectais referiu o modo como as coisas e pessoas que povoam o mundo vêm viver dentro de nós. Mais recentemente, os pensadores pós-estruturalistas tentaram descentrar o ego duma forma ainda mais radical. Na obra de Jacques Lacan, por exemplo, os complexos encadeamentos de associações que constituem o significado para cada indivíduo não conduzem a qualquer instância final ou eu nuclear. Sob a bandeira dum regresso a Freud, Lacan insistia que o ego é uma ilusão. Com isto, ele estabelece a ponte entre a psicanálise e a tentativa pós-moderna de retratar o eu como um domínio discursivo, e não uma coisa real ou uma estrutura permanente da mente humana. (TURKLE, 1997, p. 263)

Na pós-modernidade, portanto, a questão da multiplicidade de identidades já se encontra no cerne de um debate acerca da subjetividade, de modo que esse sujeito que partilha a realidade virtual não chega inteiro frente ao aparato tecnológico. A cisão freudiana do psiquismo em diversas instâncias faz com que esse sujeito pós-moderno esteja, de saída, propenso a uma experiência de multiplicidade. Sua cisão estrutural

¹⁶ Atentamos para o fato de que nenhuma dessas noções se encontra delineada ou é objeto da crítica conceitual freudiana, o que não impede que sejam inferidas de seu aparato terminológico.

não mais permite pensá-lo apenas à luz da razão, mas também do afeto, das defesas egoicas, da fantasia e do desejo inconsciente.

Assim, tal como no sonho, a fantasia consiste numa experiência singular da subjetividade. Em outras palavras: não se fantasia pelo outro, assim como também não se sonha para o outro. Em ambas as ações psíquicas, o sujeito está necessariamente presente, quer se trate do protagonista, quer se trate do observador da ação. O mesmo acontece com relação ao exercício nos ambientes virtuais do ciberespaço. Assim como na fantasia e no sonho, o sujeito está sempre presente. Não há como navegar “para” o outro, mas, sim, “com” o outro, que pode estar sentado ao seu lado, assistindo a suas ações e opinando sobre elas. Na maioria das vezes, porém, esse outro se encontra num bairro ou numa cidade distantes, ou mesmo a milhares de quilômetros, no lado oposto do mundo.

Para além da abolição do espaço como barreira para as trocas pós-modernas, importa-nos o fato de que no virtual o sujeito se mostra onipresente, assim como no psiquismo a própria fantasia também o é. Assim, a ruptura com os limites espaciais no ciberespaço parece fazer menção à livre passagem da fantasia pelos “lugares” psíquicos representados por Freud por meio da tópica dos sistemas. O caráter fronteiro e móvel da fantasia faz dela um ser misto, conforme vimos com Freud, o que não apenas favorece sua plasticidade, mas também seu envolvimento em todo o âmbito do aparelho psíquico.

Essa onipresença da fantasia no pensamento faz com que sua interferência na ação do sujeito seja direta e ininterrupta, garantindo a constância de sua realidade psíquica durante toda a vida. Nessa medida, poderíamos pensar, conforme aponta Freud em *A perda da realidade na neurose e na psicose*, que não há qualquer predomínio ou privilégio da neurose na lida com a realidade material em relação à psicose. Ao contrário, se o psicótico tenta recobrar o sentido com a realidade por meio do delírio, isso ocorre exatamente pelo fato de não suportar o contato direto e não dispor desse amortecimento da fantasia. Na verdade, em sua árdua tarefa de administrar o conflito psíquico, o Eu (ego) está a meio caminho entre a realidade e a

fantasia. É ele próprio quem se utiliza desta última como defesa,¹⁷ e não apenas quanto aos desígnios do Isso (id), mas também contra as exigências do Supereu (superego) e da crueza da realidade.

Desse ponto de vista, não há como pretender um momento de total lucidez, em que pudéssemos isolar qualquer verdade concernente a uma forma pura ou objetiva da realidade material. Essa pretensa pureza no encontro com uma realidade isenta – ou precária – de atributos simbólicos e fantasísticos talvez somente possa ser pensada no campo da psicose. Não parece haver, portanto, partilha da realidade material em sua inteireza, dado que seu colorido é diferente para cada sujeito.

A experiência de compartilhamento coletivo na realidade virtual é, certamente, um dos principais elementos que convocam o sujeito, o que ocorre por meio da fantasia. É a própria fantasia que parece ser compartilhada, uma vez que cada usuário, em seu ponto geográfico, percebe-se conectado a uma estrutura maior, que ultrapassa as barreiras naturais de tempo e espaço.

Para Leitão e Nicolaci-da-Costa, ao se arvorarem pelo espaço da realidade virtual, os usuários encontram um grau de prazer que os faz experimentar novas potências psíquicas, o que concorre para mudanças na forma de conceberem vários aspectos da realidade:

São sujeitos que derivam enorme prazer do uso de um novo espaço de vida (o espaço virtual). Neste espaço, sentem-se onipotentes e munidos de um superpoder pessoal superior ao que experimentavam nos espaços ditos reais. Também operam mudanças nas formas de perceber seus corpos, seja por meio da invenção de um corpo virtual, seja pela sensação de expansão de seu corpo real. (LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 448)

Desse modo, a própria corporeidade do Eu (ego) parece estender-se imaginariamente pelos meandros do ciberespaço, onde a realidade psíquica se mistura, de certa maneira, com os elementos da realidade virtual. Vale lembrar que em *O Ego e o Id*, portanto, na entrada de sua segunda teoria do aparelho psíquico, Freud apresenta

¹⁷ Vale a pena retomar a definição de Laplanche (cf. p. 116, acima), em que o roteiro imaginário da fantasia aparece “mais ou menos deformado” pelo aparato defensivo do Eu (ego).

o Eu (ego) em uma de suas mais importantes definições: “O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície” (FREUD, 1923/1996, v. 19, p. 39). Na medida em que representa a projeção de uma superfície corpórea, o Eu (ego) o faz para o próprio conjunto da subjetividade.

Conforme Lago, Moreira e Nobre (2009), entretanto, em seu papel de identificar o sujeito ao corpo, o trabalho do Eu (ego) não se dá sem a contribuição dos elementos alteritários que entram em sua composição, num fluxo que o altera de maneira constante, graças a sua permeabilidade e seu caráter plástico:

(...) essa experiência interna de uma identidade não se dá descolada de uma experiência partilhada, em que o outro se insere com todo o seu peso para a constituição da subjetividade com um todo. Mas na pós-modernidade esse corpo/identidade atinge dimensões plásticas que possibilita uma construção e reconstrução incessantes. (LAGO; MOREIRA; NOBRE, 2009)

Desse modo, os autores apontam para o que parece ser uma tendência subjetiva na pós-modernidade, em que a identidade assume um caráter múltiplo, acolhendo com mais facilidade a diversidade de matizes disponíveis pelo repertório simbólico-cultural. Nessa medida, a capacidade de resiliência do Eu (ego) em relação aos padrões sociais parece abalada, talvez devido à grande flexibilização e diversidade que esses mesmos padrões percebem atualmente, assim como as instituições, os valores e modos de vida, no que a fantasia certamente não deixará de tirar proveito no sentido de garantir algum prazer para o sujeito.

Partindo da perspectiva da escola desconstrucionista de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, Lanzarin (2000, p. 29) atenta para a ideia de que as fantasias possam ser tomadas como “os outros habitantes de nossa subjetividade”. Assim, ao se encontrarem relativamente livres de mecanismos censores internos ou externos, bem como dos modelos ideais impostos pela sociedade, desfrutam, na realidade virtual, de um espaço para o exercício dessa liberdade.

Para a autora, numa sociedade que estimula a liberdade e oferece tantos ideais, sem prover o sujeito das condições para atingi-los, resta o sonho como saída psíquica para a realização dos anseios e desejos. Na mesma medida, o ciberespaço vem funcionar, tal como o sonho, como esse espaço onde serão projetadas as idealizações desse Eu (ego):

O sonho diurno, ou devaneio, que Freud (...) denominou, com tanta propriedade, de fantasia pode ser um conceito de extrema relevância para pensar as relações virtuais, estabelecidas entre os habitantes do ciberespaço, nos chats de conversação. Nestas relações não presentificadas e, portanto, anônimas, a adoção de um pseudônimo ou mesmo a construção de uma ou mais personagens para se comunicar com os outros são freqüentes. (LANZARIN, 2000, p. 29)

A autora propõe, portanto, que a categoria psíquica do devaneio possa ser tomada como modelar para as produções subjetivas na realidade virtual, sendo a tela mais um suporte onde os devaneios são postos em prática pelo sujeito, tal como o faz desde sempre, recorrendo à fantasia e ao pensamento imaginativo. Desse modo, na tangibilidade da imagem, do texto e do som, o sujeito encontra oportunidade de devanear no mar do ciberespaço, tendo a fantasia no leme da nau que desliza no limiar das instâncias sistêmicas propostas por Freud:

Penso que a Rede exerce fascínio sobre as pessoas justamente porque instaura uma nova forma de relação do sujeito com sua fantasia. Esta deixa de ser vivida no silêncio da imaginação e passa a ser compartilhada socialmente, para além dos consultórios psi. (LANZARIN, 2000, p. 30).

Nessa esteira, Lanzarin retoma a questão do estatuto inconsciente da fantasia e seus derivados, o que altera a forma de o indivíduo lidar com a temporalidade e com a materialidade das coisas, uma vez que o inconsciente não respeita tais limites.

Por fim, o caráter interativo da Internet não apenas permite como também convida o sujeito a participar dessa construção ininterrupta da realidade virtual, numa experiência aparentemente fecunda de prazer. É aqui que a balança dos dois princípios de funcionamento mental postulados por Freud parece pender para o lado do prazer, como veremos adiante.

4.3.3 A realização no prazer: novas janelas para o desejo

Não é sem alguma relutância que o ser humano abdica do prazer, conforme nos advertiu Freud. Nessa medida, a brincadeira virtual atua como gancho para que o desejo inconsciente, por meio da fantasia, recorde as experiências de prazer desfrutadas nos jogos da infância.

Se a pulsão pôde ser definida por Freud como um conceito situado na fronteira entre o psíquico e o somático, é, certamente o desejo, investido dos atributos desta, a categoria que permite essa ligação. Em *As pulsões e suas vicissitudes*, Freud delimita os atributos pulsionais como sendo a *pressão*, a *finalidade*, o *objeto* e a *fonte* (1915/1996b, v. 14, p. 127 e seguintes). Dentre tais elementos, três deles guardam referência direta com o corpo, levando-nos a pensar no irreduzível de nossa parcela como seres vivos. Sendo a *fonte* o próprio corpo, sede da tendência de ligação característica de toda pulsão, a *pressão* diz respeito à própria exigência desta de atingir sua *meta* ou *finalidade*: a satisfação.

Apenas o objeto, em sua infinita variedade, diz respeito ao encontro do biológico com o cultural, no que o desejo se faz singular para cada sujeito. Assim, perfazendo o meio pelo qual a pulsão encontra sua finalidade em satisfazer-se, o objeto não apenas nos diferencia no reino animal, mas também inclui a multiplicidade em nosso repertório psíquico, no limiar com o aparato simbólico que o desejo toma para si.

Em sua tendência a realizar-se, o desejo busca reencontrar a memória da experiência primeva de satisfação, o que marcará todo nosso comportamento, tendências e ações. São os traços das percepções atuais que despertam essa moção psíquica que atua no sentido de reinvestir alguma imagem mnêmica reatualizada nos objetos que encontra, tentando restabelecer a situação desencadeada pelo objeto primaz, para sempre perdido. A satisfação encontra-se, portanto, ancorada no corpo erógeno que, ao se submeter aos signos da cultura por meio da história afetivo-sexual do sujeito, tornou-se sexualizado, passando a eleger seus objetos substitutivos, no caminho de sua meta. Habitado como está em reproduzir de maneira alucinatória esta experiência de satisfação, o desejo terá sua trajetória marcada, portanto, por uma cadeia de sinais relacionados entre si (LAPLANCHE; PONTALIS, 1996, p. 114).

Assim, não podendo deparar com “o” objeto inaugural de seu movimento, o desejo pode ser tomado como um fluxo, disparado por uma busca incessante, que movimenta a subjetividade para novas direções, pesquisando-as, vasculhando-as e inventando-as, no que a fantasia se mostra exemplar e a realidade virtual parece munir perfeitamente com seu conteúdo simbólico infinito. É, portanto, no atendimento a essa tendência que os roteiros virtuais parecem atuar com grande facilidade junto à realidade psíquica.

Na contemporaneidade pós-moderna, a atividade desejante encontra-se com o novo fluxo do tempo, com a onipresença de símbolos e signos oferecidos pela cultura atual, marcada pela fragmentação, pelo efêmero e pelo transitório. A própria transitoriedade de sua realização mostra-se bastante compatível com as ofertas que a cultura mercadológica impôs para além de todos os valores, hábitos e modos identitários que povoam a sociedade desde a modernidade.

Aliada em todo esse processo e animada pelo desejo, a fantasia funciona ao mesmo tempo na vertente dos mecanismos de defesa do Eu (ego) – lembremos que ela atua como uma “fachada” para as moções inconscientes do Isso (id) –, ludibriando a censura e facilitando a passagem dos conteúdos pelo psiquismo. Nessa medida, sua natureza tributária da realidade psíquica inconsciente a desobriga do teste de realidade:

Com a introdução do princípio de realidade, uma das espécies de atividade de pensamento foi separada; ela foi liberada no teste de realidade e permaneceu subordinada somente ao princípio de prazer. Esta atividade é o fantasiar, que começa já nas brincadeiras infantis, e, posteriormente, conservada como devaneio, abandona a dependência de objetos reais. (FREUD, 1911/1996, v. 12, p. 240)

Logo adiante, Freud, mais uma vez, deixa claro o desprezo dos processos inconscientes em relação ao teste de realidade: “(...) eles equiparam a realidade do pensamento com a realidade externa e os desejos com sua realização – com o fato – tal como acontece automaticamente sob o domínio do antigo princípio de prazer” (1911/1996, v. 12, p. 243).

Nessa medida, a fantasia possibilita um descanso para a instância egoica, como vimos com Freud, por exemplo, no papel dos devaneios, típicos da vida em vigília. Por sua própria natureza, a fantasia representa um escape para o Eu (ego). Ao mesmo

tempo que precisa corrigir o caráter insatisfatório da realidade obedecendo ao desejo inconsciente, ela possibilita uma evasão individual, no sentido de não ser compartilhável, mas que pode ser acessada em qualquer momento e, independentemente do lugar, através dos quadros psíquicos que compõe imaginariamente.

Em sua tarefa de encenar o desejo, a fantasia é um parceiro e um auxiliar do Eu (ego). Ela o acalenta e distrai, em sua ingrata missão de administrar o conflito, uma vez que encontra oportunidades atuais para que o desejo se realize, conforme nos advete Freud: “(...) o desejo utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo moldes do passado, um quadro do futuro” (1908/1996, v. 9, p. 139).

Além disso, na tendência do aparelho psíquico de aceder ao prazer obedecendo ao desejo inconsciente, a fantasia dispõe de campo singular na experiência virtual, parecendo funcionar como um retorno à experiência arcaica de satisfação. Nesse âmbito, a própria ideia de conflito mostra-se paradoxal, uma vez que o sujeito dispõe de uma rede de linguagens e símbolos propensos a facilitar novos encontros para o desejo. Assim, as infinitas práticas e modalidades de uso da Internet funcionam como propiciadores de grande prazer para crianças, adolescentes e adultos, por meio de jogos, brincadeiras e lazer em geral, trocas sociais, experiências no campo da sexualidade, encontros afetivos ou, simplesmente, como ferramenta para comunicação, pesquisa, curiosidade ou mero passatempo.

Da mesma forma que as grandezas de tempo e espaço, também a moralidade está excluída para a fantasia e para o inconsciente. Na realidade virtual, tempo e espaço estão em fluxo, e a moralidade não está em questão. Em nosso entendimento, ela está presente com cada sujeito, visto que não há como concebê-la virtualmente.

O que muda para o sujeito a partir da relação realidade psíquica-realidade virtual, no que tange à moralidade, é o fato de que, tal como a fantasia pode ludibriar os mecanismos psíquicos que representam a regra social, ela o faz com ainda mais liberdade perante a intimidade de sua atividade solitária frente à tela do computador. Nessa medida, a regra social encontra-se mais apagada, sendo a experiência do prazer facilitada pela distância física entre os usuários, o que neutraliza a moralidade que poderia constar no laço social das relações reais:

Através da realidade virtual, o sujeito insere-se num mundo que apresenta inúmeras possibilidades de realização de seu desejo, um mundo que não possui barreiras. Apesar de existir uma diferença entre a imagem virtual e a imagem de representação do real, o sujeito, confundindo o que é da ordem emocional com o que é virtual, lida com as imagens virtuais como possibilidades de concretizarem o mundo ideal almejado. No ciberespaço, as imagens virtuais são uma simulação do real. (LAGO; MOREIRA; NOBRE, 2009)

Para além dessa capacidade da realidade virtual de flexibilizar a regra social, Gevertz aponta ainda noutra direção. Para a autora, no ciberespaço “a imagem não mais representa o real, mas ela o simula” (GEVERTZ, 2002, p. 267). Ao proceder a essa simulação, essa imagem não pretende representá-lo, mas sê-lo de fato: “a lógica da simulação não pretende mais representar o real com uma imagem, mas, sim, sintetizá-lo, em toda sua complexidade” (GEVERTZ, 2002, p. 267). Nessa perspectiva, em seu paralelismo, o ciberespaço parece apresentar-se dotado até mesmo de uma intencionalidade, o que nos conduziria a questões de ordens bastante distintas de nossas pretensões presentes.

Assim, sob os cuidados da fantasia e, uma vez absorvido pelos roteiros imaginários do ciberespaço, o Eu (ego) pode distrair-se de sua vigilância para com a balança dos princípios do prazer e da realidade, entretendo-se perante o universo virtual. O fascínio exercido pela rede sobre seus usuários termina quase por possibilitar uma equivalência entre as diferentes realidades – psíquica, virtual e material –, tal como podemos depreender da conclusão de um dos entrevistados de Turkle (1997, p. 18): “a vida real é só mais uma janela (...) e normalmente não é a que mais me agrada”.

Na aposta dos diversos estudiosos, em virtude das mudanças ocorridas na pós-modernidade, o que está em questão não é apenas a permeabilidade do Eu (ego) ou do sujeito para o simbólico partilhado na realidade virtual. Como vimos, essa já é uma característica patente dessa instância, a partir do corte freudiano. O que de fato nos interessa é a forma como a subjetividade é transformada em seu próprio modo de apreender o mundo. Trata-se, portanto, de se perguntar de que maneira e por quais vias passam hoje os processos psíquicos, como a aquisição de conhecimento, a afetividade e as trocas sociais. Nessa esteira, Leitão e Nicolaci-da-Costa acenam para

o delineamento de algumas dessas mudanças extraídas das contribuições dos psicólogos entrevistados em seu trabalho:

São elas: o prazer que sentem ao usar a Internet como um novo espaço de vida, a onipotência que experimentam como usuários, as formas de relação que estabelecem com seus corpos, e, finalmente, os excessos que vivem no espaço virtual. (LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 444)

Para as autoras, a viagem virtual remete-nos a uma experiência de prazer, em que o sujeito se move pela curiosidade da mera diversão propiciada por seu caráter lúdico, que o induz à brincadeira e estimula sua criatividade. Essa situação traz à tona a ideia freudiana de que, na modalidade criativa, os escritores e poetas experimentam o exercício da fantasia, que flui livremente pelo espaço em branco da folha de papel (FREUD, 1908/1996, v. 9).

Com respeito à onipotência, as autoras concluem que, na Internet, o sujeito tem a sensação de poder acessar tudo e de tudo dispor, o que o leva a extrapolar os limites da realidade do mundo concreto. Essa onipotência propiciada pela acessibilidade – pelo próprio efeito de onipresença do sujeito navegante – ancora-se nas novas exigências do acelerado *zeitgeist* pós-moderno e, mais especificamente, no âmbito da realidade psíquica, na necessidade da agilidade, na pressa e na invasão de conteúdos experimentados de forma instantânea e atual.

Neste último aspecto, a ausência de limites do ciberespaço concorre também para uma experiência do excesso para o sujeito, o que pode ser detectado no desregramento do uso do tempo empreendido na navegação e no grande volume de informações com o qual ele passa a lidar. Além desses pontos, o abuso na publicização de si, conforme vimos com Sibilia (2008) anteriormente, é um dos elementos que figura nessa lista de excessos.

No que diz respeito às características desse sujeito imerso no ciberespaço, Leitão e Nicolaci-da-Costa acenam para a questão dos limites:

(...) são sujeitos que desbravam um espaço ainda muito novo e sem limites claros; por isto se expõem a vários tipos de excesso e são lançados a novos desafios: o de transformar um grande volume de informações dispersas em conhecimento pessoal e coerente, o de administrar o tempo que passam nos espaços real e virtual e, finalmente, o de construir novas defesas para sua intimidade no mundo da Internet. (LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 448)

As autoras consideram que a fantasia, estimulada pela invasão e intensidade das rotas virtuais, facilita o desprendimento da materialidade física, naturalmente limitadora. Assim, na experiência dessa ausência de corpo real, a subjetividade ganha materialidade nos perfis virtuais, muitas vezes com características muito distintas daquelas do corpo físico. Nessa medida, a criatividade entra novamente em cena, movida pela fantasia, possibilitando que o sujeito experimente múltiplas identidades, podendo trocar seus dados mais íntimos, inclusive uma troca de papel sexual, conforme atesta também o trabalho de Turkle (1997).

Sob a proteção do anonimato (...), o paciente [usuário da rede] inventa um corpo virtual segundo seus desejos e fantasias. (...) “Com o corpo camuflado, você pode revelar a imagem idealizada que quiser!” (...). (LEITÃO; NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 446)

Em outra vertente, diferentemente de experimentar a ausência de corpo, muitos usuários da rede parecem perceber esse corpo como expandido e aperfeiçoado, como se novas capacidades sensoriais e motoras fossem adquiridas nesse exercício. Mas o ponto mais importante levantado por Leitão e Nicolaci-da-Costa, com base nas entrevistas com os profissionais da psicologia, parece ser mesmo a aparente desconstrução de limites assinalada pelos pacientes usuários, o que aponta para o desregramento e o excesso.

No que tange à coletivização dessa nova fantasia, a discussão sobre a experiência virtual não nos dispensa dos questionamentos referentes ao outro, em sua modalidade de presença virtual. Sabemos que a ideia da alteridade está presente na própria estrutura da subjetividade. Basta que lembremos que o Eu (ego) é o administrador incansável entre as instâncias “outras”, conforme o modelo da dinâmica metapsicológica implantado por Freud, em 1920.

Da mesma forma que em todos os momentos de sua vida, também nos ambientes virtuais o sujeito depara com a alteridade. O outro estará sempre presente por meio das novas modalidades do jogo simbólico que se virtualiza na realidade virtual. Esse outro expressa-se encontrando-se disseminado por meio dos índices e símbolos culturais que o sujeito visualiza digitalmente. Desse modo, na Internet o outro assume ares etéreos e o sujeito depara com uma maior fluidez na passagem por esses vários “outros” virtuais, o que possibilita uma leitura do laço social como marcado pela fragilidade e efemeridade, características da pós-modernidade. Isso nos permite pensar que o que modifica o estatuto do outro, a partir da experiência na realidade virtual, é a nova tessitura e a densidade que este adquire perante o sujeito.

Como vimos, tal como o brincar infantil, os roteiros virtuais aliam o prazer do jogo compartilhado por meio das diversas formas dessa experiência, em que a sexualidade encontra terreno para brotar plenamente, protegidos que estão os internautas pela barreira da tela e do emaranhado tecnológico. No quesito sexualidade, a rede mostra-se inigualável e não deixa de ser sugestivo de que esse seja um dos roteiros preferidos da maioria dos usuários. Nesse caso, uma questão faz-se pertinente: por que o conjunto temático sexo-erotismo-pornografia é tão acessado pelos usuários na Internet?

Sabemos que a sexualidade é um dos aspectos da vida humana tornada tabu pela ideologia cristã na era vitoriana e objeto de exercício de poder e disciplinarização social pela medicina no alvorecer da era moderna. Nessa condição, esteve sempre alijada do laço social, consistindo de momentos privados investidos de grande cautela e preservação por parte das famílias. Entretanto, a sexualidade humana nunca se deixou dominar totalmente pelo excesso de repressão, havendo sempre o espaço para transgressões quanto à norma social. Assim o atestam as zonas boêmias, franqueadas no espaço urbano como possibilidade para as relações extraconjugais, tal como hoje se percebe, no âmbito de diversas formas de diversão da juventude, uma crescente manifestação da sexualidade, dos bailes *funks* aos *dark rooms* das boates. Práticas anteriormente proscritas tornam-se cada vez mais comuns, e a sexualidade explora caminhos antes impensáveis, a não ser no âmbito da fantasia individual.

Na escolha de objetos a serem investidos pela ação do Eu (ego), o desejo se faz notar pelos matizes assumidos na forma dos gostos pessoais, dos interesses e das preferências em todos os aspectos da vida, bem como da maneira de o sujeito lidar com as frustrações ou com as realizações. Para o desejo inconsciente, nada importa a respeito de barreiras físicas, temporais ou morais. Para além de todas as fronteiras – consciente ou inconsciente, virtual ou psíquica, real ou fantasística –, o desejo quer realizar-se, e o que de fato importa são os traços portados pelo objeto, que poderão remetê-lo ao seu mítico objeto primevo:

Mas nada é mais móvel do que a fronteira entre o exterior e o interior (...). As coisas e pessoas da “realidade” não são meras ficções do indivíduo, mas por outro lado têm de ser investidas por ele para ganharem uma significação; elas são passíveis de representação psíquica, e tal representação é fatalmente contaminada pela fantasia. (MEZAN, 2006, p. 448)

Assim, a tendência econômica de nosso aparelho psíquico em poupar energia, dirá Freud, faz com que nos apeguemos às fontes de prazer que nos estão disponíveis, desde que nos remetam às várias facetas que pode o desejo assumir. Nesse caso, a realidade virtual parece fazer configurar exemplarmente, na infinidade de janelas que o ciberespaço nos permite abrir a partir da tela.

Com o advento do computador “pessoal”, o exercício da fantasia encontra um intermédio que virtualiza e dá “matéria” a suas rotas imaginárias. Por meio dos múltiplos roteiros virtuais, diversos “possíveis” estão à disposição dessa atividade. Já que a realidade virtual oferece essa espécie de alforria para o Eu (ego) com relação às exigências do princípio da realidade, dificilmente o sujeito consegue deixar de ceder ao colorido mundo digital da rede.

Talvez o mais virulento crítico dessa efemeridade do laço social na atualidade, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman descreve, em vasta obra, a tessitura atual de nossa sociedade capitalista-urbano-ocidental, pontuando os excessos praticados em nosso modo de vida hedonista, no qual vislumbra a tendência de otimização de tudo em busca da economia de tempo para o máximo alcance de prazer.

Em seus trabalhos, Bauman dedica especial atenção ao papel desempenhado pelo ciberespaço no desenho das novas formas assumidas pelos relacionamentos amorosos, por exemplo. Em suas reflexões, o autor parte de uma metáfora sobre a liquidez da vida contemporânea. Tal discussão é tratada especialmente em *Amor líquido...* (2004), em que aborda a fragilidade dos valores e das instituições da pós-modernidade e seus impactos para o laço social, mais especificamente, para o laço amoroso:

Ao contrário dos relacionamentos antiquados (...), elas [as relações virtuais] parecem feitas sob medida para o líquido cenário da vida moderna, em que se espera e se deseja que as “possibilidades românticas” (...) surjam e desapareçam numa velocidade crescente e em volume cada vez maior, aniquilando-se mutuamente e tentando impor aos gritos a promessa de “ser a mais satisfatória e a mais completa”. Diferentemente dos “relacionamentos reais”, é fácil entrar e sair dos “relacionamentos virtuais”. Em comparação com a “coisa autêntica”, pesada, lenta e confusa, eles parecem inteligentes e limpos, fáceis de usar, compreender e manusear. (BAUMAN, 2004, p. 12)

Para Bauman (2004, p. 12), a perspectiva da relação em rede torna a hipótese da “conexão indesejável” um paradoxo, uma vez que a facilidade em se dispensar um possível parceiro pelo simples toque de uma tecla, como “delete”, torna-se um tentador exercício de poder para o sujeito. Esse poder refere-se tanto ao prazer de dispor do outro quanto ao de atentar apenas para aquilo que proporcione o imediato prazer do sujeito. Com tal medida ele já se vê livre das primeiras ameaças dos infortúnios inerentes aos relacionamentos estabelecidos nos moldes convencionais. Assim, não mais necessitaria dedicar-se ao outro no cultivo de um relacionamento, podendo lançar mão da novidade que lhe cai como *torrent* em sua página pessoal de relacionamentos virtuais.

Nessa perspectiva, salienta Bauman, tem-se sempre a ilusão de que não se está só, uma vez que é possível “conectar-se” de maneira direta, a qualquer momento e em qualquer lugar, usufruindo do excesso de ofertas disponíveis no ciberespaço. A situação é como um viver junto/separado ao mesmo tempo: junto com todos na rede, mas, sem ninguém efetivamente (BAUMAN, 2004, p. 13). Assim, vive-se o prazer proporcionado pelo contato, sem o ônus – o mal-estar, diria Freud – proveniente da relação com o outro: “Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação. O princípio de

realidade, hoje, tem de se defender no tribunal de justiça onde o princípio de prazer é o juiz que a está presidindo” (BAUMAN, 1998, p. 9)

Para Bauman, o mal-estar pós-moderno está relacionado a uma exigência de prazer imposta de fora para dentro (1998, p. 9). Assim, seja qual for o pretexto inicial que leva o usuário a acessar ou manter-se conectado à rede, dificilmente podemos antever um motivo que não esteja ligado a uma experiência de prazer de qualquer ordem. A navegação na Internet parece contrária a toda estruturação psíquica baseada nos moldes da racionalidade, tal como a ciência moderna impôs. Se o brincar havia sido banido da vida do adulto, sendo considerado indigno da seriedade requerida pelo mundo do trabalho, hoje ele parece voltar com toda força em todos os ambientes: gabinetes, escritórios, consultórios, repartições. Se considerarmos os dispositivos portáteis, essa dimensão lúdica parece estar também nos elevadores, nas ruas e praças, nos meios de transportes etc. Agora a dimensão lúdica aparece lado a lado à vida do sujeito adulto e com *status* nunca antes conhecido.

Nesse lado a lado, a sexualidade encontra também o seu nicho, ao ocupar um lugar mais claro e corriqueiro no cotidiano dos indivíduos. Soma-se a isso a derrocada de uma série de tabus e excessos moralizantes que expurgaram ao longo de séculos essa dimensão da linha de frente do exercício subjetivo. Assim, ao mesmo tempo que trabalha em seu escritório, o usuário da rede pode acessar um *chat* de sexo e travar contato com outro usuário que esteja em qualquer ponto do planeta. Com recurso à sua fantasia, inventa novas características para si e instiga a fantasia do outro, na qual pode ou não se encaixar. Dessa experiência um grande laço concreto pode vingar na vida real, como atestam inúmeros exemplos. Por outro lado, tudo pode não passar de um exercício fantasístico efêmero e temporário. Na medida em que transgride o espaço, também o corpo, sede das paixões do Eu (ego), encontra-se suspenso na nova dimensão que o sujeito assume na realidade virtual:

O ciberespaço é concebido como um espaço transnacional, onde o corpo é suspenso pela abolição do espaço e pelas “personas” que entram em jogo nos mais diversos meios de sociabilização (...). Assim sendo, o cyberespaço é um “não-lugar”, uma “u-topia” onde devemos repensar a significação sensorial de

nossa civilização baseada em informações digitais, coletivas e imediatas. (LE MOS, 2008, p. 128)

O fato mais importante nesse exercício parece ser o de que o sujeito adquire um papel ativo, gerenciando novas possibilidades para o desejo, criando conteúdo e um personagem que tem como suporte a fantasia de ambos ou de quantos compartilharem o mesmo instante virtual. Isso pode chegar ao corpo, em ato, num futuro contato, mas pode permanecer na ordem da memória ou, ainda, da realidade psíquica. Em qualquer dos casos, pode representar uma experiência de intenso prazer.

Nesse contexto, não parece haver lugar para a timidez, a vergonha ou o excesso de moralidade. O sujeito pós-moderno depara, na Internet, não apenas com a possibilidade do encontro real com o outro, mas, sobretudo, do compartilhamento virtual de seus prazeres, sendo a possibilidade de encontrar alguém que partilhe da mesma fantasia, tão vasta quanto a própria dimensão da rede.

A necessidade de ocultar as fantasias e os desejos, que as dão vida, parece cada vez mais sem sentido. Ao contrário de ocultá-las, o sujeito se compraz em confidenciar suas fantasias. Elas são partilhadas em letras garrafais na tela do computador e, por esse ato, o sujeito percebe que sua fantasia é compartilhada também pelo outro, de algum canto do universo virtual do ciberespaço. Descobre, como nos adverte Freud (1908/1996, v. 9, p. 137), que “(...) criações desse tipo são bem comuns nas outras pessoas”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

– John, o tempo andou
mexendo com a gente sim.
John, eu não esqueço:
“a felicidade é uma arma quente”!
(Antônio Carlos Belchior)

Desde que Prometeu¹⁸ roubou o fogo dos deuses e convocou a ira de Zeus, a humanidade não mais conseguiu desvincular-se dos utensílios que se tornaram indispensáveis como auxílio para suas ações. Nesse mito, o desafortunado mortal vê-se condenado a fazer uso eterno desse fogo, o que o obrigou a desenvolver os processos de fundição, dando origem não apenas às primeiras ferramentas, sob inspiração de Hefesto, o ferreiro, mas, sobretudo, a toda invenção técnica.

Muitos séculos após a emergência desse mito no seio do povo grego, a revolução inglesa deu o passo decisivo para elevar ao máximo grau a capacidade do homem para lidar com esse poder que, talvez inadvertidamente, os deuses haviam lhe outorgado. A partir daí vieram a imprensa, a locomotiva a vapor, a eletricidade, o automóvel, até chegar ao computador.

Hoje, apesar das várias tentativas, o homem ainda não parece ter conquistado, como gostaria, o espaço sideral. Entretanto, quase podemos dizer, inadvertidamente, como Zeus, parece ter expandido seus domínios no sentido inverso, dando-se com um formato de espaço bastante inusitado: o ciberespaço.

Já nos primeiros anos do século XX, o sociólogo alemão Georg Simmel estabelecia a relação entre os acontecimentos do cotidiano da grande metrópole moderna e a emergência de novos “traços psíquicos”, em seu clássico artigo *A metrópole e a vida mental* (1902/1987):

¹⁸ O mito de Prometeu encontra-se estabelecido, com suas devidas variações, a partir de dois importantes autores da antiguidade grega: com o escritor Hesíodo, o mito aparece em *Os trabalhos e os dias*, e, na sua forma mais completa, na tragédia *Prometeu acorrentado*, atribuída a Ésquilo. Ambos os trabalhos dispõem de diferentes traduções e publicações na língua portuguesa.

(...) de cada ponto da superfície da experiência (...) pode-se deixar cair um fio de prumo para o interior da profundidade do psiquismo, de tal modo que todas as exterioridades mais banais da vida estão, em última análise, ligadas às decisões concernentes ao significado e estilo de vida. Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas muito intimamente ligadas à sua economia do dinheiro e caráter intelectualístico. Tais traços também devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos que visam a determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral precisamente esquematizada de fora. (SIMMEL, 1902, in: VELHO, 1987, p. 15)

Para Simmel, sob o impacto da modernidade, o psiquismo teve de se adequar de modo a acomodar-se às novas forças socioculturais que lhe eram externas, provenientes das transformações que o desenvolvimento dos grandes centros urbano-industriais trouxe para o modo de vida do indivíduo moderno. Assim, o autor discute as novas formas de defesa como principais efeitos psicológicos que esse indivíduo desenvolve na lida com as complexidades num mundo cada vez mais dependente e dominado pela técnica.

Hoje, em meio a uma nova transição, ousamos assinalar os pontos de contato possíveis entre a realidade virtual e a realidade psíquica. Perguntamo-nos, entre temerosos e entusiasmados, sobre quais efeitos já podemos depreender do conjunto ciberespacial representado pela Internet.

Talvez a pós-modernidade seja o único período da história – ainda que, por suas características, alguns cheguem a considerá-lo como pós-história! – que já nasce fazendo uma reflexão sobre si.

Como vimos, dentre os estudiosos da pós-modernidade, as críticas se dividem ao salientar os extremos de seus efeitos positivos *ou* negativos, o que se acentua quando se trata das implicações da realidade virtual para a subjetividade. Nenhum deles, entretanto, desconsidera o peso que os eventos tecnológicos representam para tais mudanças.

Assim, Lasch ressalta o empuxo recebido pela dimensão narcísica e o ideal hedonista que a cultura do consumismo e do espetáculo acrescenta ao período:

A produção de mercadorias e o consumismo alteram as percepções não apenas do eu como do mundo exterior do eu; criam um mundo de espelhos, de imagens insubstanciais, de ilusões cada vez mais indistinguíveis da realidade. O efeito espetacular faz do sujeito um objeto; ao mesmo tempo, transforma o mundo dos objetos numa extensão ou projeção do eu. É enganoso caracterizar a cultura do consumo como uma cultura dominada por coisas. O consumidor vive rodeado não apenas por coisas como por fantasias. Vive num mundo que não dispõe de existência objetiva ou independente e que parece existir somente para gratificar ou contrariar seus desejos. (LASCH, 1990, p. 22)

No que tange às atuais características do laço social, Bauman também entende que as relações virtuais são fruto do espírito hedonista da modernidade líquida e, como tais, não suportam a frustração. Para o autor, esse espírito resulta de mais uma ilusão oferecida pelo capitalismo, a preencher com novo equívoco e de modo absolutamente paliativo as questões mais importantes da existência, como o amor e a morte (BAUMAN, 2004, p. 16). Assim, o ideal de assertividade do campo econômico parece também se colocar no campo das práticas afetivas: “Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação. O princípio de realidade, hoje, tem de se defender no tribunal de justiça onde o princípio de prazer é o juiz que a está presidindo” (BAUMAN, 1998, p. 9).

Entretanto, dentre os estudiosos do tema, há, como vimos, aqueles que acreditam que uma nova forma de organização social deve surgir a partir da emergência e da acessibilidade das tecnologias digitais. De modo geral, esse grupo, que se encontra na esteira aberta por Pierre Lévy, defende a ideia de que essa novidade trará benefícios para todo o conjunto da aldeia global, formando uma grande comunidade planetária, marcada pela democratização do conhecimento:

O desenvolvimento da comunicação assistida por computador e das redes digitais planetárias aparece como a realização de um projeto mais ou menos bem formulado, o da constituição deliberada de novas formas de inteligência coletiva, mais flexíveis, mais democráticas, fundadas sobre a reciprocidade e o respeito das singularidades. Neste sentido, poder-se-ia definir a inteligência coletiva como uma inteligência distribuída em toda parte, continuamente valorizada e sinergizada em tempo real. Esse novo ideal poderia substituir a inteligência artificial como mito mobilizador do desenvolvimento das tecnologias digitais... e ocasionar, além disso, uma reorientação das ciências cognitivas, da filosofia do espírito e da antropologia para as questões da ecologia ou da economia da inteligência. (LÉVY, 1996, p. 96)

De nossa parte, preferimos permanecer a meio caminho, limitando-nos a constatar que nossa observação sobre tais efeitos são ainda muito precoces e que a cultura cibernética da informação via realidade virtual constitui um caminho sem volta.

Nessa medida, a discussão sobre a pertinência cada vez maior desse universo para nosso atual estágio de civilização não deve se restringir a uma leitura dicotômica, o que localizaria a discussão de maneira ingênua. Ao contrário, tal como todas as demais invenções humanas, a Internet constitui uma poderosa ferramenta para a comunicação e para a circulação de informações, que, por si só, deve desfrutar de neutralidade. É ainda o ser humano que está por trás desse instrumento com todas as suas paixões e mazelas e, sobretudo, com sua fantasia. É ele o responsável por criar valores, e a Internet pode ser uma grande oportunidade para uma forma mais democrática e equânime de experimentar um novo formato de relações sob o signo da diversidade e do comunitarismo global.

Conforme percebemos, considerando o desenvolvimento do pensamento ocidental na própria linha do tempo, era visível uma sensível mudança na aceitação das implicações da noção de modernidade ao longo de todo o período que, desde a Idade Média, atravessou a Renascença chegando aos séculos XVII e XVIII, quando ainda coexistiam momentaneamente valores da Antiguidade e da Idade Média.

Assim, se a modernidade representa a fase adulta da humanidade, coincidindo com a própria ideia de civilização, a transitoriedade pós-moderna talvez porte uma dificuldade de processamento característica da velhice, devido ao volume de informações disponibilizadas por toda sorte de tecnologias em todos os âmbitos da vida.

É bem verdade que, na vertente mortífera anunciada por Freud na sua segunda teoria do aparelho psíquico, não parece restar muitas opções para o refreamento dos nossos anseios egoístas. Tudo parece resultar de opções equivocadas feitas pela aventura moderna. Talvez pudéssemos ter aprendido mais, cultivando, antes, a sabedoria dos anciãos.

Hoje, na pós-modernidade, parece haver concordância de que assistimos a uma derrocada da noção de sentido. Essa derrocada não quer dizer, necessariamente, que essa noção esteja sendo apenas suprimida, mas que talvez esteja sendo levada a

extremos, de forma que sua ruptura parece certa ou, no mínimo, pluralizada por meio do extremo relativismo ético que experimentamos. O sujeito, célula do tecido social, parece não mais se conter em seu papel social, ganhando asas para voar tão alto quanto deseje de dentro de seus aposentos e sem tirar os pés do chão. É o que propicia todo aparato informático após o advento e paulatina democratização do que vem a constituir o ciberespaço.

Vivemos num momento em que a tríplice origem do mal-estar moderno parece prestes a atingir o seu ápice, pelo menos no que diz respeito ao conflito com a alteridade, apontado por Freud como o “mais penoso”. No que tange ao mal-estar inerente à velhice e à morte, a cada dia a ambição científica anuncia encontrar-se mais perto de vencer a primeira e adiar a segunda, seja por meio de fármacos ou da pesquisa genética. Esse quadro alimenta a velha ilusão da eterna beleza e juventude, ilustrando a dificuldade do sujeito para lidar com as mazelas que atestam a falibilidade e finitude do corpo.

No horizonte de tudo isso, o único mal-estar cuja fonte faz frente ao desvario das demais parece ser aquele proveniente da própria natureza. É bem verdade que vivemos um momento histórico propício para o surgimento de teorias milenaristas. Mas o esgotamento da Terra e os maus-tratos a ela imputados de toda parte ao longo dos dois últimos séculos não nos permitem duvidar de que a própria natureza tem poderosos meios para defender-se da devastação cada vez mais agressiva que lhe é imposta. Para tanto, não necessitamos recorrer a nenhuma teoria místico-religiosa. As experiências climáticas recentes mostram-nos que no limite para os demais mal-estares descritos por Freud está a própria força natural do planeta, o qual, desde a modernidade, se tenta, em vão, dominar. Ainda hoje, com a infinidade de problemas ambientais que se agigantam, as nações mais ricas e, portanto, maiores poluidoras, insistem em discordar de acordos internacionais que visam à diminuição do impacto de nossa presença devastadora sobre o planeta.

E o que dizer do estatuto da felicidade na pós-modernidade?

Da capa de uma revista de certa sociedade inglesa de caçadores, John Lennon e Paul McCartney encontraram o mote a partir da seguinte inscrição que intitula uma de

suas músicas: *Happiness is a warm gun*.¹⁹ Em artigo inédito, Monteiro comenta com grande perspicácia:

Penso ser uma frase-enigma, que por sua força e nonsense oferece bons subsídios para explorar o tema da felicidade na contemporaneidade. De fato, a partir dessa referência à máquina de morte abrem-se muitas perspectivas, desde uma exploração sobre o fascínio posto nestes objetos, até as supostas alusões feitas por Lennon à felicidade encontrada na seringas de heroína. (Monteiro, inédito)

No ocaso da modernidade, a felicidade consistia num ideal compartilhado pela coletividade e ligava-se à ideia de futuro. Sua conquista incluía ideologias coletivas que povoavam o universo de expectativas de grandes grupos populacionais, geralmente ligadas a projetos políticos nacionais, num mundo polarizado entre capitalismo e socialismo, assumidos de forma apaixonada por grande parte dos jovens, embalados pelo *rock'n'roll*, então nascente.

Hoje, a felicidade se tornou causa individual e seu alcance precisa ser imediato. Uma política da felicidade, respeitante ao gozo superegoico, parece implantada no seio da aldeia global. Cada indivíduo sente-se legitimado e habilitado a buscar o prazer momentâneo, fragmentário e desidealizado, por meio dos recursos que a sociedade de consumo disponibiliza, entre eles o aparato técnico-científico. Atingir o objetivo hedonista da fruição diária do prazer tornou-se uma exigência do eterno presente, sem guardar projeções para um futuro, ainda que seja o próximo ano. Assim, se pudermos pensar a felicidade como cerne da fantasia moderna, o prazer parece resultar da fantasia posta em prática na pós-modernidade.

Nesse espírito, o conflito psíquico parece perder sua razão de ser para o ideal hedonista, e nada deve impedir o exercício do puro prazer. Em sua urgência de realização, o desejo encontra-se com a transitoriedade de seus novos objetos, que se revelam bastante adequados para a ineficácia de sua busca pelo objeto primevo. No

¹⁹ “A felicidade é um revólver quente”, em tradução atribuída a Carlos Drummond de Andrade, segundo Monteiro.

resultado dessa equação, a felicidade aparece fragmentada e cada vez mais fugidia e instantânea em todos os aspectos da vida pós-moderna.

Esgotados os valores modernos do progresso, da ciência, das grandes verdades e do sentido transcendente das coisas, entram em cena os padrões fluidos e pontuais da pós-modernidade. Harvey já nos advertia de que a pós-modernidade não tem pretensão de transcendência das coisas. Nada deve durar.

Nesse espírito, a nova realidade do ciberespaço surge como virtualização do imaginário, do pensamento e da ação humana e, como tal, impregna a subjetividade contemporânea com o mesmo caráter de fluidez e fragmentação. Não nos preocupamos aqui com a discussão quanto à solidez ou à durabilidade das relações estabelecidas pela via dos ambientes virtuais do ciberespaço. Elas podem ser tão legítimas – com todos os percalços comuns – quanto aquelas de nossa vida *off-line*. Nosso interesse limitou-se a demonstrar como toda uma compreensão da subjetividade que esteve se formando até então em nossa civilização precisará ser repensada a partir da rede virtual mundial, uma vez que esse evento não constitui algo passageiro e seu impacto não será pequeno, mas profundamente transformador e, ao que parece, inesgotável. Além disso, a radicalidade com que as mudanças estão ocorrendo se dá numa escala logarítmica em termos de tempo, o que significa que a cada década a mudança deva ser maior e mais impactante para a cultura e, portanto, para a subjetividade.

Mas aqui não se trata de defendermos a criação de novos conceitos para a compreensão da subjetividade. Trata-se de repensá-los, não em sua definição, mas em sua dinâmica interna, ou seja, em seu rearranjo, nas suas novas posições, combinações, já que, se os termos são os mesmos, as equações parecem ser outras.

Compreendemos que nessa seara os campos *psi* estão ainda em sua fase inaugural e o tom cauteloso dos estudiosos talvez se deva a uma postura típica de quem está acostumado a caminhar por terrenos pantanosos e pouco afetos às verdades absolutas ou a uma objetividade enganosa. Para efeito de resultados mais “sólidos” e abrangentes, convém considerarmos as miudezas com que a subjetividade se constrói, se organiza e se permite apresentar. Mas não podem restar dúvidas de que

um novo padrão de realidade está entre nós e, portador de uma infinidade de possibilidades, não deve ser ignorado.

Acostumada a se dedicar às filigranas da realidade psíquica e a recolher os retalhos que a ciência moderna desdenhou, a psicanálise não pode negligenciar essa fantasia partilhada da realidade virtual, por seus efeitos sob o novo sujeito que ocorre aos seus préstimos, sob pena de condenar-se a perder o bonde da história, deixando de alçar novos voos na nave imprecisa dos tempos pós-modernos. E deve levar em conta que, em qualquer nível, a pretensa universalidade moderna parece cada vez mais decrépita e fadada ao saudosismo:

A verdadeira universalidade não é o nunca conquistado espaço neutro de tradução de uma determinada cultura em outra, mas, pelo contrário, a violenta experiência de como, através do divisor cultural, temos o mesmo antagonismo em comum. (ZIZEK, 2003, p. 85)

Diferentemente de insistir numa universalidade de sentido, a psicanálise precisa afinar-se com certa política de antagonismos, muito afeta, aliás, às características sempre ambíguas, vislumbradas por Freud acerca de suas teorias pulsionais.

Nossa opção teórica, orientada com base na abordagem freudiana, apostou que a fantasia seja um dos mais importantes ganchos psíquicos – um *link*? – para essa sedutora química que observamos entre a realidade virtual característica do ciberespaço e essa nova subjetividade, essa “nova” realidade psíquica. Entendemos que o tema da realidade psíquica nos convida ao da realidade virtual e vice-versa. Num primeiro paralelo, podemos pensar como a realidade virtual atua também de forma multifacetada, apresentando-nos, a partir da tecnologia que engendra o ciberespaço, diferentes quadros de novas e múltiplas realidades.

Nesse contexto, amplia-se o lugar para a fantasia humana, sobretudo se considerarmos sua função de amortecer o impacto do sujeito com a realidade. É nessa medida que as novas tecnologias parecem servir todo o imaginário, oferecendo-nos

ferramentas para a lida com a realidade²⁰, através de uma infinidade imagética e simbólica em todos os níveis.

Definida por Freud como “uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade material” (1900/1996, v. 5, p. 644), a realidade psíquica também não deve ser confundida com a realidade virtual. Entretanto, não há dúvida de que, no âmbito dessa última, desejo e fantasia encontram par para suas projeções em plena vigência da pós-modernidade.

A realidade psíquica constitui, assim, um arranjo no qual cada sujeito está mergulhado, em que a marca do desejo impõe a tendência à busca de prazer. Ao encenar o desejo, a fantasia constitui o principal agente dessa realidade na busca desse caminho rumo ao prazer e, para isso, serve-se dos diferentes meios que lhe estejam disponíveis. Assim, tal como no brincar a criança imita a concretude da vida adulta e na escrita literária o autor cria novas realidades, novos contextos de vida, na experiência da realidade virtual, o internauta cria *blogs*, páginas pessoais e *sites*, novas identidades e novos contextos. Em todas essas experiências, o recurso à fantasia facilita o encontro com a fruição do prazer.

Para o internauta, é difícil encarar com desagrado a atividade da navegação na rede mundial, frente a todas as possibilidades disponíveis ao sujeito no ciberespaço. Parece inerente a essa atividade um caráter lúdico que somente pode reativar a memória de experiências satisfatórias do passado, o que certamente conclama o desejo a manifestar-se, tendo à frente a fantasia para propiciar esse amálgama.

Se o brincar havia sido banido da vida do adulto, sendo considerado indigno da seriedade requerida pelo mundo do trabalho, hoje ele parece voltar com toda força em todos os ambientes: gabinetes, escritórios, consultórios, repartições. E, ainda, se considerarmos os dispositivos portáteis, essa dimensão lúdica parece estar também nos elevadores, nas ruas e praças, nos meios de transportes etc. Agora a dimensão

²⁰ Há que se destacar, mais uma vez, que essa nova forma de lidar com a realidade não respeita apenas aspectos positivos. Outra linha de leitura nos permite pensar que o excesso de ofertas da realidade virtual pode favorecer o tamponamento do desejo. Assim, em meio a tantos possíveis objetos substitutos, ao iludir-se quanto à sua realização, o desejo se tornaria inerte e desvitalizado. Tal abordagem encontra base teórica sobretudo nos textos da segunda tópica, onde a dimensão do mortífero alcança seu lugar no seio do edifício freudiano a partir da postulação da pulsão de morte, esta última situada para além do princípio do prazer.

lúdica aparece lado a lado à vida do sujeito adulto, inundando-a e com *status* nunca antes conhecido.

A rigor, a realidade psíquica nunca abandona totalmente o princípio do prazer. Ao contrário, ela tende a realizá-lo atendendo ao desejo em qualquer âmbito em que esteja atuando o sujeito. Ademais, são os elementos inconscientes da realidade psíquica, oriundos dos processos primários e obedientes ao princípio do prazer, que atravessam e influenciam a atividade da consciência, mais próxima da racionalidade e, portanto, da realidade material, e não o contrário.

Ao que parece, por sua própria natureza e por sua “formatação” característica, a realidade psíquica estará sempre em busca de tornar indiscernível o que é de uma ou de outra ordem de realidades. Assim, na ação de formação dos nossos pensamentos, elementos de diferentes ordens parecem ocupar o mesmo patamar, formando verdadeiro *mix* em que coexistem tanto as lembranças de acontecimentos remotos quanto a imaginação infantil, fatos concretos da experiência confundidos com antigos devaneios – enfim, realidade e ficção parecem indiscerníveis. E, naquilo que a realidade psíquica movimenta o sujeito em direção aos seus objetos, seu trabalho está sempre guardando relação com a busca por experiências de prazer sob a propulsão do desejo inconsciente.

Nessa medida, podemos destacar os seguintes pontos em comum entre as realidades virtual e psíquica:

- ✓ Ambas subvertem a lógica da temporalidade.
- ✓ A natureza imaterial e intangível de ambas dispensa o espaço físico.
- ✓ Ambas ganham corpo por meio de símbolos imagéticos, sejam psíquicos, sejam digitais.
- ✓ Nas duas formas seu caráter fragmentário permite o livre fluxo de diferentes conteúdos, que estarão simbolicamente concatenados por meio do sentido a ser atribuído pelo sujeito.

Parece tentador fazer uma colagem direta da fantasia humana com a aparente infinitude do universo virtual. Entretanto, por maior que seja essa “aparência”, como vimos, todo esse conteúdo que brota nas telas de nossas máquinas provém de símbolos culturais e, como tais, produtos do gênio humano. Por isso possui limites e está sempre referendado a um conjunto maior de significação. Nessa medida, as realidades psíquica e virtual não têm apenas pontos em comum e, ao que parece, não tendem a coincidir ou a se superpor. Desse modo, buscamos aqui assinalar algumas diferenças que talvez apontem para a possibilidade de futuras pesquisas:

- √ Se o sujeito é relativamente onipotente na realidade virtual, o mesmo não se pode dizer com relação à realidade psíquica, uma vez que ela possui uma autonomia que respeita ao inconsciente.
- √ A realidade virtual está circunscrita ao uso de uma determinada tecnologia, ao passo que a realidade psíquica invade todas as dimensões da experiência humana, carecendo apenas da aparelhagem física natural do ser humano.
- √ Para a realidade virtual, não se pode falar em termos de infinitude no tempo, dado que se trata de um “produto” passível de falência sob diversas modalidades de eventos. A realidade psíquica sempre existirá, mesmo em se considerando a finitude de cada indivíduo.
- √ Apesar da imensidão de seus conteúdos, em tese, a realidade virtual não dispõe de uma capacidade de fazer-se surgir, sendo limitada e dependente da realidade psíquica da coletividade humana – esta, sim, inesgotável, para seu provimento.

No que tange aos aspectos metapsicológicos da fantasia em sua relação com o ciberespaço, consideramos importantes a delimitação das seguintes relações:

- √ A realidade virtual do ciberespaço favorece o inconsciente, sobretudo se pensarmos a fantasia a partir da dimensão tópica.
- √ A realidade virtual intensifica e acelera os fluxos de uma economia da fantasia.
- √ Com relação à dinâmica psíquica, o ambiente virtual tende a minimizar o conflito entre as instâncias antagônicas, facilitando a experiência de prazer.

Não há dúvida de que a realidade virtual constitui um excelente veículo para o imaginário humano e, talvez por sua capacidade de processar e disponibilizar informações em progressões geométricas e num lapso de tempo mínimo, pode ser tomada como a verdadeira virtualização do pensamento humano. Essa ideia não pode deixar de causar algum constrangimento, além de um incômodo na sua forma. O incômodo deve-se ao fato de que, se o virtual representa aquilo que existe em potência, o próprio pensamento já constituiria o melhor exemplo da virtualidade.

Entretanto, o caráter inédito da realidade virtual está ligado ao fato de que ela parece “materializar” o pensamento fora de nós. Ao navegar na maré digital, parecemos partilhar um mesmo oceano de pensamentos coletivizados, em que cada correnteza pode nos levar para lados completamente diferentes, mas com uma possibilidade de encontros com produções de outros pensamentos, de realidades – materiais e psíquicas – diferentes da nossa. Nada mais propício para o desenrolar da fantasia humana. Que criação tecnológica pode alimentar assim o eixo imaginário de nosso pensamento, deixando-nos hipnotizados por horas a fio, desafiando, muitas vezes, o chamamento da realidade material, quando o relógio insiste em também nos informar?

A própria sensação de estar imerso numa realidade compartilhada já constitui importante elemento a nos fisgar pela fantasia: uma fantasia de pertencer a uma coletividade partilhada instantaneamente naquele momento, o que talvez explique a dificuldade de muitos usuários em estabelecer limites para o uso do aparato. Muitos não conseguem encontrar a bússola para voltar a sua vida concreta, situação que assume o tom de vício, devido ao caráter compulsivo e dependente da Internet.

Mas, em que pesem todos os novos perigos que possam estar à espreita do sujeito nesse *plus* que a realidade virtual representa para a realidade psíquica, o Eu (ego) parece, cada vez mais, consentir em ser ludibriado pela fantasia, cedendo mais facilmente à exigência do desejo, que encontra novas janelas que lhe facilitam a fruição do prazer. Exaurido em moderar as tensões oriundas das exigências ídicas, superegoicas e da realidade, o Eu (ego) defronta-se e se deslumbra com os milhares de rotas da realidade virtual.

Em nossa viagem, percebemos que, tal como a fantasia tem ampliadas suas rotas por meio da realidade virtual, o ciberespaço também se expande, graças à realidade psíquica, que, de fato, é o que garante sua infinitude.

REFERÊNCIAS

ASSOUN, Paul-Laurent. **Freud**: a filosofia e os filósofos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BARROS, Carla Costa. **Adolescência e MSN**: o arranjo tecnológico da intimidade. 2010, 139f.: il. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, domingo, 19 de outubro de 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria (1895). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 2.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Folha de S. Paulo/Nova Fronteira, 1988.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1.

FREUD, Sigmund. Extratos de documentos dirigido a Fliess (1950 [1882-1899]). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1.

FREUD, Sigmund. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência (1893). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 3.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos – segunda parte (1900). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 5.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7.

FREUD, Sigmund. Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen (1907 [1906]). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9.

FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneios (1908 [1907]). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 9.

FREUD, Sigmund. Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade (1908). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 9.

FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 9.

FREUD, Sigmund. Romances familiares (1909). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9.

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12.

FREUD, Sigmund. O inconsciente (1915). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 14.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 14.

FREUD, Sigmund. Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença (1915). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 14.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre psicanálise – Conferência 23: Os caminhos da formação dos sintomas (1917[1916-17]). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 16.

FREUD, Sigmund. Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 17.

FREUD, Sigmund. O ego e o Id (1923). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

FREUD, Sigmund. Neurose e psicose (1924). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 19.

FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 19.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo (1924). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 19.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1929). In: FREUD, Sigmund. **ESB Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GEVERTZ, Suely. Um olhar psicanalítico à sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 36, n. 2, p. 263-276, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. As quatro dimensões do despertar – sonho, fantasia, delírio, ilusão. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 275-289. jul./dez. 2005.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. A travessia da fantasia na neurose e na perversão. **Estudos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 29-38, set. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ep/n29/n29a06.pdf>>. Acesso em: 26 julho 2009.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAGO, Gustavo Carvalho Pinheiro; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; NOBRE, Márcio Rimet. **A experiência do corpo no ciberespaço**: o adolescer na era da realidade virtual. Anais do 6º CONPSI. Belém, 2009. p. 56.

LANZARIN, Claudia Cruz. A fantasia e o baile de máscaras do final do milênio. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2000, 20 (3), 28-33.

LASCH, Christopher. A personalidade narcisista de nossos dias. In: LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEITÃO, Carla Faria; NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Impactos da Internet sobre pacientes: a visão de psicoterapeutas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 441-450, set./dez. 2005.

LEITÃO, Carla Faria; NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Psicologia clínica e informática: por que essa inusitada aproximação? **Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa**, PUC/RJ, Rio de Janeiro, p. 421-430, 2001.

LEMOS, André. As estruturas antropológicas do ciberespaço. In: LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Nádia Laguárdia de. **A escrita virtual na adolescência**: os *blogs* como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance. 2009. 394 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MANCIBO, Deise. **Modernidade e produção de subjetividades**. 3ª Conferência de Pesquisa Sócio-cultural, jul./2000, Campinas.

MEZAN, Renato. **Freud**: pensador da cultura. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, Luiz Felipe C. **A felicidade é um revólver quente**. (Inédito)

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Mídia e psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. **Psicología para a América Latina**, n. 20, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/20/midia.html>>. Acesso em: 01/11/2010.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. *Internet*: a negatividade do discurso da mídia versus a positividade da experiência pessoal. À qual dar crédito? **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 25-36, 2002a.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Quem disse que é proibido ter prazer on-line? Identificando o positivo no quadro de mudanças atual. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, ano 22, n. 2, p. 12-21, 2002b.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 193-202, maio-ago. 2002c.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Ciberespaço: nova realidade, novos perigos, novas formas de defesa. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 66-75, jun. 2003.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 82-93, mar. 2004.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 65, jan./abr 2005, p. 71-85.

RENAUT, Alain. **O indivíduo**: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUSSILLON, René. Realidade psíquica. In: **Dicionário internacional da psicanálise**. MIJOLLA, Alain de. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental (1902). In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25.

TOLEDO, Marília Reitman. **A fantasia e suas implicações na clínica psicanalítica**. 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TURKLE, Sherry. **A vida no ecrã**: a identidade na era da Internet. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!**: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. (Estádio de Sítio)